

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA ESCOLAR E DO
DESENVOLVIMENTO HUMANO**

PAULA FUKS-NEUMARK

**“O DENTRO E O FORA DE CASA”: SONHO (IM)POSSÍVEL DE
MULHERES-MÃES TRABALHADORAS CASADAS**

**SÃO PAULO
2025**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA ESCOLAR E DO
DESENVOLVIMENTO HUMANO**

PAULA FUKS-NEUMARK

**“O DENTRO E O FORA DE CASA”: SONHO (IM)POSSÍVEL DE
MULHERES-MÃES TRABALHADORAS CASADAS**

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Livre Docente Tânia Maria José Aiello-Vaisberg



**SÃO PAULO
2025**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Fuks-Neumark, Paula

"O dentro e o fora de casa": Sonho (im)possível de mulheres-mães trabalhadoras casadas / Paula Fuks-Neumark; orientadora Tânia Maria José Aiello-Vaisberg. -- São Paulo, 2025.

91 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2025.

1. imaginários coletivos. 2. mulheres-mães. 3. divisão sexual do trabalho. 4. sofrimento social. 5. psicologia psicanalítica concreta. I. Aiello-Vaisberg, Tânia Maria José, orient. II. Título.

*Dedico esta dissertação às mulheres-mães cuja
dupla jornada sustenta a vida em silêncio.*

Agradecimentos

Agradeço a todas as mulheres inspiradoras que me cercam e que, por sua força e sabedoria, me ensinaram continuamente e me impulsionam a almejar horizontes mais amplos do que aqueles que nos são tradicionalmente atribuídos como papéis e funções sociais.

Aos meus avós, Efraim e Miriam Fuks, que me criaram com amor e dedicação, oferecendo-me cuidado, valores e caminhos que tornaram possível a realização deste projeto. A eles, minha gratidão e saudade permanente.

Ao meu marido, Rafael Neumark, agradeço não apenas por ser um companheiro de vida excepcional, mas também se constituir como um pilar essencial nesta tão sonhada jornada acadêmica. Sua presença ao meu lado foi fundamental neste percurso.

Aos meus queridos amigos David Rehfeld, Elizabeth Dreifus, Gabriela Cshapiro, Gabriel Scherer, Julio Zanatta, Luana Man, Natalia Sassoon, Renata Zarenczansky, Sonia Mehl, Viviane Holzer Korn e Vinicius Máximo, que mesmo sem laços biológicos, se tornaram minha verdadeira família, agradeço pela constante presença, pelo incentivo e pelo apoio em todas as etapas dessa trajetória.

À minha orientadora, Profa. Livre Docente Tânia Maria José Aiello-Vaisberg, um especial agradecimento, apreço e admiração. Sua singularidade como pesquisadora, docente, mulher e ser humano se expressa não apenas na enorme excelência profissional, mas também na capacidade de acolher, inspirar e cuidar. Os aprendizados que me proporcionou transcendem a vida acadêmica e se estendem à vida pessoal, deixando marcas de inspiração e humanidade.

Às colegas co-orientandas Amanda Carvalho Dias, Ana Leticia Rodrigues Nunes, Bruna Corrêa Silva Víturino e Elaine Cristina Corrêa, agradeço pela parceria, pelas trocas e pelo companheirismo que tornaram esta jornada de mestrado mais enriquecedora.

Ao grupo de pesquisa “Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade”, agradeço pelas contribuições que ampliaram e qualificaram esta investigação, em especial às valiosas interlocuções de Sueli Regina Gallo-Belluzzo, Gisele Meirelles Fonseca-Inacarato e Fábio Riemenschneider.

Agradeço ao corpo docente e à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, pelo apoio e pela dedicação na condução do curso de mestrado.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro imprescindível à realização desta pesquisa.

Letra de música – “Sonho impossível” (Maria Bethânia)

Sonhar mais um sonho impossível

Lutar quando é fácil ceder

Vencer o inimigo invencível

Negar quando a regra é vender

Sofrer a tortura implacável

Romper a incabível prisão

Voar num limite improvável

Tocar o inacessível chão

É minha lei, é minha questão

Virar esse mundo, cravar esse chão

Não me importa saber se é terrível demais

Quantas guerras terei que vencer por um pouco de paz

E amanhã, se esse chão que eu bejei

For meu leito e perdão

Vou saber que valeu delirar

E morrer de paixão

E assim, seja lá como for

Vai ter fim a infinita aflição

E o mundo vai ver uma flor

Brotar do impossível chão

Sonhar mais um sonho impossível

Lutar quando é fácil ceder

Resumo

Fuks-Neumark, Paula. (2025). “*O dentro e o fora de casa*”: *Sonho (im)possível de mulheres-mães trabalhadoras casadas*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar imaginários coletivos de e sobre “mulheres-mães trabalhadoras casadas” que acumulam trabalho doméstico e atividades remuneradas no contexto macrossocial do patriarcado capitalista. Justifica-se por produzir conhecimentos sobre sofrimentos sociais clinicamente úteis, em vertentes psicoterapêuticas e psicoprofiláticas, além de fornecer subsídios para debates no âmbito de movimentos sociais. Organiza-se como pesquisa qualitativa articulada ao redor do uso do método investigativo da psicanálise, operacionalizado à luz da psicologia psicanalítica concreta. Parte da abordagem de um vídeo de animação, disponível no *YouTube*, selecionado conforme a lógica diretiva dos estudos de caso, por tematizar manifestadamente, a questão que aqui se investiga. Após a exposição ao vídeo, foi elaborada uma “narrativa transferencial representativa” que, interpretada conforme os passos metodológicos sugeridos por Herrmann, sustentou a proposição de quatro “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional”: “Mulher-Éter”, “Oásis e Deserto”, “Engrenagem Visível e Engrenagem Fantasma” e “Sonho (Im)possível?”. Interloquções reflexivas, estabelecidas com vários autores, indicam que as mulheres têm vivido de modo submisso a imaginários conservadores, internalizando a opressão como natural e necessária. Por outro lado, pela via da imaginação, pode-se conceber outros modos de convivência que, baseados numa visão ampliada do holding winnicottiano, possam deixar de ser hierárquicos e pautar-se em reconhecimento e solidariedade recíproca, beneficiando o amadurecimento de todos os integrantes da família.

Palavras-chave: imaginários coletivos, mulheres-mães, divisão sexual do trabalho, sofrimento social, psicologia psicanalítica concreta.

Abstract

Fuks-Neumark, Paula. (2025). *“Inside and outside the home”: The (im)possible dream of married working mothers*. Master’s thesis. Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, SP, Brazil.

This research aims to investigate collective imaginaries of and about “married working mothers” who simultaneously perform paid labor and domestic work within the macrosocial context of capitalist patriarchy. It is justified by its potential to produce clinically useful knowledge about social suffering—both in psychotherapeutic and psychoprophylactic dimensions—as well as to provide contributions for debates within social movements. The study adopts a qualitative design grounded in the psychoanalytic investigative method, operationalized through the framework of concrete psychoanalytic psychology. The research material was produced from the analysis of an animated short film available on *YouTube*, selected according to the directive logic of case study methodology, as it explicitly addresses the issue under investigation. Following exposure to the film, a “representative transference narrative” was developed and interpreted according to Herrmann’s methodological guidelines, leading to the identification of four intersubjective fields of affective-emotional meaning: “Ether-Woman,” “Oasis and Desert,” “Visible Gear and Phantom Gear,” and “(Im)possible Dream?”. Reflective interlocutions with several authors indicate that women have lived under the submission to conservative imaginaries, internalizing oppression as natural and necessary. However, through imagination, it becomes possible to envision other forms of coexistence—based on an expanded understanding of Winnicottian holding—that move beyond hierarchical structures and are grounded in mutual recognition and solidarity, thereby fostering the maturation of all family members.

Keywords: collective imaginaries, mother-women, sexual division of labor, social suffering, concrete psychoanalytic psychology.

Sumário

Para Início de Conversa	0
Apresentação	4
Capítulo 1	11
A Dupla Jornada e os Sofrimentos Sociais da Mulher-Mãe	11
O Patriarcado Capitalista: Costuras da Dominação	16
A Divisão Sexual do Trabalho: Linhas Invisíveis	19
A Família Nuclear: Do Amor ao Labor	22
Capítulo 2	27
Fundamentos e Procedimentos Metodológicos	27
O Uso do Método Investigativo da Psicanálise na Pesquisa Qualitativa em Psicologia	29
A Psicologia Psicanalítica Concreta como Referencial Psicanalítico: Conceitos Fundamentais	33
Descrição dos Procedimentos Investigativos	43
Capítulo 3	50
Narrativa Transferencial Representativa	50
Considerações Iniciais	50
Narrativa Transferencial Representativa	55
Capítulo 4	62
Interpretações e Interloções Reflexivas	62
Interpretações e Contextualizações	62
Interloções Reflexivas	66
Reflexões Finais	79
Referências Bibliográficas	82

Para Início de Conversa

Caros leitores,

Desejo que esta dissertação de mestrado, fruto de um sonho longamente cultivado e agora partilhado com vocês, proporcione uma experiência de leitura significativa. Antes de adentrar a leitura propriamente dita, peço licença para situar, ainda que brevemente, as circunstâncias que possibilitam este encontro entre pesquisadora e leitor(a).

Iniciei minha trajetória profissional como psicoterapeuta, atuando em consultório particular, com atendimento majoritário a mulheres. As demandas clínicas eram, em sua maioria, relacionadas a dificuldades em relacionamentos amorosos heterossexuais. Com o intuito de qualificar e aprofundar minha prática clínica, passei a buscar referenciais teóricos e materiais diversos sobre a temática. Gradualmente, encontrei-me imersa em leituras, estudos e produções audiovisuais que abordavam não apenas os relacionamentos heterossexuais, mas, sobretudo, as implicações da posição da mulher nesse contexto, incluindo questões relacionadas à constituição familiar, maternidade e divisão sexual de trabalho. Esse percurso de investigação despertou em mim não apenas o desejo de ampliar meu conhecimento, mas também a necessidade de me integrar ativamente à produção de saberes nesse campo. Reconheço, atualmente, que minha motivação para estudar e aprofundar tal temática ultrapassa os relatos escutados em minha prática clínica, sendo também atravessada por minha própria experiência pessoal e trajetória de vida.

No desenvolvimento da presente pesquisa, optei por dar voz à personagem principal do material investigado, que consiste em um vídeo de animação sem diálogos. A essa personagem atribuí o nome de “Miriam”, escolha que carrega um valor simbólico significativo para mim, razão pela qual considero pertinente explicitar, neste momento, os motivos que me levaram a tal nomeação. Como será possível observar, a caracterização que construo para Miriam articula-se de maneira profunda com a temática analisada nesta pesquisa e com os sentidos que emergem do material.

O nome Miriam foi escolhido por sua forte carga simbólica e afetiva. Trata-se de uma homenagem a minha avó materna, que se apropriou de seu nome hebraico após seu casamento com meu avô, um judeu polonês. Ao unir-se a ele, minha avó converteu-se ao judaísmo e recebeu o nome hebraico "Miriam", embora seu nome de origem fosse Maria. Essa transição nominal carrega, para mim, significados profundos relacionados à identidade, pertencimento, transformação e reconciliação. Como se verá, não uso esse nome porque a vida da minha avó tenha seguido os mesmos delineamentos daquela da personagem do vídeo, mas como homenagem às mulheres-mães, que assim como a minha vó Miriam, ou como a Miriam-personagem, dedicaram-se intensamente à formação de quem somos hoje.

O nome Maria remetia a uma mulher solteira, sem filhos, pertencente à classe popular, trabalhadora fora de casa, marcada por um modo de ser mais espontâneo e despreocupado. Já Miriam representava uma ruptura completa dessa configuração: mulher casada, mãe, avó, que trabalhava apenas dentro de casa, ativamente envolvida na organização de eventos familiares e extremamente preocupada com o que os outros julgariam a respeito dela e de sua família. Sua vida era intensamente ativa, ainda que não exercesse trabalho remunerado fora do lar. Era ela quem gerenciava o cuidado do marido, dos filhos e, depois, da neta. Guardo memórias vívidas e, por vezes, divertidas de situações ao seu lado, especialmente em consultas médicas, onde se repetia um episódio emblemático: por não ter alterado oficialmente seu nome, era sempre chamada por "Maria" na recepção. Ela, indignada, corrigia de imediato, reafirmando que seu nome não era aquele—deixando médicos e atendentes sem compreender a complexidade da situação. Para os desconhecidos, era Maria; para os mais próximos, Miriam. E, se alguém tivesse conhecimento dessa mudança, era inaceitável, para ela, que a chamasse de outra forma que não Miriam.

Maria só pôde tornar-se Miriam, e Miriam só pôde ser Maria, porque ambas habitavam a mesma mulher. Apesar das vivências distintas que essas duas versões experimentaram ao longo da vida, uma não existiria plenamente sem a outra. A força de Maria, que residia em Miriam, foi o que lhe permitiu se transformar na Miriam (mulher-mãe). Por outro lado, o desejo de se tornar Miriam foi o que manteve viva, em Maria, a esperança e a capacidade de seguir em frente.

Mesmo uma estando interligada à outra, o nome Maria representava um peso para a Miriam, um fardo difícil de conciliar, como se fosse vergonhoso ter esse nome

e esse passado de uma vida que não era esta: cuidado, família e filhos. Ela mesma afirmava que essas duas identidades não combinavam entre si. No entanto, poucas semanas antes de seu falecimento, aos 97 anos, vivenciamos um momento particularmente significativo. Durante uma de nossas conversas profundas sobre os sentidos da vida, arrisquei, mais uma vez, a pergunta que tantas vezes já havia feito: por que tamanha rejeição em ser chamada de Maria?

A resposta me surpreendeu profundamente. Pela primeira vez, ouvi minha avó afirmar que já não se incomodava mais em ser chamada de Maria; reconhecia, enfim, que ambas—Maria e Miriam—eram partes constitutivas de sua identidade. Exprimi minha surpresa diante daquela nova perspectiva e compartilhei com ela minha alegria ao perceber que, de algum modo, ela havia se reconciliado com a Maria, integrando as duas em uma mesma trajetória de vida.

No túmulo onde está sepultada, optamos por inscrever “Miriam bat Avraham”—expressão hebraica que significa “Miriam, filha de Abraão”—seguida, logo abaixo, da inscrição “Maria Fuks — uma mulher forte e guerreira”. Essa escolha teve o propósito de honrar suas duas versões, reconhecendo a complexidade de sua identidade. Para mim, ela era Maria enquanto mulher fora da família nuclear—marcada por sua trajetória de vida, sua força e espontaneidade—e Miriam enquanto mulher-mãe-avó—figura acolhedora, presente e profundamente significativa em minha história afetiva.

Hoje compreendo que sou, de algum modo, a Maria que habitava em Miriam—e que, inevitavelmente, um dia também serei um pouco a Miriam que residia em Maria. Maria me legou ensinamentos preciosos, cuja potência considero fundamental para todas as mulheres. Miriam, por sua vez, precisou acolher verdades e vivências que Maria talvez não estivesse disposta a aceitar. Foi Maria quem enfrentou situações que Miriam, em sua configuração posterior, dificilmente suportaria. Miriam representou a presença acolhedora e cuidadora, sustentando-me ao longo do percurso que me conduziu até aqui. Maria, com sua força e sua voz, foi a base que tornou possível a realização deste trabalho. Maria é, ainda, a expressão da força e da potência de tantas outras Marias brasileiras.

Ao trazer essa história pessoal para o contexto desta pesquisa, não pretendo apenas prestar uma homenagem íntima, mas também evidenciar como os processos de nomeação e as múltiplas camadas identitárias atravessam e conformam subjetividades. O nome da personagem Miriam foi escolhido para

representar mulheres-mães casadas que, como ela, apesar de não exercerem trabalho remunerado fora de casa, estão integralmente dedicadas ao trabalho doméstico e ao cuidado. Miriam simboliza, portanto, a exaustão cotidiana enfrentada por tantas mulheres que, mesmo sobrecarregadas, seguem assumindo as tarefas do cuidado que lhes são socialmente atribuídas pela lógica da divisão sexual do trabalho. A voz dessa personagem carrega, assim, não apenas uma função metodológica, mas também simbólica, ecoando dilemas e complexidades que marcam a experiência feminina em diferentes esferas da vida. Miriam, nesta pesquisa, encarna a fusão entre vivências individuais e coletivas, entre o pessoal e o político, abrindo espaço para uma análise que reconhece o entrelaçamento entre história, afeto e estrutura social.

Marx nunca poderia ter suposto que o capitalismo preparava o caminho para a libertação humana se tivesse olhado sua história do ponto de vista das mulheres. Essa história ensina que, mesmo quando os homens alcançaram certo grau de liberdade formal, as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de modo similar às formas de escravidão. “Mulheres” significa não somente uma história oculta que necessita se fazer visível, mas também uma forma particular de exploração e, portanto, uma perspectiva especial a partir da qual se deve reconsiderar a história das relações capitalistas.

Silvia Federici (1984)

Apresentação

Este trabalho tem como objetivo acessar e compreender imaginários coletivos *de e sobre* “mulheres-mães trabalhadoras casadas” que acumulam trabalho doméstico e profissional, abordando as intersecções entre gênero e classe desde a perspectiva da psicologia psicanalítica concreta, inaugurada por Bleger (1963/2012). Nesse contexto teórico-metodológico, os imaginários coletivos¹ correspondem a conjuntos de crenças produzidas e compartilhadas socialmente que se constituem a partir de atos humanos, instaurando-se como ambientes psicológicos que, por seu turno, servirão de substrato para a emergência de novos atos, que tanto podem reproduzir os mesmos atos ou criar ambientes psicológicos diversos.

Entendendo que todas as ciências humanas compartilham entre si o mesmo objeto de estudo—a saber, a conduta dos seres humanos vivos e concretos—, uma vez que são voltadas para a compreensão dos fenômenos da esfera ontológica humano-social, Bleger (1963/2007) afirma que cada uma delas opera de acordo com um recorte específico, visando abordar certas qualidades, aspectos ou dimensões da complexidade fenomênica. Nesse conjunto de recortes, cabe à psicologia, enquanto ciência humana, ocupar-se da dimensão afetivo-emocional dos atos humanos, de acordo com a opção teórico-metodológica do pesquisador.

Quando adotamos a perspectiva da psicologia psicanalítica concreta, abordamos o registro afetivo-emocional como experiência vivida, considerando que a conduta dos seres humanos se dá sempre como vínculo que emerge a partir de “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocionais”, inseridos em contextos macrossociais. Desse modo, pode-se afirmar que nosso esquema conceitual referencial operativo—ECRO (Pichon-Riviére in Lema, 1973/1993)—guarda certa proximidade com perspectivas fenomenológicas que valorizam o mundo cotidiano da vida, conforme a acepção que essa expressão assume no pensamento de Schutz & Luckmann (1973/2001).

¹ Não usamos os termos “imaginativo” e “imaginário” para dizer que estamos referindo-nos a crenças falsas, conforme acepção bastante presente no linguajar cotidiano. Na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta, “imaginário” conota, primariamente, aquilo que é criado pelo próprio ser humano, no âmbito da esfera ontológica social identificada por Lukács (1978/2013), autor que explicitou notavelmente uma visão já presente no trabalho de Bleger (1963/2012), criador da psicologia psicanalítica concreta.

Entendemos que os imaginários coletivos são *habitados* e *vividos* pelos seres humanos, de modo que seu estudo pode ser feito como experiência vivida por personalidades individuais e coletivas. Essa questão torna-se ainda mais compreensível quando lembramos que os imaginários coletivos, quando pensados à luz da psicologia psicanalítica concreta, articulam-se ao redor de crenças—não conscientes, vale dizer—daquilo que é tomado, em uma dada formação sociocultural, como certo, verdadeiro e inquestionável (Bleger, 1963/2012).

Quando decidimos debruçar-nos, na presente investigação, sobre o estudo de imaginários coletivos *de* e *sobre* “mulheres-mães trabalhadoras casadas”, que acumulam a realização de atividades profissionais e domésticas, vimo-nos diante da necessidade de definir melhor os termos “trabalhadora” e “casada”. Trata-se de tarefa indispensável, pois desse modo podemos justificar a escolha do material selecionado, um vídeo de animação intitulado *The Impossible Dream?*. Trata-se de uma animação sem diálogos, produzida em 1983, atualmente disponível no canal ONU Brasil na plataforma *YouTube*.

Consideramos “casada” a pessoa que coabita conjugalmente, independentemente de formalização legalizada dessa condição, no âmbito da constituição de uma família nuclear—uma vez que nos interessamos por “mulheres-mães”. Usamos o termo “trabalhadora” segundo os critérios estabelecidos pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), quando se refere à pessoa que exerce ocupações que requerem níveis de escolaridade entre o ensino fundamental incompleto e o ensino médio incompleto, sem necessidade de formação técnica formal, mas que podem demandar experiência prática adquirida diretamente no ambiente de trabalho. Trata-se, portanto, de funções geralmente operacionais, que mobilizam competências práticas desenvolvidas ao longo da execução das atividades profissionais (Ministério do Trabalho e Emprego, 2010).

Há um certo tempo, nosso grupo de pesquisa USP/CNPq “Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade” vem abordando diferentes formas de sofrimento social e psíquico, com atenção especial àquelas que se associam a desigualdades estruturais que afetam populações vulneráveis. Questões como o sofrimento social de usuários do sistema público de saúde mental, estudado, por exemplo, por Aiello-Vaisberg (1999) e Aiello-Vaisberg e Trinca (1999), e de grupos alvos de exclusão social, como pessoas negras (Aiello-Fernandes, 2013, 2018) ou populações em situação de precariedade econômica (Montezi, Barcellos, Ambrosio,

& Aiello-Vaisberg, 2013; Chinalia, 2012, 2017; Rodrigues, 2016; Corbett, 2014) têm, assim, recebido nossa atenção.

No entanto, reconhecemos que a dinâmica do sofrimento social não se limita a grupos tradicionalmente marginalizados. Por essa razão, também investigamos condições nas quais o sofrimento é um pouco mais sutil, como as vivências de adolescentes de classe média (Barreto & Aiello-Vaisberg, 2007; Assis, 2014, 2019) e de pessoas adotadas (Pontes, Cabrera, Ferreira, & Aiello-Vaisberg, 2008; Ferreira & Aiello-Vaisberg, 2006). Dizemos que o sofrimento é mais sutil porque os adotados, por exemplo, nem sempre são facilmente identificados (Pontes et al., 2008), a não ser quando traços visivelmente afrodescendentes destoam dos apresentados pelos pais adotivos brancos, situação que já se confunde com a própria discriminação racial (Aiello-Fernandes, 2013, 2018). Por outro lado, também reconhecemos que os adolescentes de classe média, que durante certo tempo foram chamados de “aborrecentes”, sofrem discriminação diversa daquela dirigida a adolescentes e jovens afrodescendentes (Assis, Aiello-Fernandes, & Aiello-Vaisberg, 2016). Sobre esses últimos parece pairar a suposição de uma maior probabilidade de queda em comportamento delinquente, o que os colocaria mais próximos da instituição policial, em um desconcertante desconhecimento, bastante comum, de que suas vidas sofrem limitações altamente significativas (Silva, Anunciação, & Trad, 2024; Bossa & Guerra, 2023).

Entretanto, é importante lembrar que, em função de resultados obtidos em diferentes investigações, o grupo de pesquisa USP/CNPq “Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade” se voltou, nos últimos anos, para o estudo da experiência concreta de mulheres-mães, que, na sociedade em que vivemos, têm lugar sob a vigência de imaginários coletivos que, em última instância, trazem marcas claras do patriarcado capitalista². Destacamos, nessas pesquisas sobre mulheres-mães, um grupo que, ao que tudo indica, vem-se tornando cada vez mais numeroso: o daquelas que acumulam trabalho doméstico e profissional, em uma intersecção na qual se articulam gênero, classe social e raça³, uma vez que entendemos que a

² O patriarcado abrange a opressão à mulher e aos grupos que não aderem a cisheteronormatividade. Capitalista é o sistema que cria ricos e pobres, capitalistas e vendedores da própria força de trabalho. Racismo é o sistema que cria a supremacia branca e coloca todos os demais como inferiores (Aiello-Vaisberg, 2009).

³ Não abordaremos diretamente a questão da raça na presente pesquisa, o que não significa que não reconheçamos sua enorme importância. Lembramos, contudo, que o racismo está diretamente vinculado à escravização de populações africanas e que há uma inegável semelhança entre a situação da “mulher-mãe trabalhadora casada” e a da pessoa escravizada, como bem demonstra

experiência vivida no exercício profissional por mulheres com instrução de nível superior é bastante diversa daquela vivida por mulheres que exercem funções que exigem menor qualificação e auferem salários menores. Podem ser lembrados, como trabalhos produzidos por nosso grupo de pesquisa que representam esse último conjunto, aqueles realizados por Corbett, Ambrosio, Gallo-Belluzzo e Aiello-Vaisberg (2014) e por Schulte, Gallo-Belluzzo e Aiello-Vaisberg (2016).

Nosso interesse específico na presente pesquisa consiste em buscar compreender imaginários coletivos, que se articulam ao redor de crenças imaginativas, *de e sobre* “mulheres-mães trabalhadoras casadas”. Assim sendo, fica claro que nosso problema de pesquisa se insere em um importante tópico de estudos associado à divisão sexual do trabalho, tal como se instaurou no patriarcado capitalista desde o cercamento das terras comuns e o êxodo rural ocorrido em seus primórdios, na Inglaterra (Federici, 1984/2017). Ao separar o local de domicílio do local de trabalho, o que não ocorria na vida campesina, foi estabelecido um sistema que distinguia o trabalho produtivo de homens livres, operários fabris, que vendiam sua força de trabalho pelo salário; e atividades reprodutivas, consideradas uma extensão de capacidades mamíferas, que incluem gestação, parto e nutrição dos filhos, como atribuição feminina e não remuneráveis por sua própria natureza. Quando mulheres e crianças exerciam trabalho produtivo, não o faziam como trabalhadores livres, mas como propriedade do pai/marido, que se tornava o legítimo detentor de seus ganhos.

Ao longo dos séculos que se passaram entre a instauração da revolução industrial inglesa e o momento contemporâneo, o capitalismo conheceu crises e transformações, assunto sobre o qual não nos deteremos, na medida em que escapa tanto aos nossos objetivos de pesquisa como também à nossa formação. Interessa-nos, sim, por outro lado—em função do nosso compromisso com o estudo dos sofrimentos sociais de mulheres-mães, que apresenta tanto valor clínico, em vertentes psicoterapêuticas e psicoprofiláticas, como utilidade em debates que se travam no âmbito dos movimentos sociais de defesa de direitos humanos—, produzir conhecimento sobre um fenômeno atual denominado dupla jornada de trabalho feminino. Por meio desse fenômeno, que se trata de um arranjo socialmente produzido, tem sido possível manter a divisão sexual do trabalho e admitir a mulher

Federici (1984/2017). Esperamos, portanto, que nosso trabalho possa ser de utilidade para estudiosos da questão racial.

como trabalhadora livre remunerada no mercado de trabalho, enquanto ela exerce o trabalho doméstico e de cuidado dos filhos como atividade gratuita, incessante e geradora de evidente sobrecarga. Tomamos essa questão real e atual, que afeta a vida de todas as mulheres—ainda que de forma modulada conforme as configurações interseccionais que regem suas vidas—, como problema de pesquisa. A nosso ver, a compreensão mais profunda das múltiplas responsabilidades que essas mulheres assumem, bem como das desigualdades e discriminações que enfrentam, pode ser um passo importante para o amadurecimento ético e político da sociedade como um todo.

Optamos por organizar esta dissertação em quatro capítulos. A seguir, apresentamos, bem como uma breve descrição de seus conteúdos, nos quais abordamos as diversas dimensões da vida das “mulheres-mães trabalhadoras casadas” que acumulam trabalho doméstico e profissional.

No capítulo 1, delimitamos o problema de pesquisa da dupla jornada de trabalho e dos sofrimentos sociais da mulher-mãe, explicitando como tais sofrimentos se enraízam na estrutura social do patriarcado capitalista. Para fundamentar essa problematização, apresentamos três “campos ambientais”—tomados como pressupostos teórico-analíticos, e não como resultados interpretativos da pesquisa—que organizam o capítulo: (I) patriarcado capitalista; (II) divisão sexual do trabalho; e (III) família nuclear. Em cada seção, discutiremos como esses campos, historicamente articulados, moldam práticas, expectativas e sentidos subjetivos que sustentam a sobrecarga reprodutiva feminina. Indicamos também o recorte desta dissertação, que enfatiza a intersecção gênero/maternidade/classe, situando o debate no contexto brasileiro e dialogando com o feminismo materialista e com a psicologia psicanalítica concreta.

O capítulo 2 se dedica à exposição dos fundamentos e procedimentos metodológicos que sustentam a presente pesquisa. Nele, buscamos explicitar os caminhos investigativos adotados, destacando a escolha pela abordagem qualitativa baseada no uso do método investigativo da psicanálise. Tal escolha não se dá apenas por afinidade teórica, mas sobretudo pela possibilidade que esse método oferece de acessar a complexidade dos sentidos subjetivos envolvidos nos fenômenos estudados. A pesquisa, ao se orientar por essa perspectiva,

compromete-se com uma escuta⁴ sensível e com a construção reflexiva do conhecimento, respeitando as singularidades dos sujeitos e das experiências que emergem ao longo do percurso investigativo.

O capítulo 3 será dedicado ao cumprimento daquilo que é exigido pelo procedimento de registro do material. Nele, apresentamos uma “narrativa transferencial representativa”, por meio da qual damos voz à personagem central de um vídeo de animação de 1983, em cores porém mudo, divulgado no canal do *YouTube* da ONU Brasil.⁵ Através da elaboração da “narrativa transferencial representativa”, retratamos as cenas do vídeo, bem como os impactos afetivo-emocionais provocados pela experiência de exposição ao vídeo vivida. Entretanto, cabe sublinhar que o processo de dar voz à figura da mulher-mãe favoreceu uma curiosa proximidade com a personagem, que, a nosso ver, facilita a compreensão do drama por ela vivenciado.

No capítulo 4, são apresentados os resultados da pesquisa, organizados em forma de “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional”, criados/encontrados a partir do método investigativo da psicanálise; e “campos ambientais”, deduzidos a partir das contribuições de sociólogas, antropólogas e historiadoras feministas materialistas. Os “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional” identificados—“Mulher-Éter”, “Oásis e Deserto”, “Engrenagem Visível e Engrenagem Fantasma” e “Sonho (im)possível?”—encontram fundamento macrossocial nos “campos ambientais”: “Patriarcado Capitalista”, “Divisão Sexual do Trabalho” e “Família Nuclear”. Além da apresentação dos resultados interpretativos, o capítulo traz uma seção dedicada às interlocuções reflexivas, na qual os achados são retomados à luz de autoras e autores selecionados, estabelecendo um diálogo crítico que enriquece e amplia a compreensão do material de pesquisa. Nesse momento do nosso percurso, escolhemos dialogar com as contribuições de Federici (1984/2017), hooks (2019), Bartky (1990/2011), Paulo Freire (1992) e Winnicott (1955/2000; 1960/1983; 1971/1975).

Por fim, finalizamos a pesquisa com as “Reflexões Finais”, em que retomamos os resultados interpretativos à luz da psicologia psicanalítica concreta, articulando-os de modo mais conciso e sintético com os contextos macrossociais do patriarcado

⁴ Usamos o termo “escuta”, comum entre psicólogos/psicanalistas, para nos referirmos a uma atitude que é da ordem do reconhecimento e da empatia, não se limitando ao registro, indiscutivelmente importante, das trocas verbais.

⁵ Apresentaremos a justificativa de escolha do vídeo no Capítulo 2, páginas 43 e 44.

capitalista, da divisão sexual do trabalho e da família nuclear. Nessa seção, enfatizamos como o sofrimento das mulheres-mães não decorre de falhas individuais, mas de estruturas históricas e coletivas que sustentam desigualdades persistentes. Destacamos, ainda, o potencial transformador do campo “Sonho (im)possível?”, que abre horizonte para a imaginação crítica e para a possibilidade de reconfiguração das relações de cuidado em bases mais justas e compartilhadas.

Capítulo 1

A Dupla Jornada e os Sofrimentos Sociais da Mulher-Mãe

Reservando este primeiro capítulo à elucidação do problema de pesquisa abordado na presente dissertação, consideramos relevante situá-la como uma produção do grupo de pesquisa USP/CNPq “Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade”, coletivo institucional que adota a psicologia psicanalítica concreta, inaugurada por José Bleger (1963/2012), como esquema conceitual referencial operativo—ECRO (Lema 1976/1993)⁶. Essa perspectiva referencial corresponde a uma psicanálise de inspiração fenomenológica que exige que as teorizações sejam sempre elaboradas em termos relacionais e em máxima proximidade ao acontecer clínico e, portanto, inter-humano.

Se, como indica o próprio nome do grupo de pesquisa, nosso interesse fundamental é o do estudo do sofrimento humano, entendido a partir da valorização das dimensões não-conscientes e dos contextos microssociais e macrossociais nos quais ocorre o viver humano, não deixamos de seguir sempre caminhos investigativos que partem da proposição de problemas concretos. Desse modo, mantemo-nos coerentes com as formulações da epistemologia da problematização (Fabre, 2024), segundo a qual toda produção de conhecimento científico e filosófico deve visar, primordialmente, à resolução de problemas. No nosso caso, podemos afirmar que, ao longo das últimas décadas de nossa trajetória coletiva, temos estado sempre dedicadas ao que são conhecidas, na literatura francesa, como “questões socialmente vivas”, definidas como aquelas abordadas tanto por pesquisadores científicos como por ativistas sociais (Chauvigne & Fabre, 2010). Esse é o caso, por exemplo, das relações de gênero e da contradição vigente entre capitalismo e cuidado (Fraser, 2017).

Nos estudos da lógica moderna, as proposições, quando consideradas verdadeiras, são tratadas como se irrompessem da atividade intelectual de maneira solitária e isolada. Entretanto, como sustenta a epistemologia da

⁶ Encontramos nessa obra, que se constitui por meio de conversas entre Vicente Zito Lema e Enrique Pichon-Rivière, a formulação mais completa do conceito de ECRO.

problematização—que se mantém mais próxima de uma concepção concreta da atividade intelectual—, o fato é que toda proposição corresponde à tentativa de responder a algum problema. Identificar o problema que motiva a busca do conhecimento é, portanto, uma etapa fundamental do processo investigativo.

Conforme Laudan (1983), podemos tomar como problemas de pesquisa tanto questões conceituais como empíricas. No que diz respeito a estas últimas, que nos importam aqui mais diretamente, vale lembrar que aquilo que se entende como problematização ultrapassa em muito uma mera identificação, que poderia corresponder a um trabalho jornalístico, mas não a uma investigação científica. Neste segundo tipo de iniciativa, torna-se indispensável a problematização, que deve ser entendida como uma elaboração que nos permita inserir aquilo que pretendemos estudar em quadros conceituais a partir dos quais seja possível determinar recortes específicos para sua abordagem.

Quando propomos a presente pesquisa, voltada ao estudo de imaginários coletivos que circulam no espaço social sobre “mulheres-mães trabalhadoras casadas”, aproximamo-nos, como se verá a seguir, de uma “questão socialmente viva” (Chauvigne & Fabre, 2010) dotada de grande complexidade, que se tem revelado simultaneamente geradora de sofrimento social e resistente à mudança. Enquanto situação geradora de sofrimento social, essa temática nos remete à interface entre indivíduo e sociedade, convocando discussões sobre as múltiplas formas de opressão que conformam a experiência das mulheres. Entre essas formas, destacam-se não apenas o patriarcado e o capitalismo, mas também o racismo estrutural, responsável por produzir marcadores raciais que organizam, de modo desigual, as condições de vida, de trabalho e de subjetivação de diferentes grupos sociais.

Nesse ponto, o diálogo com Schucman (2012) se mostra incontornável. A autora evidencia como a branquitude, enquanto estrutura de poder e normalidade, mantém-se invisibilizada ao mesmo tempo em que organiza o espaço social. Em sua análise da sociedade paulistana, Schucman (2012) demonstra que a branquitude não é apenas um marcador racial, mas um lugar normativo que permite a algumas mulheres—sobretudo brancas, de classe média—acessar o cuidado como direito, ao passo que outras—em geral mulheres negras e pobres—são historicamente interpeladas como responsáveis por fornecer esse cuidado. Essa operação, que

naturaliza a desigualdade racial na divisão sexual do trabalho, constitui um dos pilares do sofrimento social que buscamos problematizar neste trabalho.

Entretanto, sendo inegavelmente relevante, a questão racial não será o foco da presente pesquisa, dado o recorte escolhido para abordar a interseccionalidade entre gênero, maternidade e classe. Por outro lado, não deixaremos de nos beneficiar das contribuições do feminismo negro, que, tendo bebido da fonte do feminismo branco de classe média, soube superá-lo lançando luz sobre as condições de opressão vividas por todas as mulheres, ainda que diferencialmente, em termos de raça, classe e maternidade.

Ao discutir a divisão sexual do trabalho, é fundamental ressaltar que ela não se apresenta de modo homogêneo. Classes sociais distintas vivenciam tais relações de maneiras muito diferentes: enquanto parte da classe média feminina pode negociar maior divisão das tarefas domésticas dentro do lar, as mulheres das camadas populares—frequentemente racializadas—carregam sozinhas o peso tanto do trabalho produtivo quanto do reprodutivo. Além disso, a literatura feminista crítica aponta para a tendência de se naturalizar a associação entre mulheres e cuidados, o que reforça barreiras materiais e simbólicas para a plena participação feminina nos espaços de poder político e econômico (Tabet, 2014).

Para situar melhor este debate, é importante destacar que, ao falarmos em patriarcado capitalista, referimo-nos à articulação histórica entre a dominação masculina e a exploração econômica, que estrutura a reprodução social e a produção econômica de maneira interdependente (Federici, 1984/2017). Compreender essas múltiplas dimensões permite reconhecer que a divisão sexual do trabalho, longe de ser um fenômeno meramente doméstico ou relacional, constitui uma engrenagem essencial da estrutura patriarcal-capitalista. Essa perspectiva amplia o escopo analítico para além do núcleo conjugal, inserindo a problemática de gênero em um quadro mais amplo de exploração e de opressão material e simbólica.

A busca por igualdade de gênero nas relações conjugais é um tema amplamente debatido em muitos setores da sociedade contemporânea. Trata-se de uma questão reconhecidamente importante, na medida em que impacta fortemente a vida afetiva dos integrantes do casal e de seus filhos. Um dos maiores geradores de atritos da vida cotidiana, seja ele explicitado ou não, é a divisão das tarefas domésticas. Afinal, na medida em que já se tem como plenamente aceita e

estabelecida a possibilidade da contribuição financeira feminina no orçamento familiar—o que, vale lembrar, sempre foi uma realidade nas classes populares—, compreende-se a expectativa de uma retribuição na forma do compartilhamento das atividades domésticas, incluindo o cuidado dos filhos.

Para aprofundar essa análise, focalizaremos, nos próximos capítulos, a figura da “mulher-mãe trabalhadora casada” assumida pela personagem Miriam na “narrativa transferencial representativa” desta dissertação, que simboliza uma trabalhadora braçal que lida sozinha com todas as demandas da reprodução social, exemplificando o que é conhecido na literatura feminista como sobrecarga reprodutiva invisível (Federici, 1984/2017) e atualmente referido como dupla jornada de trabalho feminino.

A rotina de Miriam, como veremos, remete diretamente ao que Federici (1984/2017) define como a apropriação do trabalho reprodutivo pelas estruturas patriarcais e capitalistas. Nesse modelo, mulheres das classes populares acumulam o trabalho produtivo (fora de casa) e reprodutivo (no lar), geralmente sem qualquer possibilidade de delegar tarefas, mesmo quando contam, ocasionalmente, com a ajuda de familiares. No caso que analisamos, não fica claro se a pessoa que cuida do bebê enquanto Miriam trabalha é uma avó ou uma cuidadora remunerada, o que reflete a ambiguidade e a informalidade típicas das redes de cuidado entre mulheres das camadas populares.

Em contraste, as mulheres de classe média enfrentam, ainda que sob outras condições materiais, a mesma lógica de divisão sexual do trabalho. No entanto, elas frequentemente terceirizam parte dessa carga por meio da contratação de trabalhadoras domésticas—geralmente mulheres subalternizadas e racializadas. Esse arranjo, que parece aliviar a carga das mulheres de classe média, reforça o ciclo de exploração descrito por Federici (1984/2017), evidenciando que a reprodução social no capitalismo não é apenas uma tarefa privada, mas uma engrenagem essencial do sistema econômico e social. Como bem destaca a literatura crítica, tal arranjo não costuma estimular os maridos a dividirem o trabalho doméstico; pelo contrário, frequentemente consolida a naturalização das mulheres-mães como principais responsáveis pela casa e pelos filhos.

A situação se torna ainda mais evidente quando um filho nasce. No contexto brasileiro, a licença-maternidade de três meses e a falta de políticas públicas robustas para a primeira infância tornam quase inevitável, para mulheres de classe

média, o recurso a empregadas domésticas ou babás para garantir o funcionamento da casa. Mesmo quando a mulher-mãe deixa os filhos em berçários, anexos a escolas particulares, há toda uma lista de afazeres relativos ao bem-estar da criança que será necessariamente realizada em casa: lavar e passar roupa, limpar os espaços, providenciar alimentos e preparar tudo de que uma criança pequena necessita diariamente, inclusive para levar consigo à “escolinha”. Esse cenário contrasta com o vivido por mulheres como Miriam, para quem não há margem para a contratação de serviços pagos, restando a ela mesma a execução integral de todas essas tarefas.

Essas diferenças revelam que, embora tanto mulheres subalternizadas quanto mulheres de classe média estejam inseridas na lógica patriarcal-capitalista da divisão sexual do trabalho, suas experiências são marcadas por desigualdades materiais profundas. Mesmo inserida em um cenário de transformações sociais e culturais, a mulher segue buscando um equilíbrio que desafie as estruturas tradicionais da divisão sexual do trabalho, segundo a qual o cuidado dos filhos—sintomaticamente conhecido como cuidado materno—seria exclusivamente de sua responsabilidade. No entanto, essa busca encontra barreiras que vão desde a perpetuação de valores patriarcais até a desigualdade no acesso às oportunidades de trabalho e no reconhecimento social (Hirata & Kergoat, 2007/2009; Kergoat, 2009).

Considerando que o problema da presente pesquisa é produto da elaboração de uma questão socialmente viva bastante complexa, que afeta e provoca sofrimento em um grande número de pessoas, completaremos o presente capítulo abordando os contextos macrossociais mais relevantes para a compreensão que buscamos. Para isso, dividiremos o texto em três partes, mantendo nosso foco no fenômeno da dupla jornada feminina, a partir do qual buscamos estudar a situação das “mulheres-mães trabalhadoras casadas”. As partes do capítulo são: “O Patriarcado Capitalista: Costuras da Dominação”; “A Divisão Sexual do Trabalho: Linhas Invisíveis”; e “A Família Nuclear: Do Amor ao Labor”.

Como se verá, no devido momento, os contextos macrossociais do patriarcado, da divisão social do trabalho e da família nuclear são tomados como “campos ambientais”, no sentido que o termo assume na teorização de Bleger (1963/2007), que corresponde à base da psicologia psicanalítica concreta. Sendo assim, deve ficar claro que os “campos ambientais”, a partir dos quais elaboramos a

problematização da presente investigação, são aqueles que a leitura crítica de feministas materialistas⁷, das áreas da história, da sociologia e da antropologia, pode fundamentar. Não são resultados interpretativos de nossa própria pesquisa, mas pressupostos previamente assumidos. A bem da clareza, apresentamos nos quadros a seguir definições sucintas de cada um dos campos ambientais à luz dos quais consideraremos nossas interpretações no capítulo 4, que derivam do uso do método investigativo da psicanálise.

“Patriarcado Capitalista” é um campo ambiental que se define pela articulação de duas formas de dominação e exploração que se entrelaçam e se reforçam mutuamente: o patriarcado, sistema baseado na dominação masculina e na hierarquização de gênero, e o capitalismo, sistema baseado na apropriação privada dos meios de produção e na exploração do trabalhador. Trata-se de uma articulação histórica entre dominação masculina e a exploração econômica, que estrutura a reprodução social e a produção econômica de modo interdependente.

“Divisão Sexual do Trabalho” é um campo ambiental que se define como a organização social que separa e hierarquiza atividades produtivas e reprodutivas segundo o sexo, atribuindo às mulheres, de forma naturalizada, a responsabilidade pelo trabalho doméstico e de cuidado não remunerado e pouco reconhecido, enquanto aos homens é reservado o acesso prioritário às funções produtivas e de prestígio na esfera pública. Trata-se de uma construção histórica e ideológica, inscrita no patriarcado capitalista, que reproduz desigualdades de posição, remuneração e poder entre homens e mulheres, independentemente da classe social.

⁷ Referimo-nos aos estudos de autoras tais como Silvia Federici, Christine Delphy, Daniele Kergoat, Helena Hirata, Nancy Fraser, Paula Tabet e bell hooks, que floresceram em diálogo com muitas outras.

“Família Nuclear” é um campo ambiental que se define como o modelo normativo de organização social composto por pai, mãe e filhos, instituído no patriarcado capitalista como espaço central de reprodução biológica, social e afetiva. Sob a aparência de afeto e estabilidade, naturaliza a desigualdade de gênero ao atribuir ao homem a posição de provedor e “cabeça do casal” e, à mulher, a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado e pelo trabalho doméstico, mesmo quando inserida no mercado de trabalho. Trata-se de uma construção histórica e ideológica que garante a reprodução cotidiana da força de trabalho, sustenta a lógica da dupla jornada feminina e produz subjetividades marcadas pela vigilância, pela culpa e pela interiorização da subordinação.

O Patriarcado Capitalista: Costuras da Dominação

Compreender o patriarcado capitalista exige retomar o legado marxista e, ao mesmo tempo, ultrapassá-lo. Marx (1867/2013) elaborou uma análise fundamental sobre o funcionamento da economia capitalista, válida até hoje para compreender as dinâmicas de produção, circulação e acumulação. No entanto, como apontam as feministas materialistas, Marx não considerou de modo satisfatório um aspecto essencial: o fato de que a produção capitalista se sustenta a partir do trabalho reprodutivo—isto é, o conjunto de atividades necessárias à manutenção da vida cotidiana e à renovação geracional.

Federici (1984/2017) mostra que essa invisibilização do trabalho doméstico e de cuidado, majoritariamente realizado por mulheres, revela a necessidade de nomear e analisar não apenas o capitalismo, mas o patriarcado capitalista. Essa engrenagem de exploração articula a apropriação do trabalho assalariado com a apropriação do trabalho reprodutivo feminino, sustentando a lógica de acumulação. Para a autora, a transição do feudalismo ao capitalismo implicou não apenas a exploração da força de trabalho masculina nas fábricas, mas também a criação de uma nova divisão sexual do trabalho, que confinou as mulheres ao espaço doméstico, subordinando-as a um trabalho não remunerado e invisível. Esse trabalho, longe de ser um vestígio de sociedades tradicionais, constitui o alicerce

sobre o qual se ergue a produção capitalista: é no lar que se reproduz a força de trabalho a ser vendida no mercado.

O conceito de patriarcado capitalista remete, portanto, à articulação entre duas formas de dominação que se reforçam mutuamente: o patriarcado—sistema social baseado na dominação masculina e na hierarquização de gênero—e o capitalismo—sistema econômico estruturado na apropriação privada dos meios de produção e na exploração do trabalho. Essa articulação deixa claro que a opressão de gênero não é um resquício pré-capitalista, mas parte constitutiva do próprio funcionamento do capitalismo, que depende da desvalorização e da exploração do trabalho feminino (Federici, 1984/2017).

Delphy (2009) contribui para essa compreensão ao enfatizar que o patriarcado não deve ser visto como herança de épocas passadas, mas como um sistema ativo de exploração que organiza as mulheres como uma classe subordinada aos homens. O patriarcado, nessa perspectiva, não se encontra “fora” do capitalismo, mas é parte fundamental de sua engrenagem social e econômica.

Tabet (2014) aprofunda a análise ao demonstrar que a desigualdade entre os sexos não é natural, mas historicamente construída. Em sua reflexão sobre o subequipamento material das mulheres, a autora mostra que a exclusão deliberada das mulheres do acesso a ferramentas, armas e conhecimentos técnicos consolidou sua subordinação. Privadas de meios de produção e sobrevivência, as mulheres foram mantidas em posição de dependência e controle. No capitalismo moderno, essa lógica é atualizada: o trabalho doméstico permanece desvalorizado, mas, ao mesmo tempo, é indispensável para a reprodução da força de trabalho.

Além disso, pesquisas recentes apontam que a hegemonia do patriarcado não é um fenômeno apenas histórico-social, mas também pode ser analisada a partir de perspectivas etológicas. O estudo de Faverin et al. (2022) demonstra que fatores como a filopatria masculina e a organização patrilocal, consolidados após a sedentarização e o advento da agricultura, favoreceram a centralidade masculina e contribuíram para a manutenção do patriarcado. Essa leitura amplia a compreensão do patriarcado capitalista ao mostrar que, ainda que culturalmente construído, ele se apoia em dinâmicas evolutivas e sociais de longa duração.

Em outro registro, Costa (2018) argumenta que a luta feminista tem papel central na reconfiguração das categorias marxistas. Ao problematizar a ausência das mulheres na teoria de Marx e Engels, a autora defende que o feminismo não apenas

denuncia a exploração invisibilizada do trabalho feminino, mas também propõe deslocamentos conceituais fundamentais—do conflito de classes para o conflito de gênero, da razão abstrata para uma razão sensível e de uma esquerda abstrata para uma esquerda feminista. Assim, o feminismo não é um adendo ao marxismo, mas uma chave de transformação crítica do próprio paradigma de análise social.

De modo convergente, Sento-Sé (2024) destaca que pensar o patriarcado em articulação com a interseccionalidade permite compreender a forma como gênero, raça e classe se entrecruzam na organização da vida social. Ao analisar a divisão entre público e privado como ponto de convergência teórica, o artigo mostra que o patriarcado capitalista se sustenta não apenas pela exploração do trabalho feminino, mas também pela racialização das funções reprodutivas, especialmente em contextos como o brasileiro, marcado pela herança escravocrata.

Dessa forma, torna-se evidente por que as feministas materialistas diferem dos marxistas clássicos. Enquanto em Bottomore (1988) a divisão do trabalho aparece como uma categoria ampla, relativa à organização social das funções produtivas, as teóricas feministas criaram o conceito específico de divisão sexual do trabalho. Esse conceito torna visível a separação entre atividades produtivas e reprodutivas—distinção socialmente naturalizada, mas que é, na verdade, uma construção histórica e ideológica marcada pelo patriarcado capitalista.

Assim, reconhecer o patriarcado capitalista como engrenagem que articula exploração econômica e dominação patriarcal permite avançar na análise de seus desdobramentos: a divisão sexual do trabalho e a família nuclear. É a partir dessa chave que se pode compreender como a desigualdade interage com a dupla jornada de trabalho feminina dentro e fora de casa.

A Divisão Sexual do Trabalho: Linhas Invisíveis

As feministas materialistas francesas, como Kergoat (2009) e Delphy (1970), aprofundam a análise colocada na seção anterior ao explicitar que a divisão sexual do trabalho apresenta duas grandes acepções: a primeira, estrutural, que diferencia o homem como trabalhador livre, vendendo sua força de trabalho em troca de salário, enquanto a mulher permanece responsável pelo trabalho dito “natural”, sem remuneração e, muitas vezes, sem reconhecimento social; a segunda acepção diz

respeito à divisão de homens e mulheres no interior do mercado de trabalho, evidenciando as desigualdades de posição, remuneração e acesso às ocupações formais.⁸

Tal concepção não só reafirma a posição subordinada da mulher nas relações conjugais—em que a lógica é a de que a mulher seria ontologicamente inferior e, por isso, não poderia ser “o cabeça do casal”, como se dizia tradicionalmente—, mas também limita sua autonomia ao torná-la responsável quase exclusiva pela reprodução social, enquanto os homens são priorizados no acesso a papéis produtivos e de prestígio na esfera pública (Hirata & Kergoat, 2007/2009; Saffioti, 2004). Trata-se de uma lógica que legitima a subordinação da mulher com base em sua suposta inferioridade essencial, reforçando, em múltiplas frentes, sua exclusão ou marginalização da esfera produtiva reconhecida.

Tomando o contexto do Brasil como exemplo, essa divisão manifesta-se de forma contundente. Dados divulgados pelo IBGE (2024) no relatório *Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil* demonstram diferenças expressivas de carga horária e na participação no trabalho doméstico. Em 2022, as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas semanais aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos—quase o dobro do tempo dos homens, que foi de 11,7 horas. Essa desigualdade é ainda mais acentuada em regiões como o Nordeste, onde as mulheres chegam a dedicar 23,5 horas semanais a essas atividades, configurando a maior disparidade regional. Esse dado não apenas evidencia a persistência da divisão sexual do trabalho, mas também ajuda a explicar por que as mulheres, mesmo quando inseridas no mercado de trabalho formal, permanecem em desvantagem: sua jornada dupla compromete sua disponibilidade e desempenho profissional, além de impactar diretamente em sua saúde física e mental.⁹

Ao refletirmos sobre esse cenário—com base em nossas observações acadêmicas e nas discussões desenvolvidas no grupo de pesquisa USP/CNPq “Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade”¹⁰—, percebemos que o imaginário coletivo de e sobre “mulheres-mães trabalhadoras casadas” pode reforçar e perpetuar essas

⁸ Neste capítulo, privilegiamos a primeira aceção, entendendo que a segunda é derivada e dependente de variáveis interseccionais, como classe e raça, conforme indica Federici (1984/2017).

⁹ O leitor interessado em obter uma visão mais detalhada sobre inserção de pessoas conforme o gênero, cor e classe no mercado de trabalho brasileiro pode encontrar dados sobre fatores importantes em IBGE (2024).

¹⁰ Uma visão geral das produções do grupo de pesquisa Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade pode ser obtida pelo exame do lattes da orientadora, acessível pelo link <http://lattes.cnpq.br/4670585523085617>.

desigualdades. Essas mulheres são frequentemente retratadas socialmente como "heroínas", que devem dar conta de tudo com dedicação e sacrifício, ou, inversamente, como "culpadas", caso não consigam atender plenamente às múltiplas demandas que recaem sobre elas. A nosso ver, essa representação binária opera como um imaginário que contribui para a manutenção do status quo, pois, ao mesmo tempo que glorifica a sobrecarga, culpabiliza aquelas que buscam escapar dessa lógica ou denunciar suas injustiças. Entendemos que pesquisas sobre essa temática são fundamentais para desnaturalizar tais narrativas, evidenciar as desigualdades subjacentes e propor caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual a conciliação entre vida pessoal e profissional seja tratada não como heroísmo individual, mas como um direito coletivo.

Um aspecto crucial a ser destacado é que, mesmo entre os homens das classes populares ou subalternas—como operários ou trabalhadores braçais—, a divisão sexual do trabalho se mantém sólida: ainda que esses homens não ocupem posições de prestígio ou de poder econômico, via de regra eles não assumem as tarefas domésticas, que continuam sendo vistas como uma atribuição exclusivamente feminina. Essa realidade evidencia que a divisão sexual do trabalho vai além da lógica econômica e se sustenta, sobretudo, em uma matriz ideológica profundamente enraizada, que atribui à mulher, independentemente de sua classe social, a responsabilidade pelo cuidado e pela manutenção do espaço doméstico (Federici, 1984/2017).

O modelo da família nuclear europeia, que emergiu com os cercamentos das terras comuns e a expulsão dos camponeses, consolidou-se como organização social padrão: ao homem cabia a responsabilidade financeira e à mulher, o cuidado e a manutenção do lar (Perrot, 2017; Federici, 1984/2017). Esse modelo foi exportado para as colônias e continua a exercer forte influência sobre as formas familiares no Brasil contemporâneo. Ainda hoje, ele permanece como ideal normativo nas classes médias e populares, mesmo que adaptado às condições locais (Hirata & Kergoat, 2007/2009).

Entretanto, a realidade nas colônias revelou-se mais complexa. Entre os brancos colonizadores, predominava uma organização familiar patriarcal adaptada ao contexto agrário e escravocrata. Já os povos indígenas e africanos traziam formas culturais diversas, frequentemente baseadas em outras concepções de comunidade e família (Gorender, 2016; Guimarães, 1968). Essas formas

alternativas, no entanto, foram desvalorizadas e, muitas vezes, reprimidas pela cultura dominante, em um processo que Freire (1970/1987) denominou “invasão cultural”. Esse mecanismo impõe os valores do colonizador como universais e superiores, levando os grupos dominados a internalizarem a visão de que suas próprias culturas são inferiores.

Não surpreende, portanto, que feministas contemporâneas, como Sento-Sé (2024) e Narvaz e Koller (2006), continuem a apontar a presença vigorosa do patriarcado na sociedade brasileira, ressaltando que ele estrutura não apenas as relações privadas, mas também as políticas públicas, as leis e o mercado de trabalho. Hirata e Kergoat (2007/2009) reforçam que o patriarcado não se limita ao espaço doméstico: ele é um princípio organizador das relações sociais, atravessando todas as dimensões da vida pública e privada.

Assim, ao analisarmos a situação das “mulheres-mães trabalhadoras casadas”, torna-se evidente que estamos diante de um fenômeno que vai muito além da esfera doméstica. A divisão sexual do trabalho está inscrita em um contexto macrossocial de longa duração, profundamente marcado por desigualdades de gênero, classe e raça (Federici, 1984/2017; Saffioti, 2004).

A Família Nuclear: Do Amor ao Labor

O estudo sociológico do patriarcado capitalista revela que a sociedade contemporânea se estrutura não apenas pela divisão de classes—entre burguesia e proletariado—, mas também por uma divisão sexual do trabalho que se enraíza na forma como concebemos a vida privada e os vínculos afetivos (Federici, 1984/2017). No cotidiano, essa divisão se materializa nas interações conjugais, nas práticas parentais e nas dinâmicas familiares, operando por meio de rotinas repetitivas, mas profundamente carregadas de significados afetivo-emocionais (Schutz & Luckmann, 1973/2001).

Nesse contexto, a família nuclear—composta por pai, mãe e filhos—ocupa lugar central como modelo normativo de organização social. Instituída como ideal moderno de convivência, ela tornou-se o espaço privilegiado para a reprodução biológica, a socialização das crianças e a manutenção da ordem moral e econômica. No entanto, por trás da imagem de afeto e estabilidade que esse modelo projeta,

esconde-se uma estrutura hierárquica profundamente marcada pela desigualdade de gênero.

Como demonstra Federici (1984/2017), a emergência da família nuclear nos primórdios do capitalismo industrial esteve diretamente associada à redefinição dos papéis dos homens e das mulheres: ao homem cabia a venda de sua força de trabalho e o sustento financeiro da família; à mulher, as atividades não remuneradas de reprodução da vida—o cuidado do lar, dos filhos e do próprio marido. Mesmo quando a mulher era convocada ao trabalho fabril, continuava subordinada ao marido e desprovida de autonomia sobre seus próprios ganhos. Como “cabeça do casal”, o homem detinha autoridade legal e moral sobre o núcleo familiar.

Sem nunca ter sido realmente revogada, a divisão sexual do trabalho não deixou de sofrer alguns ajustes e mudanças ao longo dos séculos, em diferentes fases do capitalismo. A mudança que mais nos interessa, no momento, é aquela que passou a permitir que a mulher atue no mercado de trabalho como trabalhadora livre—vale dizer, como pessoa que não necessita da autorização do homem, pai ou marido, para se inserir no mundo laboral, tornando-se, ainda, civilmente autorizada a gerir seus próprios ganhos.¹¹ Entretanto, cabe lembrar que esse ajuste resultou da conjunção das antigas lutas feministas¹² com as condições instauradas pela segunda guerra mundial, que colocou muitas mulheres em postos de trabalho anteriormente ocupados pelos homens que foram convocados como soldados, muitos dos quais não voltaram ou voltaram com sequelas físicas e psicológicas.

Entretanto, a entrada massiva da mulher no mercado de trabalho trouxe consigo mudanças significativas para a condição feminina, como, por exemplo, o aumento expressivo do nível de instrução da população feminina. Essa conquista educacional reflete tanto os avanços legais quanto as mobilizações feministas ao longo do século XX (Saffioti, 2004; Badinter, 2011). No entanto, é importante destacar que tal avanço não implicou a supressão da responsabilidade quase

¹¹ Em nosso país, apenas em 1962, com a aprovação do Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121/62), as mulheres casadas passaram a poder exercer direitos civis, como trabalhar, receber heranças, comprar ou vender imóveis, assinar documentos e viajar, sem autorização do marido.

¹² Podemos lembrar aqui as sufragistas inglesas, que lutaram pelo direito de voto na Inglaterra, ainda no século XIX. Anteriormente, no século XVIII, quando as mulheres se deram conta de que o fato de terem lutado ombro a ombro com os homens pela queda da monarquia durante a Revolução Francesa não significava sua inclusão na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, baseada nos ideais da liberdade, igualdade e fraternidade, passaram a lutar abertamente pelos Direitos da Mulher e da Cidadã.

exclusiva das mulheres pelo cuidado dos filhos e pelos afazeres domésticos.¹³ Em sua versão contemporânea, trata-se da chamada família nuclear de dois provedores (Fraser, 2017), na qual a mulher contribui financeiramente, mas continua sendo a principal responsável pelo cuidado e pelo trabalho doméstico. A lógica patriarcal não desapareceu: apenas se adaptou. Surge, assim, o problema da chamada dupla jornada do trabalho feminino, conceito central para a compreensão das sobrecargas enfrentadas pelas mulheres na contemporaneidade (Hirata & Kergoat, 2007/2009; Federici, 1984/2017).

Essa dupla jornada se manifesta diversamente nas diferentes classes sociais. Nas classes médias, ela envolve a contratação de outra mulher que deve se encarregar do cuidado das crianças e dos afazeres domésticos. Normalmente, seu salário é idealmente deduzido do valor do salário da mulher, para que se possa ter uma avaliação de se “vale a pena” a mulher exercer um trabalho profissional. De todo modo, o trabalho da empregada ou cuidadora será objeto de gestão da mulher-mãe, enquanto o marido permanecerá alheio às ocorrências, sejam rotineiras ou não rotineiras. Nas classes desfavorecidas, a mulher acumulará pessoalmente o emprego e o trabalho doméstico, contando eventualmente com a ajuda de alguma mulher de sua família ou vizinhança, que necessitará sempre de alguma remuneração. Mesmo quando fazem uso de creches, as mulheres-mães usualmente precisam de ajuda de um terceiro, dados os horários de fechamento das creches.¹⁴

A nosso ver, não é difícil compreender que as mulheres de classe média tenham aceitado a dupla jornada, ainda que obviamente onerosa e injusta, para sair de uma posição de dependência financeira, bem como que elas tenham se sentido, a partir de um certo momento, mais fortalecidas a ponto de questionar o excesso de afazeres e responsabilidades. Algo semelhante ocorre em parcelas das classes subalternizadas, principalmente aquelas que mantêm certa proximidade com as famílias de classe média, como empregadas domésticas e cuidadoras. Além disso, o feminismo negro assumiu, muito claramente, uma linha de valorização da instrução e da conquista de independência financeira, concorrendo para que a dupla jornada

¹³ De acordo com IBGE (2024), 25% das mulheres economicamente ativas afirmaram não poder assumir novos cargos ou trabalhos devido à sobrecarga com cuidados e tarefas domésticas.

¹⁴ Na cidade de São Paulo, por exemplo, as creches fecham às 16:30. Dadas as difíceis condições de deslocamento, esse horário é pouco conveniente, servindo basicamente para pessoas que trabalham meio período em local próximo à sua própria residência.

tenha sido instalada e posteriormente questionada, como acontece entre as mulheres de classe média.

Mesmo quando transformada, a família nuclear segue sendo um espaço de produção e reprodução de subjetividades. Ela organiza expectativas, distribui funções, modela afetos e produz identidades. Como aponta Federici (1984/2017), a família nuclear é peça fundamental da engrenagem patriarcal-capitalista, pois garante a reprodução cotidiana da força de trabalho ao mesmo tempo em que naturaliza a desigualdade de gênero.

Bartky (1990/2011) também examina a maneira como esses processos de dominação cultural e social operam na constituição da subjetividade feminina, mostrando que a opressão se instala não apenas por meio de instituições materiais, mas também por dispositivos simbólicos que moldam a percepção das mulheres sobre si mesmas. Ao descrever as formas sutis e insidiosas de opressão, Bartky (1990/2011) revela como a mulher é levada a interiorizar padrões normativos que a colocam em permanente estado de vigilância e autocensura, especialmente no que diz respeito à aparência, ao comportamento e ao cumprimento de papéis relacionais. Trata-se de um tipo de dominação que age sobre o corpo e a mente, estruturando um campo subjetivo em que a mulher se sente constantemente aquém do ideal imposto. Nesse processo, a identidade feminina passa a ser forjada pela constante sensação de inadequação, vergonha e culpa—elementos que constituem, nas palavras da autora, um verdadeiro “sofrimento moral”.

Essa forma de sofrimento, embora subjetiva, é socialmente produzida e compartilhada. A mulher-mãe, submetida à lógica da divisão sexual do trabalho, vivencia a sobrecarga do cuidado como um imperativo moral e afetivo, ao mesmo tempo em que é desvalorizada em sua atuação. As exigências do “ser para o outro”, aprofundadas pela cultura patriarcal, resultam em um cenário de desgaste psíquico, silenciamento e invisibilidade. Como aponta a autora, “a mulher é um ser radicalmente alienado do seu mundo e, muitas vezes, dividida contra si mesma” (Bartky, 1990/2011, p. 21), o que exprime com clareza o sofrimento dilacerante que marca sua existência cotidiana.

Mais adiante, ao afirmar que muitas mulheres vivem em um estado de constante guerra interna, tentando ser aquilo que a cultura espera delas enquanto silenciam seus próprios desejos, ela escreve: “A mulher é alguém que vê a si mesma através do olhar de um outro que a desvaloriza, e nesse reflexo distorcido

ela aprende a se ver inferiorizada” (Bartky, 1990/2011, p. 72). Essa cisão entre o eu vivido e o eu socialmente esperado se manifesta na mulher-mãe que, mesmo exausta, sente-se culpada por não corresponder ao ideal de abnegação incondicional.

No contexto da maternidade, essa alienação ganha contornos ainda mais complexos, pois se associa à idealização do amor materno, à culpabilização por qualquer falha percebida e à ausência de reconhecimento social do trabalho de cuidado. O corpo materno, constantemente vigiado e exigido, torna-se simultaneamente o lugar do afeto e da servidão, da potência e da limitação. A mulher-mãe é, assim, capturada por discursos que romantizam a doação, mas que escondem a estrutura desigual que a sustenta.

Finalizamos este capítulo reconhecendo que os sofrimentos sociais da mulher-mãe não se reduzem à carga física do trabalho doméstico e reprodutivo. Eles perpassam o imaginário, o desejo e a autopercepção. São dores que se instalam nos silêncios cotidianos, nos gestos automáticos, na exigência de conciliar tudo—e na culpa por não conseguir. Dores que não são individuais, mas produto de uma cultura que ainda cobra da mulher que ela se sacrifique em nome da família, da moral e da normalidade. Ao evidenciar esses sofrimentos, torna-se urgente politizar o que foi naturalizado, e construir, com base na escuta e na denúncia, espaços de elaboração coletiva que reconheçam a mulher-mãe como sujeito ético, social e histórico—e não apenas como função.

Capítulo 2

Fundamentos e Procedimentos Metodológicos

Este trabalho, assim como as demais pesquisas empíricas desenvolvidas em nosso grupo de pesquisa USP/CNPq “Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade”, caracteriza-se como um estudo qualitativo, fundamentado na psicologia psicanalítica concreta e articulado ao redor do uso do método investigativo da psicanálise. Desde que foi proposto, esse método tem se mantido o mesmo, fato que não causa estranheza, uma vez que é definido, como ensina Herrmann (1979), como uma forma geral de produção de conhecimento sobre a psique, ou seja, sobre as dimensões de sentido afetivo-emocional das manifestações humanas.

Entretanto, é indispensável que levemos em conta que seu uso se dá, sempre, à luz desta ou daquela visão psicanalítica teórica, de um modo que pode ser considerado paradoxal, uma vez que o próprio método exige um desapego de conhecimentos e crenças prévias no cultivo de uma máxima abertura ao acontecer que se dá no encontro do psicanalista com a manifestação humana que busca compreender, seja a comunicação de um paciente, seja uma produção cultural, como um quadro ou um romance. Aqui há um ponto que merece atenção: o desapego à teoria não significa posicionar-se de maneira ateórica. Portanto, tem de haver uma teoria que possa ser colocada entre parênteses, em estado de suspensão, durante o uso do método, para ser retomada, posteriormente, no momento em que a interpretação produzida for retomada reflexivamente.

Sendo assim, o método investigativo da psicanálise, que se mantém como um elemento invariante do campo psicanalítico (Herrmann, 1979), será sempre usado à luz de uma determinada vertente teórica, que pode ser considerada como parte de uma conversa entre muitos vários autores, pertencentes a diferentes escolas de pensamento psicanalítico. Essa interlocução, que se mantém viva e potente desde a criação da psicanálise freudiana, não pode ter sua importância subestimada no campo das ciências humanas e no campo cultural, já que hoje o reconhecimento de dimensões afetivo-emocionais inconscientes exerce influência em grande parte dos assuntos humanos.

No grupo de pesquisa do qual participamos, o método investigativo da psicanálise é usado à luz da psicologia psicanalítica concreta, referencial que se baseia no pensamento de Bleger (1963/2007) e que hoje é considerado uma das vertentes da psicanálise relacional contemporânea proposta e organizada por Mitchell (1998). Tal inserção corresponde a um reconhecimento, buscado e fundamentado por Liberman (2014), de que as contribuições blegerianas fazem do argentino um precursor na defesa da tese de que os modelos pulsionais devem ser abandonados. Desse ato resultaria a superação de uma incoerência epistemológica que, a seu ver, comprometeria o avanço da psicologia psicanalítica—lembrando que, de acordo com Freud (1933/1996), a psicanálise é uma psicologia. Desde a perspectiva blegeriana, seria imprescindível alinhar os dois momentos fundamentais de produção de conhecimento: a) o momento em que o método se encontra em ação; e b) o momento em que as interpretações, produzidas pelo método, são articuladas sob a forma de proposições teóricas (Bleger, 1963/2007). Ora, tal alinhamento é obtido apenas quando optamos por teorizar segundo o modelo relacional (Mitchell, 1998).

Entretanto, há um importante aspecto que diferencia a psicologia psicanalítica concreta da maioria das vertentes da psicanálise que compõem a abordagem relacional contemporânea: o fato de as demais focalizarem as interações vinculares sem articular, de modo realmente orgânico, a consideração dos contextos macrossociais nos quais está sempre inserido qualquer acontecer humano. Assim, se refletirmos sobre questões que nos chegam na clínica psicológica como se fossem problemas particulares, logo perceberemos que elas não se dissociam dos contextos macrossociais. Pensemos, por exemplo, em um tipo de queixa muito comum, tanto na clínica privada como na institucional: as dificuldades de relacionamento amoroso heterossexual. Com alguma reflexão, notamos que aquilo que é vivido como experiência única e singular, no vínculo, não depende apenas das personalidades individuais dos envolvidos, que se teriam estruturado a partir da experiência vivida durante a infância, mas também do fato de vivermos em uma sociedade capitalista cisheteropatriarcal, que produz hierarquias imaginativas, que se concretizam no cotidiano, entre homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, cissexuais e transexuais, ricos e pobres, que dificultam e chegam, em muitas ocasiões, a inviabilizar o exercício de práticas igualitárias. Por outro lado, há de se lembrar que a realidade social não é homogênea nem exerce efeitos de

modo mecanicista. Ao contrário, sendo contraditória e dialética, é sempre arena de múltiplos conflitos em uma luta constante pela manutenção ou transformação da ordem vigente.

Na tentativa de garantir máxima precisão e clareza na apresentação das estratégias e fundamentos metodológicos utilizados, organizamos este capítulo em três partes principais. A primeira seção recebe o título “O Uso do Método Investigativo da Psicanálise na Pesquisa Qualitativa em Psicologia”. A nosso ver, é importante começar por aí, essa definição permite situar o método investigativo da psicanálise no campo da pesquisa qualitativa, esclarecendo seus princípios e especificidades e destacando a pertinência dessa abordagem para a investigação de fenômenos concretos. Passaremos, a seguir, para a segunda parte, intitulada “A Psicologia Psicanalítica Concreta como Referencial Psicanalítico: Conceitos Fundamentais”. Nela, buscamos aprofundar os conceitos teóricos essenciais que sustentam esta vertente psicanalítica, evidenciando seu diferencial metodológico e seu compromisso com a articulação do concreto com as singularidades das relações. Finalizaremos o capítulo com uma terceira seção, na qual detalhamos os procedimentos investigativos por meio dos quais operacionalizamos o uso do método investigativo da psicanálise em pesquisas empíricas, intitulada “Descrição dos Procedimentos Investigativos”.

O Uso do Método Investigativo da Psicanálise na Pesquisa Qualitativa em Psicologia

A partir das últimas décadas do século XX, a abordagem qualitativa vem conquistando espaço no meio acadêmico como alternativa crítica ao uso de modelos positivistas e neopositivistas no campo das ciências humanas (Guba & Lincoln, 1994). Essa crítica reconhece a impossibilidade de se produzir conhecimento sobre o humano e o social a partir de uma posição neutra, isenta ou objetiva, já que toda pesquisa, nessa área do conhecimento, parte de posicionamentos prévios do pesquisador sobre o ser humano e a realidade social, sejam estes conscientes ou não (Bleger, 1963/2007). Assim, toda pesquisa se alinha a referenciais teórico-metodológicos, como a fenomenologia, o materialismo dialético, o estruturalismo ou a psicanálise. Esses referenciais, por sua vez, são ancorados em

visões ontológicas, antropológicas, epistemológicas e ideológicas, conscientes ou não.¹⁵

A pesquisa qualitativa é definida como aquela que busca interpretar os significados—de natureza psicológica e sociocultural—atribuídos por indivíduos aos fenômenos que vivenciam, especialmente em contextos como saúde, educação e ciências humanas. Segundo Turato (2005), trata-se de uma metodologia que privilegia a compreensão profunda das experiências subjetivas e das representações simbólicas que os sujeitos constroem sobre sua realidade. Diferentemente das abordagens quantitativas, que se concentram na mensuração e no controle de variáveis, a pesquisa qualitativa visa desvelar as significações atribuídas aos acontecimentos e situações pelos próprios participantes, permitindo acessar dimensões ocultas da experiência humana que escapam a métodos majoritariamente numéricos. Nesse sentido, Turato (2005) enfatiza que a pesquisa qualitativa é indutiva, holística, êmica e subjetiva, orientada para compreender processos, interpretar significados e desenvolver teorias a partir da realidade vivida, e não meramente quantificar fenômenos observáveis.

Ao longo do tempo, nosso grupo de pesquisa tem apresentado suas produções sob a designação de pesquisa qualitativa com método investigativo da psicanálise. Contudo, foi-se tornando necessário aprimorar essa definição, incorporando, sempre que oportuno, a explicitação de que adotamos a psicologia psicanalítica concreta como abordagem teórico-metodológica (Bleger, 1963/2007). Atualmente, avançamos mais um passo, maturado desde que nos voltamos ao estudo dos sofrimentos sociais (Visintin & Aiello-Vaisberg, 2017), ao incluir uma análise crítica, informada por uma perspectiva dialética, em relação ao material de pesquisa produzido. Esse movimento busca uma compreensão mais precisa dos contextos macrossociais que envolvem a investigação. Dessa forma, permanecemos coerentes com a psicologia psicanalítica concreta, que propõe uma articulação entre psicanálise e materialismo dialético. Assim, além da apresentação do método investigativo da psicanálise, cabe também esclarecer o que entendemos por estudo crítico dialeticamente embasado de parte do material investigado.

¹⁵ Mesmo aquelas pesquisas que se apresentam como ateóricas relevam-se, quando estudadas, como aderentes a uma ou outra posição antropológica e epistemológica. Habitualmente, são positivistas.

No que concerne ao método investigativo da psicanálise, Freud (1933/1996), ao atender à solicitação da Enciclopédia Britânica, delimitou a psicanálise a partir de três dimensões fundamentais: método investigativo, método psicoterapêutico e teoria. Fiel à visão freudiana, Herrmann (2004), ao estudar o método investigativo da psicanálise, destaca a necessidade de diferenciar o método investigativo das teorias psicanalíticas e do método psicoterapêutico, declarando que elaborações teóricas e procedimentos clínicos derivam do primeiro, que teria estatuto originário. Por outro lado, o brasileiro ressalta que são diversas tanto as teorias como as abordagens clínicas, ainda que todas respeitem os princípios do método investigativo. Sendo assim, o movimento psicanalítico abrange, atualmente, diferentes escolas teóricas e clínicas, o que amplia o alcance da psicanálise para temáticas que inicialmente não eram tomadas como objeto de estudo.

O método investigativo da psicanálise é tradicionalmente caracterizado por duas operações essenciais: associação livre de ideias e atenção flutuante. Seguem suas definições.

Associação livre: método que consiste em expressar, sem qualquer filtro, todos os pensamentos que surgem na mente, seja a partir de um elemento específico (palavra, número, imagem onírica, representação qualquer) ou de maneira espontânea (Laplanche & Pontalis, 1967/2001, p. 69).

Atenção flutuante ou equiflutuante: maneira como o analista deve escutar o analisando, evitando priorizar qualquer elemento do discurso e permitindo que sua própria atividade inconsciente funcione com o mínimo de interferência, suspendendo os mecanismos habituais que orientam a atenção. Essa técnica corresponde, no analista, à regra da associação livre proposta ao analisando (Laplanche & Pontalis, 1967/2001, p. 74).

No âmbito do grupo de pesquisa USP/CNPq “Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade”, que integramos, esses dois passos do método investigativo são utilizados segundo uma perspectiva ampliada, consoante com a psicologia psicanalítica concreta, que os considera para além de um registro estritamente discursivo. A associação livre é compreendida como a promoção da livre expressão subjetiva dos participantes, que pode manifestar-se não só por meio da fala, mas em

termos das demais áreas da conduta, tais como a área simbólica, área do corpo vivido e área da atuação no mundo compartilhado, que inclui produtos remanescentes de ações humanas (Bleger, 1963/2007). Por seu turno, a atenção flutuante não se restringe a um modo de escuta, mas é interpretada como uma postura fenomenológica de abertura ao encontro com o participante ou com o material cultural (Aiello-Vaisberg & Machado, 2008).

Em nossa investigação, criamos condições para que possa ocorrer um encontro entre a pesquisadora e a alteridade estudada, seja esse encontro uma entrevista individual, uma entrevista coletiva, com ou sem uso de mediadores, com ou sem objetivos psicofiláticos ou psicoterapêuticos, seja a exposição a um filme, a uma produção teatral ou literária ou a um evento coletivo—como um conflito entre torcedores de dois times de futebol. Sendo ocorrências evanescentes no tempo, os encontros são registrados com o propósito de virem a ser interpretativamente compreendidos como experiências vividas, vale dizer, como acontecer intersubjetivo que se passa no mundo da vida cotidiana (Schutz & Luckmann, 1973/2001). Tais compreensões interpretativas serão retomadas à luz de contribuições de outros autores, com os quais iremos dialogar reflexivamente. Para fins de clareza didática, esse processo será detalhado mais adiante em etapas sucessivas. Entretanto, antes disso, é necessário explicitar como a abordagem investigativa aqui adotada, fundamentada no uso do método investigativo da psicanálise, foi complementada por um estudo crítico embasado em uma perspectiva dialética.

O pensamento dialético-crítico não é novidade em nossas pesquisas, uma vez que a psicologia psicanalítica concreta está inserida em uma matriz filosófica marxista. No entanto, esse enfoque crítico costumava restringir-se às interlocuções reflexivas, que, nas pesquisas empíricas em geral, correspondem à discussão dos resultados. Com base na experiência recente da pesquisa em curso, consideramos pertinente integrar o estudo crítico desde o início da produção do material de pesquisa. Essa mudança não exclui a retomada da análise crítica nas interlocuções, mas tende a aprimorar a produção, comunicação e disseminação do conhecimento, especialmente na formação de novos pesquisadores.

A Psicologia Psicanalítica Concreta como Referencial Psicanalítico: Conceitos Fundamentais

Existe mais de um modo pelo qual a psicanálise pode ser articulada à pesquisa acadêmica, sendo que nos alinhamos a uma tendência que preconiza o uso da psicanálise enquanto método investigativo (Herrmann, 1979). Quando tomamos esse caminho, aderimos necessariamente a um referencial teórico metodológico que não se confunde com nenhuma teoria psicanalítica específica, seja sobre a angústia, o aparelho psíquico, as posições esquizoparanóide e depressiva ou a mãe suficientemente boa, uma vez que os referenciais costumam designar corpos maiores de conhecimento que abrigam, usualmente, mais de uma teoria específica, configurando-se como escola.¹⁶ No nosso caso, optamos pela psicologia psicanalítica concreta, proposta por Bleger (1963/2007) a partir da obra de Politzer (1928/2004), como referencial teórico—ou, em linguagem blegeriana e pichoniana, como esquema conceitual referencial operativo—ECRO (Bleger, 1963/2007; Pichon-Rivière, 1971/ 2005).¹⁷

Articulando a psicanálise ao materialismo dialético, a psicologia psicanalítica concreta baseia-se em uma ontologia do ser social, que reconhece a existência de três esferas do ser: inorgânica, orgânica e social, cada uma regida por diferentes tipos de legalidade (Lukács, 1978/2013; Lessa, 2012). A partir dessa base, Bleger (1963/2007) destaca que todas as ciências humanas compartilham um único objeto de estudo: os atos dos seres humanos concretos. As diversas disciplinas se diferenciam pelos sentidos que abordam, sejam econômicos, culturais, religiosos, geopolíticos, históricos ou afetivo-emocionais.

A psicologia, ciência singular voltada ao estudo dos sentidos afetivo-emocionais de atos de individualidades ou de coletividades, requer um método que permita acessar essa dimensão. Nesse contexto, o método investigativo da psicanálise destaca-se como uma ferramenta valiosa para a produção de conhecimento psicológico, na medida em que permite acessar tanto o que adentra o

¹⁶ Podemos lembrar como mais conhecidas as escolas kleiniana, lacaniana, bioniana, winnicottiana e kohutiana, entre muitas outras.

¹⁷ O conceito de esquema conceitual referencial operativo abrange mas ultrapassa o de referencial teórico, porque inclui, além dos pressupostos teóricos, outras esferas que se ligam à história de vida e ao estilo pessoal do pesquisador.

campo da consciência de personalidades individuais ou coletivas, como aquilo que permanece no campo do vivido, mas não se torna ou deixa de ser consciente.

Como pesquisadoras qualitativas do campo da psicologia, alinhadas à psicologia psicanalítica concreta, adotamos o método investigativo da psicanálise, reconhecendo que é uma das vias possíveis para apreender os sentidos afetivo-emocionais dos fenômenos humanos, mesmo que não conscientes. Esse método, fundamentado em duas regras principais—atenção flutuante e livre associação de ideias (Laplanche & Pontalis, 1967)—, foi inicialmente desenvolvido para atender pacientes histéricas. Contudo, ao longo do tempo, revelou sua capacidade investigativa mais ampla, sendo aplicável à análise dos sentidos afetivo-emocionais presentes em toda e qualquer conduta humana, seja esta verbal ou não verbal, expressa como fenômeno simbólico ou mental, corporal, de atuação no meio externo ou como produto remanescente dessa atuação, manifestada por personalidade individual ou coletiva (Bleger, 1963/2007).

Freud demonstrou que o método investigativo da psicanálise pode ser aplicado não apenas no atendimento clínico, mas também na investigação da conduta humana em contextos culturais e artísticos. Seguindo essa tradição, este estudo utiliza a psicanálise para examinar e interpretar produções culturais, prática inaugurada pelo próprio Freud em obras como *Delírios e Sonhos na Gradiva de Jensen* (Freud, 1907/1976), *Leonardo da Vinci e uma Lembrança da sua Infância* (Freud, 1910/1970) e *O Moisés de Michelangelo* (Freud, 1914/1974). Essas análises se destacam por sua relevância, especialmente por evidenciarem, desde nosso ponto de vista, fantasias socialmente construídas e compartilhadas.

Muitas vezes, esse tipo de atividade foi designado como psicanálise aplicada, mas essa denominação não nos parece muito satisfatória porque não deixa clara a potencialidade heurística do uso do método investigativo da psicanálise no estudo de manifestações de conduta que se expressam como produções culturais e fenômenos sociais.¹⁸ Para maior clareza, é essencial diferenciar o método investigativo, utilizado neste estudo, das teorias psicanalíticas e do método terapêutico. Conforme exposto por Freud (1923-1925/2011) e sistematizado por

¹⁸ No senso comum, a distinção entre pesquisa e aplicação é muito importante no campo da medicina porque há um consenso no sentido de que a etapa de pesquisa sobre medicamentos é totalmente separada da etapa de sua aplicação clínica. Esse esquema não vigora na psicologia psicanalítica porque não se pode discriminar totalmente produção e aplicação de conhecimento.

Laplanche e Pontalis (1967/2001), a psicanálise abrange três dimensões interligadas:

- a) O método de investigação que evidencia os significados inconscientes das palavras, ações e produções imaginárias (como sonhos, fantasias e delírios). Baseia-se principalmente nas associações livres do sujeito, que garantem a validade da interpretação. Esse método também pode ser aplicado à análise de produções humanas para as quais as associações livres não estão disponíveis.
- b) O método psicoterápico, fundamentado na investigação psicanalítica, que se distingue pela interpretação controlada da resistência, da transferência e do desejo, sendo utilizado no contexto do tratamento psicanalítico.
- c) O conjunto de teorias que sistematiza os dados obtidos pelos métodos de investigação e de tratamento, formando as bases das teorias psicanalíticas e psicopatológicas.

Herrmann (1979), autor importante em nosso meio, também enfatiza o valor investigativo da psicanálise, considerando seu método como um aspecto invariante e definidor daquilo que pode ou não ser considerado rigorosamente como psicanalítico, ideia com a qual estamos totalmente de acordo. Contudo, isso não implica, de modo algum, desconsiderar a importância e o valor das teorias psicanalíticas, mas entendê-las como elaborações provisórias e sempre sujeitas a críticas, destinadas inclusive a serem eventualmente superadas e descartadas—como toda e qualquer elaboração científica—sempre que forem superadas por novos conhecimentos produzidos com rigor metodológico.

Um aspecto importantíssimo das teorias psicanalíticas, sempre criadas a partir de interpretações geradas por meio do uso do método, consiste no fato de que elas se têm organizado, desde os primeiros tempos da iniciativa freudiana, segundo dois paradigmas epistemológicos, denominados pulsional e relacional (Greenberg & Mitchell, 1983). As que se alinham sob o primeiro paradigma apresentam caráter metapsicológico e são abstratas, universalizantes e distanciadas da realidade social. As que se alinham sob o segundo paradigma são vinculadas à experiência, aos contextos locais e às dimensões macrossociais, buscando integrar a psicanálise à concretude da experiência humana. O reconhecimento desses dois paradigmas

gerou um importante debate a respeito da possibilidade ou impossibilidade epistemológica de eles serem articulados um ao outro ou de se excluírem mutuamente.

Muitos autores revelaram-se, em suas formulações teóricas, favoráveis à sua articulação, apresentando propostas nas quais esses paradigmas são combinados e argumentando que a especificidade do psíquico chegaria ao ponto de exigir a manutenção dessa duplicidade incoerente. A primeira obra na qual encontramos essa combinação é a freudiana, como bem mostrou, de modo pioneiro, o filósofo Politzer (1928/2004).¹⁹ Portanto, aqueles que assumem essa posição seguem o que fez o próprio Freud, que julgava necessário propor um aparelho psíquico percorrido por energias impessoais para organizar conhecimentos sobre as dimensões afetivo-emocionais do viver que se expressavam durante os encontros que mantinha com pacientes. Sua decisão se apoiava na ideia de que a psicanálise só alcançaria um estatuto científico, diante das demais ciências naturais, caso teorizasse desse modo.

Por outro lado, outros teóricos se incomodavam bastante com essa dualidade epistemológica, assumindo uma de duas atitudes. A primeira consistia em simplesmente ignorar o problema, teorizar em termos relacionais, usando termos metapsicológicos de modo eventual e impreciso. Winnicott pode ser considerado um representante dessa tendência:

O inconsciente reprimido deve se manter oculto, mas o resto do inconsciente é algo com que cada indivíduo quer travar conhecimento e as brincadeiras, tal como os sonhos, servem de função de auto revelação e de comunicação com um nível profundo. (Winnicott, 1965/1983, p. 165)

Como podemos depreender da frase acima, Winnicott (1965/1983), um clínico e pensador muito inovador, que não se deixou limitar pelo pensamento metapsicológico, escreve como se fosse possível conciliar uma visão do aparelho psíquico com sua própria visão fenomenológica de produção de conhecimento sobre o humano (Fulgencio, 2018). Entretanto, cabe destacar que, se existir esse “resto de

¹⁹ Vale a pena notar que as elaborações epistemológicas de Greenberg e Mitchell (1983) ocorreram de modo independente da leitura da obra politizeriana, que só foi traduzida para o inglês em 1995. Na América Latina, o filósofo foi lido em francês e traduzido para o espanhol em 1964, por Davallos/Hernandez Libreros, em Buenos Aires, em função do entusiasmo com que era utilizado por José Bleger em suas aulas na Universidade de Buenos Aires.

inconsciente” ao qual Winnicott (1965/1983) se refere, deixa de fazer sentido a aceitação do inconsciente recalcado freudiano que explicaria os sintomas histéricos.

Uma outra possibilidade é aquela adotada por Bleger (1963/2007) na trilha aberta por Politzer (1928/2004), que consiste em elaborar uma crítica e recomendar, de modo veemente, o abandono da metapsicologia e a manutenção de formulações relacionais como caminho para a teorização de algo que se dava como acontecer humano. Essa alternativa, que poderia ser legitimada do ponto de vista epistemológico, atraiu poucos autores, mas foi resolutamente assumida e defendida pelo psicanalista argentino, que se manteve como voz praticamente isolada até o final do século passado.²⁰

Optamos por aderir ao segundo paradigma, alinhados à crítica de Politzer (1928/2004) e Bleger (1963/2007) à metapsicologia e às exigências de seu abandono. Nossa decisão se justifica por nos termos convencido da necessidade de evitar equívocos ontológicos que possam comprometer o potencial transformador da psicanálise quando não é claramente destacada a importância de um enfoque vincular socialmente contextualizado.

Como pesquisadores qualitativos, alinhamo-nos àqueles que compreendem a psicanálise como um método investigativo de fenômenos humanos concretos, a partir dos quais emergem sentidos afetivo-emocionais situados em contextos macrossociais. Reconhecemos o potencial heurístico desse método para a produção de conhecimento científico, uma vez que possibilita tanto a comunicação e expressão de manifestações subjetivas quanto a consideração das condições que originam sofrimentos sociais.

Passamos, a seguir, a definir os três principais conceitos da psicologia psicanalítica concreta: conduta, campos e imaginários coletivos. Visamos, com isso, facilitar a compreensão do que investigamos no presente trabalho a partir do objetivo de estudar imaginários coletivos de mulheres-mães casadas que acumulam trabalho doméstico e profissional.

Apoiado na tradição francesa—que remonta a Pierre Janet (Vieira e Ribeiro, 2024) e chega, em termos de psicanálise, até Lagache (1986)—, Bleger (1963/2007)

²⁰ Até o final da década de oitenta, raros psicanalistas, como George Klein (1917-1971), criticaram a metapsicologia abertamente, preconizando seu abandono, como atestam Gil & Holzman (1976). A teoria lacaniana é um caso à parte, dado que faz uma redescritção do freudismo a partir do estruturalismo e da linguística (Mitchell & Black, 1995).

propõe uma definição do conceito de conduta segundo a qual esta abrangeria toda a atividade dos seres humanos, individual e coletivamente considerados.

As **condutas humanas** são, de acordo com Bleger (1963/2007), objeto de estudo de todas as ciências humanas. Sendo altamente complexas e multifacetadas, as condutas apresentam variados aspectos e qualidades que requerem o uso de diferentes perspectivas disciplinares e teórico-metodológicas. Torna-se, portanto, fundamental lembrar que, nessa perspectiva, as ciências humanas não se distinguem entre si por abordarem diferentes objetos de estudo, mas por abordarem o mesmo e único objeto de estudo—isto é, as condutas humanas—a partir de diferentes recortes.

O recorte dos ramos da psicologia, que focalizam a dimensão dos afetos e das emoções, é o da abordagem dos sentidos afetivo-emocionais das condutas humanas, o que Politzer (1928/2004) caracteriza como ciência sobre a primeira pessoa, que busca compreender a experiência vivida. Outro termo, igualmente presente no texto politzeriano, é o de drama ou, em linguagem mais atualizada, “dramática do viver” (Bleger, 1963/2007; Aiello-Fernandes, 2013). Em outros termos, podemos afirmar que a psicologia aborda as condutas humanas como experiências afetivo-emocionalmente vividas, considerando que o vivido engloba, mas ultrapassa, o que se apresenta no campo da consciência das pessoas.

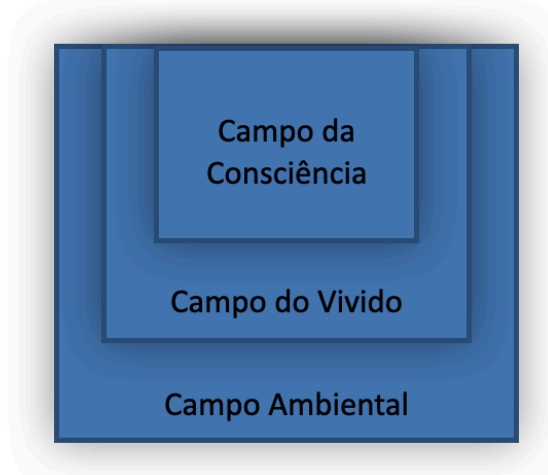
Para melhor compreender o que significa ver a conduta como experiência vivida, teceremos a seguir algumas breves considerações sobre o conceito de experiência vivida, que tem sido tradicionalmente trabalhado pela psicologia fenomenológica, motivo pelo qual recorreremos brevemente às contribuições de AmatuZZi (2007). Aliás, não podemos deixar de lembrar que, assim fazendo, não deixamos de nos manter coerentes com os ensinamentos de Bleger (1963/2007), uma vez que a teorização relacional que propõe a psicologia psicanalítica concreta é fortemente marcada por um estilo fenomenológico.

Ao investigar as raízes etimológicas do termo “experiência”, AmatuZZi (2007) identificou dois desdobramentos possíveis em seu significado: “o conhecimento adquirido pela prática e a vivência emocional subjacente a esse conhecimento acumulado” (p. 8). No campo da fenomenologia, faz-se uma distinção entre experiência e vivência, sendo que esta última se refere ao “impacto de um encontro” (AmatuZZi, 2007, p. 10), algo anterior a qualquer elaboração mental subsequente. Assim, segundo o autor, um conhecimento experiencial genuíno só se torna possível

quando, originado diretamente do contato com o real, passa posteriormente por uma elaboração reflexiva.

Na psicologia psicanalítica concreta, quando falamos em experiência vivida, estamos provavelmente mais próximos do conceito de vivência, entendida como o contato pré-reflexivo com a realidade. Aquilo que vivemos como contato direto com o acontecer humano sempre transborda, sempre excede o que pode ser refletido pela consciência, sem deixar de interferir vivamente no acontecer humano: reside aí a importância do estudo da experiência vivida. A figura 1, reproduzida a partir de Bleger (1963/2007, p. 44), exemplifica este conceito. Assim, esperamos ter deixado claro que o recorte teórico-metodológico do ramo da psicologia, que se dedica ao estudo da dimensão afetivo-emocional da vida humana, é aquele que considera a conduta enquanto experiência vivida.

Figura 1 – Diagrama dos Campos da Conduta



Fonte: Reproduzido a partir de Bleger (1963/2007, p. 44).

Na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta, o estudo das condutas humanas requer a articulação entre “**campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional**” e “**campos ambientais**”. O primeiro conceito diz respeito ao modo como a dimensão não consciente das condutas é compreendida a partir de uma visão relacional e intersubjetiva do inconsciente, substituindo a noção metapsicológica de inconsciente recalcado, pulsional e intrapsíquico, resultando nos “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional”. Com base nas formulações de Bleger (1963/2007), compreende-se que as manifestações humanas não são meras exteriorizações de um psiquismo individual, mas expressões que emergem de campos essencialmente relacionais, sempre imersos em contextos macrossociais.

Nesse sentido, toda ação humana, mesmo aquelas que parecem absurdas, bizarras ou cruéis, carrega significado subjetivo, ainda que este permaneça oculto, por estar intrinsecamente vinculado à dramática do viver e ao acontecimento humano (Politzer, 1928/2004; Aiello-Vaisberg, 1999).

Por sua vez, o conceito de “campos ambientais” refere-se àquilo que um observador, situado relativamente fora da cena estudada, pode constatar a partir de uma percepção dialética da realidade, correspondendo, na psicologia psicanalítica concreta, aos contextos macrossociais. Esses campos iluminam as condições estruturais objetivas (Kopanakis, 2022)—como o machismo, o racismo e outras formas de discriminação—que não apenas influenciam, mas também constelam as configurações vinculares. Assim, compreender relações humanas, como por exemplo as tensões entre mães e filhas, exige ir além da interpretação restrita ao vínculo e considerar que ele se forma e se expressa em sociedades estruturadas de modo capitalista e cisheteropatriarcal, nas quais as mulheres vivenciam desde cedo a experiência de pertencer a um gênero historicamente oprimido.

Dessa maneira, “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional” e “campos ambientais” não são esferas isoladas, mas dimensões interdependentes que se atravessam mutuamente. Os primeiros possibilitam apreender o significado subjetivo das manifestações humanas; os segundos, evidenciar as condições históricas, políticas e culturais que moldam e limitam tais manifestações. Ao estudá-los de forma articulada, torna-se possível compreender como elementos macrossociais são introjetados (no sentido freireano do termo) pelos sujeitos e se inscrevem nos imaginários coletivos, revelando a complexidade das experiências vividas por indivíduos que habitam condições interseccionais marcadas por gênero, classe e outros eixos de desigualdade.

O **conceito de imaginário**, enquanto campo de investigação nas ciências humanas, diz respeito ao conjunto de imagens, símbolos, mitos, sonhos e fantasias que estruturam modos de pensar e de experienciar o mundo, muitas vezes escapando à racionalidade lógica (Dortier, 2010):

O que faz o ser humano com todas as imagens que o habitam? Qual a parte individual e a parte social do processo imaginativo? Ele é consciente ou inconsciente? Hoje, todas essas questões – centrais na área de ciências humanas – já puderam ser mais ou menos respondidas, mas sem verdadeiro consenso. A noção de imaginário tem, de fato, uma história mais sinuosa [...]. (Dortier, 2010, p. 292)

Trata-se de uma dimensão fundamental do psiquismo humano, marcada por sua complexidade e ambivalência entre o individual e o coletivo, o consciente e o inconsciente. Desde os estudos sobre arquétipos, realizados e apresentados por Carl Gustav Jung, já em 1919 (Raffaelli, 2002), até as contribuições de Lacan (1966), que vinculou o imaginário ao registro simbólico da constituição do sujeito, evidencia-se que os imaginários organizam modos de existência e de significação profundamente arraigados em culturas específicas. Tanto imagens quanto palavras participam da construção do pensamento, sugerindo que o imaginário se expressa não apenas verbalmente, mas de forma visual, sensível e simbólica (Dortier, 2010).

No plano social, o imaginário atua como operador coletivo, conformando identidades, valores e afetos compartilhados. A partir da década de 1970, houve um crescimento expressivo de estudos voltados aos usos sociais do imaginário, relacionando-o a temas como turismo, doença, internet, mídia e montanhas, como apontam pesquisas contemporâneas citadas no texto de Dortier, 2010. Dessa forma, o imaginário revela-se como uma dimensão essencial para compreender os modos pelos quais os sujeitos e os grupos constroem sentido, elaboram suas experiências e projetam suas expectativas e memórias, articulando o afeto, a memória, o simbólico e o político em suas formas de ver e habitar o mundo (Dortier, 2010).

Cumpra, agora, discorrer sobre o sentido que o conceito de **imaginário coletivo**, que usamos aqui de acordo com o referencial da psicologia psicanalítica concreta, ocupa em nossa pesquisa. Para isso, cabe lembrar que condutas e campos devem ser pensados como momentos da atividade humana, vale dizer, como totalidade do acontecer que define a esfera ontológica social (Lukács, 1978/2013; Lessa, 2012). Sendo assim, os imaginários coletivos devem ser considerados como condutas e como campos. Serão vistos, portanto, como manifestações imaginativas emergentes de campos (vale dizer, como condutas) e como fundo imaginativo não consciente subjacente às condutas (vale dizer, como campos).

Quando, numa entrevista, pedimos para um participante que desenhe—por exemplo, uma mãe que tem um filho diagnosticado como autista—e invente uma história sobre a figura desenhada, conforme o Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema (Gallo-Belluzzo, Fonseca, & Aiello-Vaisberg, 2024), bem como quando nos encontramos com depoimentos pessoais, disponibilizados na internet, ou com filmes, entre outros, consideramos tais manifestações como condutas imaginativas

emergentes de campos subjacentes. Nesse momento, lidamos com imaginários como condutas selecionadas para estudo, como material de pesquisa.²¹

Quando colocamos o método investigativo da psicanálise em marcha—conforme descreveremos a seguir na seção de apresentação do procedimento investigativo de interpretação do material da pesquisa—, propomos um fundo hipotético, cuja vigência esclarece o sentido afetivo-emocional daquilo que emerge a partir dele. Esse fundo corresponde ao campo de sentido afetivo-emocional, o qual se define ao redor de crenças que são experienciadas, mesmo quando estas não se apresentam ao campo da consciência, como certezas ou crenças sobre a realidade.²²

Parece-nos importante destacar que o estudo de imaginários coletivos *de e sobre* “mulheres-mães trabalhadoras casadas” que acumulam trabalho doméstico e profissional pode ser considerado como um caso típico ou emblemático, na acepção proposta por Frederico (1979), no estudo sobre impactos subjetivos gerados pelas normas de gênero, quadro mais abrangente no qual se insere a presente pesquisa. O caso típico ou emblemático pode tanto ser o que, ocorrendo em alta frequência, torna-se representativo, como aquele que, mesmo não sendo o tipo mais frequente, facilita, por suas peculiaridades, a produção de conhecimento relevante. Ao investigar a consciência de classe de operários em uma grande indústria automobilística, Frederico (1979) decidiu realizar o estudo de um caso que funcionasse como uma “lente de aumento” que permitisse visibilizar com clareza os traços do capitalismo industrial brasileiro. Em sua pesquisa, optou por uma fábrica onde esses traços estariam mais acentuados e claramente definidos, ao invés de selecionar um caso representativo do setor por similaridade com outras fábricas.

De forma análoga, escolhemos os imaginários coletivos *de e sobre* “mulheres-mães trabalhadoras casadas” que acumulam trabalho doméstico e profissional como caso para estudo tanto por ele ser, provavelmente, bastante comum, como porque pode demonstrar de maneira marcante os efeitos das normas de gênero em uma sociedade patriarcal, tornando-se lócus privilegiado para observar esses impactos. Contudo, é importante destacar que nosso objetivo não é

²¹ De acordo com a psicologia psicanalítica concreta, o material de pesquisa é sempre um conjunto de manifestações de conduta. Neste caso, estamos usando o conceito de imaginário como conduta.

²² Quando usamos o método psicanalítico para interpretar o material de pesquisa, propomos interpretações que versam sobre a vigência de imaginários agora compreendidos como “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional”.

ampliar o conhecimento psicológico específico sobre relacionamentos conjugais, ainda que isso possa surgir como um subproduto valioso desta investigação.

Nossa escolha metodológica tem como foco compreender a maneira como a criação de imaginários coletivos *de* e *sobre* “mulheres-mães trabalhadoras casadas”, que acumulam trabalho doméstico e profissional, fundamenta-se em imaginários coletivos por meio dos quais as normas de gênero são subjetivamente experienciadas como certezas acerca da realidade. Essas normas geram sofrimentos sociais importantes, particularmente em contextos nos quais esses efeitos se manifestam de forma explícita: em casa—ou seja, na relação conjugal e familiar—e no trabalho.

Descrição dos Procedimentos Investigativos

No presente estudo, o método investigativo da psicanálise é operacionalizado em três etapas investigativas: a produção, o registro e a interpretação do material de pesquisa. Uma quarta etapa, denominada procedimento investigativo de interlocuções reflexivas, completa o processo.

O **procedimento investigativo de produção do material de pesquisa** consiste no encontro com alguma manifestação humana, que pode ocorrer em entrevistas de pesquisa, em depoimentos disponíveis na internet, sob a forma de produções culturais ou ainda como fenômenos sociais. No caso da presente pesquisa, o material consiste em um vídeo, selecionado por abordar manifestamente um cotidiano familiar pautado na divisão sexual do trabalho, intitulado *The Impossible Dream?*²³. Trata-se de uma animação sem diálogos, produzida em 1983, atualmente disponível no canal ONU Brasil na plataforma *YouTube*. O material audiovisual resulta de uma parceria entre a Organização das Nações Unidas e o Studio J. Trnka Kratky Films, sediado em Praga, na então Tchecoslováquia, contando com roteiro de Tina Jorgenson, direção de Dagmar Doubkova e edição de Magda Sandersova. Para chegar até o vídeo, procuramos na plataforma *YouTube* vídeos relacionados ao tema “divisão sexual do trabalho” e, a partir desse título de busca, encontramos a animação utilizada como material desta pesquisa. O vídeo foi escolhido, sobretudo, por sua característica singular de não apresentar falas,

²³ Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=dKSdDQqkmlM&t=1s>.

utilizando-se exclusivamente de sons e imagens para a construção narrativa. Tal aspecto é relevante, pois demonstra de modo contundente, apenas por meio da exibição das cenas, a clareza e a força da problematização temática proposta. Ademais, destaca-se o fato de a obra ter sido produzida na década de 1980 e, ainda assim, manter plena pertinência e atualidade com relação às questões que aborda.

A escolha pelo vídeo como material de estudo alinha-se a uma tradição metodológica dos estudos de caso que remonta aos primórdios da psicanálise. Freud, ao construir os fundamentos dessa teoria, lançou mão justamente da análise detalhada de casos singulares, afirmando que é no exame aprofundado de situações particulares que emergem as estruturas universais do psiquismo humano. A psicanálise, como é amplamente reconhecido, nasceu de cinco casos clínicos paradigmáticos—Dora, o Homem dos Ratos, o Homem dos Lobos, o Pequeno Hans e o Caso Schreber—, os quais constituíram o solo fértil para a formulação de conceitos fundamentais como a histeria, a neurose obsessiva, a psicose e a fobia.²⁴

Entretanto, como demonstra o uso de estudos de caso nas ciências humanas e sociais (Yin, 1994/2001), cabe lembrar que o próprio Freud realizou estudos de caso abordando produções culturais. Obras como *Delírios e Sonhos na “Gradiva” de Jensen* (1907/1976), *Leonardo da Vinci e uma Lembrança de sua Infância* (1910/1970) e *O Moisés de Michelangelo* (1914/1974) receberam sua atenção e exemplificam esse movimento, no qual demonstra que tanto os sintomas clínicos quanto os produtos culturais podem ser lidos como “textos”, ou seja, como comunicações inter-humanas, que condensariam e simbolizariam tensões psíquicas individuais e coletivas.

Para Peres e Santos (2005), o estudo de caso mantém seu estatuto metodológico privilegiado justamente por possibilitar uma análise aprofundada e multifacetada do objeto investigado. Para os autores, a estratégia de estudo de caso destaca-se por oferecer um método robusto para acessar a complexidade da experiência humana, exigindo que o pesquisador reconheça o caráter integrado e multidimensional do caso, considerando aspectos sociais, culturais, psicológicos e

²⁴ Conforme colocamos, a psicanálise se constituiu a partir da análise de cinco casos clínicos centrais: Dora (caso da histeria), analisado em *Fragmento da Análise de um Caso de Histeria* (Freud, 1905/1976); o Caso Schreber (psicose), em *Notas Psicanalíticas sobre um Relato Autobiográfico de um Caso de Paranóia* (Freud, 1911/1976); o Pequeno Hans (fobia), em *Análise de uma Fobia em um Menino de Cinco Anos* (Freud, 1909/1976); o Homem dos Ratos (neurose obsessiva), em *Notas sobre um Caso de Neurose Obsessiva* (Freud, 1909/1976); e o Homem dos Lobos (neurose infantil), em *História de uma Neurose Infantil* (Freud, 1918/1976).

históricos: “o estudo de caso não deve ser visto como um método meramente descritivo ou limitado, mas como uma via capaz de produzir conhecimento rigoroso e transformador, mesmo quando se ocupa da análise de um único objeto” (Peres & Santos, 2005, p. 110-112).

Esse entendimento dialoga com a noção de “generalização naturalística” proposta por Stake (2000), segundo a qual as análises elaboradas em estudos de caso permitem ao leitor relacionar os achados à sua própria experiência e contexto, ampliando assim o alcance interpretativo da pesquisa. No presente trabalho, a análise do vídeo—tratado como um “caso” que atravessa os campos da cultura, do gênero e da subjetividade—busca justamente articular essas dimensões, em consonância com a perspectiva psicanalítica de que toda produção simbólica é portadora de conteúdo inconsciente e constitui um espaço fértil para a investigação das tensões sociais e psíquicas que atravessam a vida cotidiana (Freud, 1907/1976; Peres & Santos, 2005).

Para atender ao **procedimento investigativo de registro do material de pesquisa**, utilizaremos narrativas transferenciais (Aiello-Vaisberg, 2005; Granato, Russo, & Aiello-Vaisberg, 2009), metodologia que vem sendo muito utilizada em nosso grupo de pesquisa USP/CNPq “Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade” e que tem sido bastante aceita pelos periódicos em que publicamos os artigos derivados das teses e dissertações que produzidas pelo grupo.

As narrativas transferenciais (Aiello-Vaisberg, 2005; Granato et al., 2009; Aiello-Vaisberg & Machado, 2005) correspondem a um procedimento forjado para registrar material de pesquisa²⁵ ou fruto de atendimentos clínicos, que podem ser apresentados em encontros de intervenção, baseando-se na forma habitual por meio da qual as pessoas costumam relatar seus próprios sonhos, em situação psicoterapêutica ou mesmo no cotidiano. Essa forma de coleta de material consiste no relato de ocorrências, passíveis de serem descritas, acompanhado de comunicações sobre o que sentiram/pensaram os sujeitos no momento da ocorrência do sonho ou no momento no qual se dispuseram a se lembrar dele. Desse modo, consiste em um tipo de relato feito posteriormente ao encontro, em estado de cultivo da atenção flutuante e da associação livre de ideias, o que libera o

²⁵ Na pesquisa qualitativa com método psicanalítico, à luz da psicologia psicanalítica concreta, chamamos de material o encontro vivido com participantes, em entrevistas; com pacientes, em sessões terapêuticas; com comunicações humanas, veiculadas pela internet; ou com produções culturais, como vídeos.

entrevistador ou clínico para a possibilidade de se manter maximamente presente durante o acontecer em foco.

As narrativas transferenciais têm sido usadas em número bastante expressivo de teses, dissertações e artigos publicados em periódicos científicos. A nosso ver, pareceristas e membros de bancas de defesa têm recebido muito bem essa forma de registro em pesquisas psicológicas qualitativas com método investigativo da psicanálise por três motivos. De um lado, porque corresponde a um modo de registro bastante coerente com paradigmas epistemológicos compreensivos, nos quais se insere o método investigativo da psicanálise. De outro lado, por permitir ao leitor um acesso maximamente próximo à concretude do acontecer a partir do qual o material foi gerado, ultrapassando, evidentemente, o que pode ser obtido via apresentação do próprio vídeo, uma vez que o verdadeiro material de pesquisa não é o vídeo em si, mas o encontro do próprio pesquisador com o vídeo. Em terceiro lugar, deve-se considerar que, uma vez que as narrativas transferenciais são feitas de memória, não interferem na experiência propriamente dita de encontro com o vídeo, deixando a pesquisadora liberada, durante os encontros, para cultivar a atenção flutuante e a associação livre. Um exemplo bastante interessante e exitoso do uso de narrativas transferenciais no estudo de material fílmico é aquela apresentada por Assis, Schulte, Gallo-Belluzzo e Aiello-Vaisberg (2022).

Na presente pesquisa, utilizaremos uma “narrativa transferencial representativa”, um procedimento inovador que não tínhamos ainda usado em nosso grupo de pesquisa. A nosso ver, dois principais aspectos do vídeo selecionado motivaram essa nova ideia. O primeiro deles é o fato de se tratar de uma animação composta por personagens que aparentemente não representam figuras públicas e conhecidas, mas, pelo contrário, podem representar qualquer um ou ninguém, no sentido de que são percebidos como personagens inventados. O segundo deles diz respeito ao fato de as cenas, e o próprio título, apontarem para um sonho, conceito que tanto pode lembrar fenômenos oníricos concebidos como realização de desejos (Freud, 1900/1969), como o “Sonho Possível” estudado por Paulo Freire (Streck, Redin, & Zitkoski, 2015). Essa referência central ao sonho estimulou-nos a criar uma “narrativa transferencial representativa”, na qual a proximidade entre a narradora (pesquisadora) e a personagem se torna máxima, possivelmente comparável àquela que ocorre quando uma atriz representa uma personagem no palco, de acordo com a atriz Fernanda Montenegro (Canal Brasil, 2017). Sem pretender esgotar o assunto

tão complexo da aproximação entre duas subjetividades, que se encontra em jogo quando a narradora assume, de certo modo, a personalidade da personagem, faremos, aqui, uma breve digressão. Começamos por lembrar que, adentrando um campo em que nova ficção é acrescentada a uma produção já ficcional—o vídeo estudado—, consideramos estar entrando em uma área do viver que pode ser considerada, na esteira do pensamento winnicottiano, como transicional ou brincante.

As estratégias propostas por Winnicott (1964/1982) para a aproximação com pacientes fundamentam-se na concepção de que o brincar atua como um facilitador das comunicações inter-humanas. Dentre essas estratégias, destaca-se o jogo do rabisco, que parte do pressuposto de que o ato de brincar, em si mesmo, já é potente na promoção de efeitos comunicacionais e terapêuticos relevantes no contexto clínico. Assim, parece-nos importante adentrar um momento no que vem a ser o jogo winnicottiano do rabisco, uma vez que, ao assumir a elaboração de uma “narrativa transferencial representativa”, lançamos mão de uma aproximação máxima entre pesquisadora e personagem do vídeo, em um lance próprio do rabisco winnicottiano, esperando, desse modo, favorecer a compreensão dos principais aspectos da experiência vivida que estão em jogo.

Trata-se de uma forma de encontro que surgiu no âmbito de atendimentos institucionais breves, em no máximo três sessões, durante os quais o psicanalista propunha a realização de uma brincadeira que consistia em fazer um rabisco que o paciente completaria. Na próxima rodada, a situação se invertia, de modo que o paciente faria um rabisco para que o psicanalista o completasse. Ao final do encontro, uma série de desenhos, produzidos conjuntamente, tornava-se disponível.

O ponto curioso desse procedimento é o seguinte: mesmo contendo intervenções do profissional, a série produzida retratava as necessidades afetivo-emocionais do paciente, permitindo uma compreensão empática que, eventualmente, sequer necessitava ser verbalmente comunicada. O ocorrido pode ser compreendido como fruto de uma aproximação fundamentalmente psicanalítica, durante a qual uma atitude de abertura e acolhimento da alteridade do paciente, provavelmente análoga à que faz a grande atriz com relação à sua personagem, é praticada pelo psicanalista. Não se trata, evidentemente, nem no palco e nem no consultório, de um surto psicótico, pois o *self* individual segue presente em ambos os casos, mas sim de uma atitude muito especial, que provavelmente só pode ser

bem suportada exatamente por haver uma personalidade robustamente capaz de se eclipsar temporariamente.

A nosso ver, para realizar a “narrativa transferencial representativa”, torna-se necessário um trabalho semelhante de grande aproximação com a personagem do vídeo de animação. Certamente, esse trabalho é facilitado justamente por se tratar de uma animação, que nos diz, o tempo todo, que estamos em um reino ficcional. Esse aspecto é, a nosso ver, uma vantagem, uma vez que não exige que a pesquisadora tenha uma experiência profissional, seja como psicóloga clínica, seja como pesquisadora, aspecto bastante importante considerando que nos encontramos nos estágios iniciais de nossa formação científica.

O **procedimento investigativo de interpretação** fundamenta-se na proposição de “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional”, que a pesquisadora realiza com o apoio de integrantes do grupo de pesquisa e da orientadora. Tal trabalho é conduzido com base em “palavras de ordem” que orientam o uso do método investigativo da psicanálise, por meio do qual apreendemos os “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional”, a saber: “deixar que surja”, “tomar em consideração” e “completar a configuração do sentido afetivo-emocional emergente” (Herrmann, 1979/2001).

O princípio do “deixar que surja” refere-se à atitude do(a) analista/pesquisador(a) de se entregar ao material, permitindo-se ser afetado por ele, na expectativa de que emergjam núcleos de sentido ainda não formulados. Trata-se de manter uma abertura radical para aquilo que possa se apresentar de forma inédita (Herrmann, 1979/2001). Já o “tomar em consideração” implica uma escuta ampliada e acolhedora daquilo que se sobressai, na comunicação, diante da atenção flutuante. Permitir que o que emerge possa entrar em contato com lembranças, sensações, ideias e sentimentos é o que abre o caminho para um levar em conta que mobiliza a atenção. Finalmente, “completar a configuração do sentido afetivo-emocional emergente” corresponde ao momento em que, como co-participantes do encontro, podemos criar/encontrar a alteridades. Evidentemente, esse modo de descrever o processo interpretativo, assim como tantos outros, não parece suficiente, pois só o apreendemos verdadeiramente quando nos iniciamos em sua prática ou acompanhamos muito de perto pesquisas, a exemplo da presente, que o colocam em marcha.

Concluimos este capítulo apresentando uma forma de discussão que se mostra particularmente alinhada com o modo de produção de conhecimento adotado nesta pesquisa: **o procedimento investigativo de interlocuções reflexivas**. Esta etapa configura-se como um momento de suspensão parcial dos pressupostos metodológicos psicanalíticos clássicos—como a atenção flutuante e a associação livre—em favor de uma abordagem mais deliberadamente crítica. O acolhimento clínico, nesse momento, cede lugar a um trabalho intelectual que busca articular as interpretações criadas/encontradas com contribuições teóricas provenientes de diferentes campos do saber. Ao invés de manter-se exclusivamente ancorada no campo transferencial e inconsciente, a pesquisa passa a dialogar com aportes conceituais externos, ampliando assim seu potencial compreensivo.

É necessário estabelecer uma distinção metodológica relevante: enquanto os “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional” são produzidos interpretativamente por meio da atenção flutuante e da associação livre de ideias—procedimentos centrais do método psicanalítico—, os “campos ambientais” são identificados a partir de uma perspectiva crítica, informada pelo pensamento dialético. A presente pesquisa adota a combinação entre o método psicanalítico, voltado à produção interpretativa de sentidos afetivo-emocionais, e o pensamento materialista dialético, sem incorrer em preocupações epistemológicas quanto a essa articulação. Isso porque a psicologia psicanalítica concreta se fundamenta justamente na integração entre o método de investigação da psicanálise, que investiga a dimensão afetivo-vincular dos atos humanos, e o materialismo dialético (Bleger, 1963/2007), que analisa criticamente a realidade social com base na ontologia do ser social (Lukács, 1978/2013; Lessa, 2015). Assim, a partir de uma leitura dialeticamente informada da realidade social, é possível identificar “campos ambientais” cuja vigência ilumina sua consonância e complementaridade em relação aos “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional” encontrados. A partir dessas definições, abriremos espaço para uma reflexão mais aprofundada, em diálogo com contribuições teóricas que possam expandir nossa compreensão do problema investigado.

As interlocuções reflexivas consistem, portanto, em uma etapa investigativa que visa integrar ideias, conceitos e perspectivas teóricas que possam iluminar, complementar ou tensionar as interpretações construídas ao longo do processo analítico-interpretativo. Este procedimento não representa um afastamento da

receptividade empática do psicanalista, que busca compreender o outro para além de suas eventuais dissociações, mas sim uma ampliação de seu alcance, permitindo que o material clínico seja relido e ressignificado à luz de contribuições oriundas de outras epistemologias—como a psicologia social crítica, os estudos culturais, a filosofia e as ciências humanas em geral. Tal movimento epistemológico promove a fertilização cruzada entre diferentes saberes, favorecendo uma compreensão mais complexa e contextualizada dos fenômenos estudados, bem como reafirma o compromisso ético-político da pesquisa com a produção de sentidos que transcendam os limites do consultório e se inscrevam no campo mais amplo da experiência humana e social.

Capítulo 3

Narrativa Transferencial Representativa

O presente capítulo se divide em duas seções. Na primeira delas, em “Considerações Iniciais”, tecemos comentários sobre a decisão, tomada posteriormente à produção do material de pesquisa,²⁶ de elaborar uma “narrativa transferencial representativa”. Além disso, também faremos considerações sobre o processo de co-criação de uma personagem no qual nos apoiamos para produzir esse tipo de registro. Na segunda seção, apresentaremos a narrativa transferencial propriamente dita.

Considerações Iniciais

Tendo em vista o objetivo de registrar o material de pesquisa, constituído pelo encontro com o vídeo selecionado, co-criamos a personagem Miriam, nome que atribuímos à personagem principal da animação. Elaboramos a “narrativa transferencial representativa” como uma história contada pela própria mulher que, carregando o nome de minha avó, já surge aproximando a personagem do vídeo de minha própria história pessoal.

²⁶ É importante lembrar, mais uma vez, que o material da pesquisa qualitativa com método psicanalítico não é o vídeo, mas o encontro entre pesquisadoras e vídeo. Do mesmo modo, uma sessão de psicoterapia psicanalítica não consiste nas falas do paciente, mas no encontro entre psicoterapeuta e paciente.

A prática de narrar, no entanto, é uma atividade humana expressiva que antecede sua aplicação em disciplinas como a psicanálise e a antropologia. Desde tempos antigos, as narrativas têm sido usadas para transmitir experiências, valores morais, conhecimentos, ensinamentos e conselhos dentro de uma sociedade (Benjamin, 1936/1992). Sendo assim, não nos admiramos quando autores como Favoreto e Camargo Jr. (2011) argumentam em favor do uso de narrativas como um recurso que favorece a expressão tanto dos significados gerados pela consciência individual quanto daqueles construídos no contexto social em que o sujeito se realiza como pessoa.

Granato, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2011) destacam que as narrativas são amplamente utilizadas como método investigativo da psicanálise em diferentes campos de pesquisa (Bruner, 2004; Campos & Furtado, 2008; Favoreto & Camargo Jr., 2011). Este recurso tem sido valorizado por psicanalistas, linguistas, antropólogos e sociólogos, especialmente por sua capacidade de explorar a experiência vivida, que sempre é singular, seja ela referida a personalidades individuais ou coletivas.

No que diz respeito à psicologia psicanalítica concreta, cumpre destacar que as narrativas orais do sonhador logo chamaram a atenção de Politzer (1928/2004), tornando-se centrais na sua crítica à metapsicologia e em sua proposta de respeito à dimensão concreta da experiência vivida. Assim, quando se inspirou no texto do filósofo para sistematizá-lo a fim de tornar a psicologia psicanalítica concreta a base para a criação de uma nova forma de pesquisa e atuação em psicologia, Bleger (1963/2007) compreendeu que o drama vivido e sua narrativa, ou expressão, seriam indissociáveis.

Contudo, é interessante lembrar que o argentino veio a denominar sua proposta como psicologia da conduta, e não psicologia do drama, passagem que vale a pena focalizar aqui. Lembramos, então, que o conceito de conduta é utilizado à francesa, como o conjunto dos atos humanos, performados por personalidades individuais e coletivas, que definiriam os eventos da esfera ontológica do ser social (Lukács, 1978/2013; Lessa, 2012). Altamente complexa, a conduta seria um objeto de estudo partilhado por todas as ciências humanas, as quais tomariam para si conjuntos de qualidades, características e aspectos dessa totalidade. A perspectiva da psicologia corresponderia à conduta enquanto experiência vivida, o que Politzer (1928/2004) preferiu designar como drama, a partir da leitura de *Interpretação dos*

Sonhos (Freud, 1900/1969). Afinal, os sonhos, na psicanálise, são abordados como experiências do sonhador, e não como fenômenos neurológicos—coisa que, evidentemente, também o são.

Inicialmente, Bleger (1958/1988) manteve o termo ‘drama’ para definir o objeto de estudo da psicologia, quando escreveu o livro no qual se propôs a articular a psicanálise, enquanto referencial científico, e o materialismo dialético, enquanto filosofia. Entretanto, sua atividade docente no curso de graduação em psicologia da Universidade de Buenos Aires motiva Bleger (1963/2007) a considerar a importância de levar em conta as demais ciências humanas, entre as quais se insere a psicologia, para aprofundar sua reflexão epistemológica. Assim, resolve adotar o termo ‘conduta’, na acepção ampla que o termo assume na tradição francesa, para substituir o termo ‘drama’. Entretanto, não há inconveniente algum no uso do termo ‘drama’, pois este nada mais é do que a conduta vista como experiência vivida por uma personalidade.

De acordo com Politzer (1928/2004), todo drama, ou experiência vivida, é comunicado por meio de narrativas, o que já indica que as narrativas assumem um papel central na psicologia psicanalítica concreta desde o texto fundamental que a inspira, como demonstram Riemenschneider, Simões, Chinalia e Aiello-Vaisberg (2012). Assim, o psicanalista só pode tomar os sonhos como objeto de estudo se esses forem relatados pelo sonhador. O manejo inicialmente utilizado na psicanálise freudiana, consiste na escuta de narrativas verbais. Mais tarde, a introdução de brinquedos no atendimento de crianças e de materiais artísticos nas arteterapias levou alguns a acreditar que as narrativas orais tinham sido substituídas por outras mediações. Entretanto, se nos atentarmos bem, perceberemos que as narrativas deixaram de ser orais, e a experiência vivida passou a ser apresentada mediante outros modos de narrar. Inclusive, o vídeo que utilizamos na presente pesquisa é um bom exemplo do quanto se pode narrar com desenhos ou filmes mudos.

Quando o método investigativo da psicanálise é usado em contexto clínico, a narrativa oral do paciente inaugura o processo investigativo, realizado em colaboração com o psicanalista. Este trabalho conjunto resgata a narrativa como um meio confiável de acesso ao mundo pessoal, revelando-se um recurso potente para produzir conhecimento sobre as experiências afetivo-emocionais (Granato, Corbett, & Aiello-Vaisberg, 2011, p. 160). Por outro lado, quando usamos o método investigativo da psicanálise em contextos de pesquisa, visando compreender os

sentidos afetivo-emocionais de condutas em âmbitos individuais ou coletivos, não deixaremos de usar narrativas, já que são elas que nos dão acesso ao drama vivido. Aqui, entretanto, as narrativas comparecerão em dois diferentes momentos—ainda que o termo não seja explicitamente usado nos dois momentos.

Para começar, **o procedimento investigativo de produção do material de pesquisa** consiste em um encontro durante o qual a pesquisadora entra em contato com narrativas. Se estamos trabalhando com o procedimento de desenhos-estórias com tema, como, por exemplo, Batoni (2020), convidando universitárias a desenharem uma mulher bem-sucedida de 40 anos e, num segundo momento, a inventar uma história sobre a figura desenhada, o que as participantes nos entregam são, rigorosamente falando, narrativas imaginativas sob forma de desenhos e estórias. Se Assis et al. (2022) investigam imaginários coletivos sobre a menina adolescente estudando uma série televisiva, o conjunto dos episódios, com o qual se encontram as pesquisadoras, é, rigorosamente falando, um conjunto de narrativas. Ou seja, assim como o sonhador relata seu sonho no encontro com o psicanalista, os participantes e as produções culturais relatam, de diversas formas, a experiência vivida no que tange aos aspectos do viver focalizados em cada investigação. Contudo, não nos referimos às manifestações com as quais nos encontramos como narrativas, para evitar mal-entendidos.

Agora, quando nos referimos ao **procedimento investigativo de registro do material de pesquisa**, aí sim utilizamos a expressão narrativa transferencial para explicitar que se trata de um relato do encontro que vivemos, encontro este que é, rigorosamente falando, o verdadeiro material de pesquisa. Essa narrativa é transferencial porque é feita sob o cultivo da atenção flutuante e da associação livre de ideias, o que nos motiva a sublinhar que não é o que, digamos assim, “qualquer pessoa veria” diante dessa manifestação, porque a subjetividade da pesquisadora faz parte do acontecer. Por esse motivo, o relato não inclui apenas “o que ocorreu” ou “o que foi falado”, mas também o que foi vivido/sentido/pensado pela pesquisadora.

A narrativa transferencial pode ser feita de modo a referir diretamente o encontro vivido. Podemos apreciar um exemplo desse tipo na dissertação de Rodrigues (2016), que nos conta, com clareza, como se deu seu encontro com um grupo de adolescentes ao pesquisar imaginários sobre a prática de atividades esportivas. Por outro lado, há alguns casos em que, por diferentes razões—ligadas

principalmente à tentativa de evitar o autorreconhecimento dos participantes²⁷, dado que muito do material de pesquisas acadêmicas fica disponível na web—, torna-se necessária a elaboração de narrativas transferenciais ficcionais (Corbett, 2014; Cia, 2014).

No caso da presente pesquisa, não nos encontramos diante das situações que normalmente demandam o recurso à ficção. Não estamos lidando aqui com o risco de participantes se autoidentificarem, como no caso da pesquisa de Corbett (2014), nem com um número alto de casos, como no caso da pesquisa de Cia (2014). Nosso material é um vídeo institucional em forma de animação. Entretanto, ficamos entusiasmadas com a perspectiva de registrar o vídeo transferencialmente dando voz à personagem central, assumindo, portanto, o lugar daquela que sonha o sonho impossível, movimento que reconhecemos não apenas como um artifício metodológico, mas também como evidência de termos vivido nosso encontro com esse material como um impacto afetivo-emocional relevante. Assim fazendo, adotamos uma postura muito próxima daquela que preside o uso do jogo winnicottiano do rabisco.²⁸

No momento, tendemos a compreender que o fato de estarmos diante da apresentação de um problema—o da divisão sexual do trabalho em família nuclear com dois provedores—gera grande sofrimento. Entretanto, o vídeo busca promover conscientização sem despertar angústias intensas, apresentando, por esta razão, certa leveza, que pode se constituir num desafio no contexto de uma pesquisa qualitativa com o método investigativo da psicanálise. Lembremos que se trata de um vídeo institucional que visa uma larga divulgação e uso de caráter educacional. Encontramo-nos, portanto, com manifestações muito mais leves do que aquelas com as quais se defrontaram Corbett (2014), quando estudou violência doméstica em uma instituição que acolhe vítimas, ou Cia (2014), quando atendeu mulheres que vinham de receber a notícia de que gestavam fetos inviáveis. O mesmo pode ser dito da pesquisa de Assis et al. (2022), que trabalharam com uma série que, ainda que ficcional, foi elaborada com a finalidade de provocar angústia no espectador

²⁷ As narrativas transferenciais ficcionais também podem ser usadas quando temos um número muito alto de casos, atendidos ao longo de vários anos, e conseguimos detectar padrões que podem ser apresentados de modo ficcional, como fez Cia (2014).

²⁸ Como já referimos no capítulo anterior, nas páginas 47, nesse jogo, psicanalista e paciente completam rabiscos e chegam a produções nas quais os gestos de cada um se misturam a tal ponto que pode tornar-se impossível saber quem fez qual traço. Contudo, esse é um caminho que permite chegar rapidamente a uma compreensão sensível do que faz o paciente sofrer, porque o psicanalista assume plenamente a função terapêutica, que é, lembremos, o aspecto fundamental do enquadre.

diante de um caso de estupro seguido de suicídio da vítima. Sendo assim, sentimos necessidade de nos aproximar da personagem da animação, acrescentando-lhe humanidade e retirando o que ela tem de caricatura.

No presente estudo, iremos criar uma personagem visando compor uma narrativa transferencial em parceria “rabiscada” com aqueles que produziram a animação, elaborando uma “narrativa transferencial representativa”. Desse modo, vamos manter-nos coerentes com a defesa politzeriana de uma psicologia em primeira pessoa.

Narrativa Transferencial Representativa

Olá, prazer!

Sou a mãe da Clara, do Victor e do João. Clara e Victor são gêmeos de 10 anos e João é um bebê de apenas 1 ano. Sou casada com Francisco, um homem branco, alto, de cabelo preto e braços largos. Ele tem a voz grossa e uma presença que para muitos pode ser intimidadora, mas a mim, ele não assusta. Eu sou uma mulher branca, de 40 anos, com cabelo castanho escuro liso e uma pele muito clara. Meus olhos castanhos são levemente puxados e minha boca é rosada.

Podem me chamar de Miriam.

Nós nascemos, crescemos e nos casamos no interior. Mas há 10 anos, um pouco antes de engravidar pela primeira vez, viemos morar na cidade grande, por conta do trabalho de Francisco. Tenho muitas saudades do interior. Aqui na cidade é tudo muito caótico, você não percebe o tempo passar. Me sinto sempre cansada e ansiosa, sempre correndo atrás de algo que deixei de fazer.

O que eu mais sinto falta é da minha família e amigos de infância, com quem perdi contato após me mudar para a cidade. Bom, não irei ficar tomando o seu tempo com as minhas dores. Como eu disse antes, aqui nós não temos tempo sobrando para sofrer. Agora que já me apresentei, que tal você se acomodar? Fique à vontade.

Dentro de casa

6:00

Bom dia!

O despertador está tocando e João está chorando, deve ter feito xixi na cama de novo. Vou me trocar, colocar meu vestido vermelho de bolinhas brancas e ir até lá.

1. — *Bom dia, meu filho, mamãe está aqui.*

Preciso ir acordar os gêmeos e depois preparar o café da manhã. Espero que Francisco não demore para levantar. Vou ficar irritada se isso acontecer de novo, mas vou ficar quieta, porque a manhã já é muito corrida... Ele sempre enrola na cama, atrasando todos nós...

Quando entro no quarto a Clara já está vestida me esperando, e eu deixo o João com ela enquanto acordo o meu filho Victor com um beijo na bochecha. Ele só consegue acordar se for assim. Pego o João de volta e peço para a Clara ajudar Victor a se trocar. Ele ainda não sabe se vestir sozinho e nem amarrar o cadarço. Se eu deixo ele se trocar sozinho, ele me aparece com a blusa ao contrário ou com o shorts do avesso.

Como a minha filha é mais espertinha que o Victor, conto bastante com a ajuda dela para cuidar do irmão. Quer dizer, “dos” irmãos.

Vou para a cozinha preparar o café da manhã. Venha comigo.

6:30

Enquanto preparo o café e a Clara me ajuda colocando os pratos na mesa, Francisco finalmente levanta da cama—ele ficou enrolando, como sempre—, e peço para ele segurar o João. Mas não passa nem 1 minuto e Francisco estende João chorando em seus braços para mim.

João está desfraldando e fez xixi enquanto estava no colo de Francisco. Não chegou a molhar o pai, mas foi por pouco. Vou levar ele ao penico e depois volto para terminar de preparar o café da manhã.

6:32

Pronto, deixei a Clara trocando o João. Se você estiver ouvindo esse barulho, não estranhe. O Francisco tem a mania de ficar batendo o talher no prato e o Victor fica copiando. Um péssimo exemplo para o menino. Já pedi para não fazerem mais isso, pois estraga a louça e o barulho me deixa irritada. Mas não adianta, eles não me escutam. Essa batalha eu já perdi:

2. — Clara! Já terminou de trocar seu irmão? Venha comer, já estamos atrasados!

Em todas as nossas refeições, sou eu quem sirvo a comida. A ordem é sempre: Francisco, Victor, Clara e meu bebê João, nós dois dividimos o mesmo prato. Isso vem da criação da casa dos meus pais. Era a minha mãe que sempre servia os pratos, começando pelo do meu pai, em seguida o dos meus irmãos mais velhos, depois o meu e por último o dela.

Ops! Acho que dessa vez fiz menos comida e sobrou muito pouco para mim. Francisco percebeu e me deu uma colherada do mingau dele. Fiquei surpresa com a atitude dele. Nem consegui agradecer, pois logo que ele me deu um pouco de sua comida, o pequeno João bateu no prato e derrubou todo o nosso prato de comida em cima dele. Com o susto, começou a chorar.

A Clara levantou rapidamente da mesa e pegou o João para trocá-lo de novo. Enquanto isso, vou terminar de arrumar a cozinha e me preparar para sairmos de casa.

Fora de casa

Depois de ter arrumado toda a bagunça do café da manhã lá em casa, precisei preparar o almoço do Francisco, guardá-lo em sua lancheira e sair correndo para pegar o ônibus com as crianças.

Sou eu quem leva a Clara e o Victor para a escola todos os dias e, como eu trabalho, deixo o João com a dona Lucy, uma senhora que mora perto do meu serviço. Você acredita que hoje eu estava tão distraída que quase esqueci o João no ponto de ônibus?! Quando o ônibus chegou, levantei tão rápido para entrar que o pequeno João não conseguiu acompanhar. Quando olhei de dentro do ônibus, ele estava sentado no ponto. Peguei-o com meus braços largos de mãe e o puxei para dentro. Imagine só se o ônibus tivesse saído e ele ficasse lá no ponto? Eu nunca me perdoaria. Esquecer o próprio filho, quem já viu?!

Bom... mas falando do lugar em que estamos, este é o meu trabalho, a fábrica de costura. Eu e mais 20 funcionárias trabalhamos aqui como costureiras. Só mulheres. Passamos o dia todo costurando. É tanto trabalho que nem conseguimos um tempinho para fofocar. Só às vezes quando o Sr. Heitor—o gerente da fábrica—está dentro de seu escritório. Não gosto do Sr. Heitor, ele é um homem grosseiro. O tempo todo reclama do nosso trabalho. Hoje mesmo ele veio me dizer que eu estava fazendo “corpo mole” no serviço, costurando muito devagar. Até confesso para você que na hora que ele me disse isso fiquei tão irritada que me deu vontade de jogar a máquina junto com todos aqueles tecidos costurados para o alto e sair batendo a porta, pois estou fazendo o meu máximo aqui e ele não enxerga... Mas não posso fazer isso. Desistir de tudo, sabe? No fim da conversa, tive que me desculpar com o Sr. Heitor pelo “corpo mole” que estava fazendo...

O serviço do Francisco fica bem perto de casa, ele vai andando. Francisco trabalha em uma obra. Fica dentro daqueles guindastes enormes que sobem e descem o material pesado de construção, sabe? É um trabalho bem pesado. Quando chega em casa do trabalho, sempre diz que está cansado.

Saindo do trabalho e voltando para casa

O alarme das 17h00 tocou sinalizando que o dia na fábrica terminou. É o dia de receber o salário. Todas nós paramos o que estávamos fazendo e formamos uma fila na frente da sala do Sr. Heitor para receber o dinheiro, que é pago todo final do mês. Eu recebo R\$1.518,00 reais por 40 horas de trabalho. É pouco, mas juntando com o salário do meu marido de R\$4.554,00, ajuda a pagar as contas de casa.

17:02

Preciso ir! Ainda tenho que passar no mercado, buscar o João na dona Lucy e me encontrar com os gêmeos no ponto de ônibus para irmos pra casa jantar. Eles já devem estar saindo da casa do amigo que os convidou para passarem a tarde estudando.

17:13

Chego no mercado e penso: preciso de tomate, pepino... Cebola!

3. — Me vê 5 pãezinhos, por favor.

4. — *Hm... Será que preciso de salsinha? Deixa eu ver quanto está. Tudo isso!!! Não vai ter salsinha no jantar...*

17:31

Cheguei no prédio e a dona Lucy já estava me esperando embaixo com o meu bebê no colo, ela sabe que eu não posso atrasar. Pego ele e saio correndo:

5. — *Obrigada, dona Lucy, até amanhã!*

17:35

As crianças estão no ponto de ônibus me esperando como combinamos e pontualmente o transporte chega:

6. — *Vamos, crianças, entrem no ônibus!*

7.

Dentro de casa

Entro em casa e me deparo com roupas no chão. Francisco chegou. Isso acontece quando ele sai do serviço e passa no bar, é sempre assim. Ele fica meio bêbado e não dá para conversar. Tira a roupa na porta de casa e vai direto para o sofá esperar o jantar ser servido. Teve uma vez que eu pedi para que ele recolhesse a roupa do chão... Pra quê eu fui falar... Parecia um animal. Ficou nervoso, gritou. Disse que trabalhava duro para sustentar essa casa e que no final do dia só queria chegar e descansar. E é verdade... O salário de Francisco é maior que o meu e sem esse dinheiro, viveríamos muito apertados. Então, não posso reclamar. Mas confesso que eu gostaria que ele ajudasse mais, ficasse mais com nossos filhos, ficasse mais comigo...

Bom, não posso perder tempo pensando nisso. Preciso terminar de preparar o jantar:

— *Clara, passa esses legumes que estão na sacola do mercado!*

19:40

8. — *Comida na mesa!*

20:00

Lava. Pendura. Passa a roupa. Varre. Esfrega. Passa pano no chão. Lava. Passa bucha. Seca. Guarda a louça.

21:00

Acabei. Trouxe minhas agulhas e rolos de lã para fazer tricô. Dessa vez eu estou terminando um casaco para o Victor. Ainda não está pronto, mas vai ficar bem bonitinho. Antes de sentar aqui, estava fazendo o João dormir, por isso demorei.

9. — *Boa noite, Clara e Victor, durmam com os anjos.*

Essa é a hora que as crianças vão dormir, eu fico fazendo o meu tricô, enquanto o Francisco assiste TV.

O que eu mais gosto de assistir são as novelas, principalmente as de romance. Mas eu quase não consigo assistir. Como temos apenas uma TV em casa e o Francisco não tem muita paciência para romance, acabamos assistindo a programação do noticiário. E é por isso que eu resolvi começar a fazer tricô enquanto “assistimos” TV. Neste momento posso dizer que estou relaxando. Acabaram as tarefas, trabalho, filhos... Apenas eu e Francis...

10. — *Acabou minha cerveja!—Francisco resmunga.*

11. — *Vou pegar na geladeira—eu respondo.*

22:00

O narrador do jornal anuncia: “No jornal da noite, iremos apresentar a entrevista de uma família que trabalha em uma lavoura. Veja a seguir”.

Na TV, uma mulher. Uma mãe com um bebê enrolado num pano, como se fosse uma mochila nas costas e cavando a terra ao mesmo tempo. Nossa! Estou muito impactada, impressionante. Coitada! Como essa mulher aguenta isso? Cuidar do trabalho com um bebê nas costas. Eu achava que minha vida era difícil, mas a dessa mulher é pior...

12. — *Vamos—diz Francisco desligando a TV.*

23:00

13. — *Boa noite, Francisco.*

14. — *Boa noite—ele me responde virando para o outro lado da cama.*

Na manhã seguinte, dentro de casa

05:00

Minha noite foi muito ruim... Não dormi quase nada! Até acordei antes do horário.

Fiquei pensando no que vi na TV antes de me deitar e não parei de pensar naquela mulher.

Até que no meio da noite consegui dormir um pouco, mas tive um sonho estranho.

Um sonho daqueles que parecem ser um filme, sabe? De tão diferente do que acontece na vida real. Pensando agora pode ter sido até um sonho feliz...

Ele começou com o Francisco chegando em casa do trabalho com flores para mim. Tulipas brancas, as minhas favoritas. Me dava beijos. Estava todo carinhoso e romântico. Isso tudo é muito estranho. Francisco não me presenteia quase nunca, só quando faz algo de errado e quer se desculpar. Nós praticamente não nos tocamos. Viver isso no meu sonho foi muito bom mas muito estranho. Acordar e pensar que isso não acontecerá na vida real me deixa triste. Meu casamento está sem graça. Meu relacionamento é à base de fazer atos de serviços para Francisco ficar feliz. Enquanto eu vou me deixando de lado e esquecendo de mim.

Depois, Clara e Victor brincavam e estudavam juntos, rindo sem parar. Se ajudavam nas lições da escola e também nas tarefas domésticas. Meus filhos não se falam, não são amigos, não se ajudam. A única que ajuda de fato é a Clara. Fico protegendo o Victor pois ele não é tão espertinho que nem a minha filha. No sonho, os dois conseguiam fazer tudo e se ajudavam. Essa cena me deixou tão feliz.

Por fim, o Francisco se oferecia para fazer o jantar enquanto eu assistia a minha novela na TV. Nessa hora, João chorava e era Francisco quem ia até o quarto para acolhê-lo. Até tricô o Francisco fazia comigo, você acredita?

Abri os olhos no susto e percebi que eu estava sorrindo. Virei para o lado, Francisco acordou com o meu susto e sorriu de volta, mas logo dormiu de novo. Então percebi que era apenas um sonho. Um sonho impossível de acontecer.

6:00

Está na hora de levantar! Preciso ir!

Capítulo 4

Interpretações e Interloquções Reflexivas

O presente capítulo se divide em duas partes, intituladas, respectivamente, “Interpretações e Contextualizações” e “Interloquções Reflexivas”. A primeira apresenta os resultados interpretativos, ou seja, o que denominamos “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional”, produzidos a partir do material de pesquisa, bem como os “campos ambientais” deduzidos a partir do estudo do feminismo materialista. A segunda parte consiste em uma retomada reflexiva da primeira parte do capítulo, à luz do pensamento de autores selecionados, por razões que ficarão claras oportunamente, com as quais dialogamos. São eles: Federici (1984/2017), hooks (2019), Bartky (1990/2011), Freire (1992) e Winnicott (1955/2000; 1960/1983; 1971/1975).

Interpretações e Contextualizações

A consideração da “narrativa transferencial representativa”, apresentada no capítulo 3, permite-nos propor, como resultados interpretativos, quatro “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional”. Como sabemos, tais campos correspondem ao inconsciente, tal como concebido de acordo com a perspectiva da psicologia psicanalítica concreta, aqui adotada como esquema conceitual referencial operativo (Pichon-Riviére in Lema, 1976/1993). Seguem abaixo seus nomes e definições sucintas.

“Mulher-Éter” é o campo intersubjetivo de sentido afetivo-emocional que se organiza ao redor da crença de que a “mulher-mãe” é um ser quase incorpóreo, cujas necessidades podem ser postergadas, mas que se mantém sempre disponível ao atendimento das necessidades alheias.

“Oásis e Deserto” é o campo intersubjetivo de sentido afetivo-emocional que se organiza ao redor da crença de que o ambiente doméstico é um espaço de descanso para o homem e de servidão para a “mulher-mãe”.

“Engrenagem Visível e Engrenagem Fantasma” é o campo intersubjetivo de sentido afetivo-emocional que se organiza ao redor da crença de que o trabalho do homem é digno de reconhecimento e valorização, e o trabalho doméstico da “mulher-mãe” não merece o mesmo.

“Sonho (Im)possível?” é o campo intersubjetivo de sentido afetivo-emocional que se organiza ao redor da crença de que a vida familiar seria mais feliz se fosse pautada por convivência igualitária e divisão de tarefas.

Tais campos, que se organizam sempre ao redor de crenças imaginativas, eventualmente não conscientes, correspondem ao que permanece subjacente à experiência vivida nas relações inter-humanas. Além disso, estão sempre inseridos em contextos macrossociais, aqui designados como “campos ambientais”, cuja identificação demanda teorizações das ciências sociais, motivo pelo qual, enquanto psicólogas, valemo-nos das contribuições oriundas de pesquisas de sociólogas, antropólogas e historiadoras, como Silvia Federici (1984/2017), Christine Delphy (2009), Daniele Kergoat (2009), Helena Hirata (2022; Hirata & Kergoat, 2007), Nancy Fraser (2017), Paula Tabet (2014) e bell hooks (2019). Abaixo, seguem os nomes e definições sucintas dos “campos ambientais”. São eles:

“Patriarcado Capitalista” é o campo ambiental que se define pela articulação de duas formas de dominação e exploração que se entrelaçam e se reforçam mutuamente: o patriarcado, sistema baseado na dominação masculina e na hierarquização de gênero, e o capitalismo, sistema baseado na apropriação privada dos meios de produção e na exploração do trabalhador. A união dos dois é a articulação histórica entre dominação masculina e exploração econômica, que estrutura a reprodução social e a produção econômica de modo interdependente.

“Divisão Sexual do Trabalho” é o campo ambiental que se define como a organização social que separa e hierarquiza atividades produtivas e reprodutivas segundo o sexo, atribuindo às mulheres, de forma naturalizada, a responsabilidade pelo trabalho doméstico e cuidado não remunerado e pouco reconhecido, enquanto aos homens é reservado o acesso prioritário às funções produtivas e de prestígio na esfera pública. Trata-se de uma construção histórica e ideológica, inscrita no patriarcado capitalista, que reproduz desigualdades de posição, remuneração e poder entre homens e mulheres, independentemente da classe social.

“Família Nuclear” é o campo ambiental que se define como o modelo normativo de organização social composto por pai, mãe e filhos, instituído no patriarcado capitalista como espaço central de reprodução biológica, social e afetiva. Sob a aparência de afeto e estabilidade, naturaliza a desigualdade de gênero ao atribuir ao homem a posição de provedor e “cabeça do casal” e, à mulher, a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado e pelo trabalho doméstico, mesmo quando inserida no mercado de trabalho. Trata-se de uma construção histórica e ideológica que garante a reprodução cotidiana da força de trabalho, sustenta a lógica da dupla jornada feminina e produz subjetividades marcadas pela vigilância, pela culpa e pela interiorização da subordinação.

Ao reunir os quatro “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional”, que se situam em “campos ambientais”, alcançamos um retrato condensado da experiência subjetiva da “mulher-mãe trabalhadora casada”. Essa experiência, vivida em termos de acreditar em algumas certezas não questionadas, que afetam o sentir, o desejar e o posicionar-se no cotidiano, é sempre parcialmente moldada por imaginários coletivos que circulam no espaço social. Esses imaginários criam atmosferas que todos habitamos psiquicamente, as quais expressam contextos históricos e sociais (“campos ambientais”) que as condicionam²⁹ e fazem perdurar. É

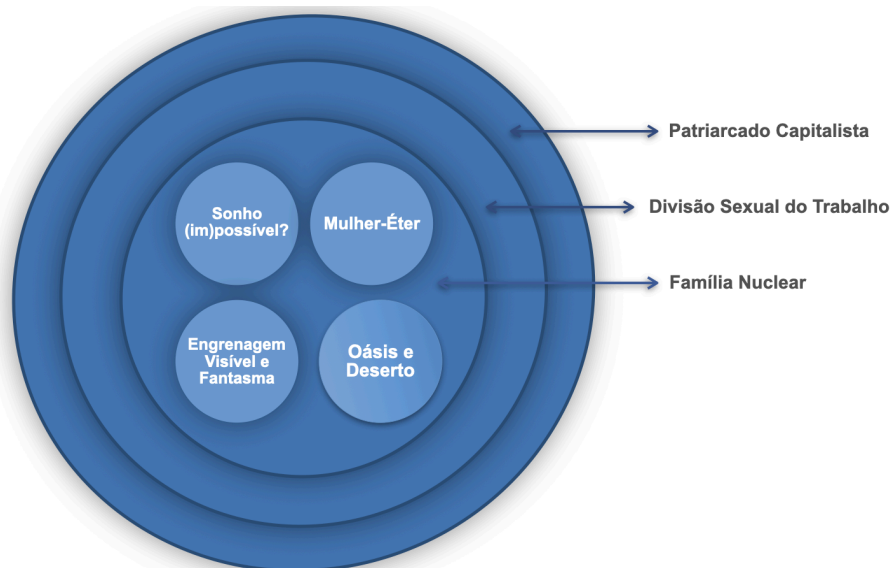
²⁹ De acordo com Freire (1992), os seres humanos não somos *determinados*, mas *condicionados* pelos contextos macrossociais em que vivemos. Sintetizando o pensamento do autor em relação a esse ponto, diz Zitzkoski (2010): “O potencial da existência humana está em ter consciência de seus condicionamentos, pois, a partir de sua visão crítica sobre o mundo, [o ser humano] poderá enfrentar

nesse entrelaçamento entre o intersubjetivo e o macrossocial que os sofrimentos sociais em geral, dentre os quais destacamos o feminino, mostra-se simultaneamente singular e coletivo, privado e político.

O vídeo estudado é uma produção historicamente condicionada e multifacetada, que se mantém atual porque os contextos macrossociais seguem, em muitos aspectos, sendo os mesmos ainda hoje. Devemos lembrar que toda conduta humana tende a emergir de diversos níveis ou camadas. Cada ação, manifestação psíquica, expressão corporal ou produção material, como nos aponta Bleger (1963/2007), carrega consigo uma multiplicidade de sentidos possíveis. Tal como já havia indicado Freud (1900/1969), a interpretação psicanalítica jamais esgota os sentidos dos atos e manifestações humanas. Portanto, é importante destacar que os quatro “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional” interpretados, bem como os “campos ambientais” identificados, não esgotam toda a complexidade e a riqueza do material analisado, mas permitem que produzamos um conhecimento que pode ser útil no momento presente.

Propomo-nos, a bem da clareza, elaborar um esquema gráfico que oferece uma possibilidade de visualização dos “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional” e dos “campos ambientais”. O diagrama segue abaixo:

Figura 2 – Campos Intersubjetivos de Sentido Afetivo-Emocional e Campos Ambientais



Fonte: Elaboração própria.

as situações limites, superando-as através da luta solidária e coletiva pela transformação das realidades condicionantes". (Zitkoski, 2010, p. 137)

Interloquções Reflexivas

Esta segunda parte do capítulo 4 está reservada à retomada dos resultados interpretativos, que podem ser ampliados e aprofundados a partir de um trabalho reflexivo em diálogo com contribuições de outros autores. Será desenvolvido ao redor de três eixos, organizados conforme a explicação que se segue.

Reservamos o primeiro eixo à revisitação dos resultados interpretativos a partir de interloquções com autoras feministas. Traremos contribuições e ideias de Silvia Federici (1984/2017), bell hooks (2019) e Sandra Lee Bartky (1990/2011), lembrando que a primeira pode ser considerada uma feminista materialista—já que realizou uma revisão da teoria marxista fornecendo a base para a adoção do conceito de patriarcado capitalista—, mas que as outras duas não se definem como tal. Assim é que hooks (2019) se apresenta como adepta do feminismo negro interseccional, enquanto Bartky (1990/2011) se considera uma feminista fenomenológica. Ambas, entretanto, aceitam as contribuições fundamentais do feminismo materialista, partindo dele para, em segundo momento, acrescentar suas próprias contribuições.³⁰ Dialogando com as propostas das três autoras, podemos compreender como a idealização da família nuclear, a privatização do trabalho reprodutivo e a naturalização do cuidado se articulam no patriarcado capitalista—aquilo que hooks (2019) denuncia como “trabalho mascarado pelo discurso do amor” e que Federici (1984/2017) historiciza como “um dos pilares da acumulação capitalista”, encontra-se na base do que aponta Bartky (1990/2011; 2002) quando afirma que subjetividade feminina muitas vezes se constrói em torno de um “sofrimento moral” produzido pela internalização de exigências sociais de abnegação e renúncia, que, parecendo não serem nunca suficientes, geram fortes sentimentos de culpa.

No segundo eixo, conversamos com o pensamento winnicottiano, abordando sua vasta e variada obra a partir de um tópico com o qual os “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional” se associam fortemente: o conceito de *holding*

³⁰ De nossa parte, pensamos que o feminismo materialista (Abreu, 2018) e o feminino interseccional (Nogueira, 2017) correspondem a vertentes diversas, mas não antagônicas, que podem ser usadas de modo complementar em nossas interloquções. Por outro lado, ainda que os textos bartkianos não incluam o conceito de interseccionalidade, evoluem, ao longo do tempo, para a inclusão de questões de raça e classe (Bartky, 2002). De todo modo, vale salientar que, para definir os “campos ambientais”, debruçamo-nos sobre as contribuições das pensadoras materialistas, pois sua análise dos contextos macrossociais é mais completa e detalhada.

(Winnicott, 1958/2001; 1960/1983; 1971/1975). O *holding* corresponde a um aspecto altamente valorizado na teorização winnicottiana, na medida em que consiste em uma retomada de um veio fundamental, do ponto de vista da psicologia psicanalítica concreta, que tinha sido abandonado como fator relevante na etiologia do sofrimento neurótico: o do reconhecimento da relevância da realidade externa. A substituição da teoria da sedução pela teoria da fantasia³¹ afastou a psicanálise da pesquisa sobre sofrimentos sociais, o que, certamente, provocou efeitos teóricos e clínicos bastante prejudiciais.

Por fim, o terceiro eixo servirá para problematizar uma questão que se encontra no cerne mesmo dos resultados interpretativos: a crença imaginativa de que existe necessidade/possibilidade de transformar a vida cotidiana, expressa pelo campo “Sonho (Im)possível?”. Seria esse “campo intersubjetivo de sentido afetivo-emocional” uma utopia ingênua ou um exercício de imaginação teleológico-crítica? Inspiradas em Lessa (2015) e em Freire (1992), centralizaremos nossas considerações numa leitura do sonho um tanto diversa daquela defendida por Freud (1900/1969) como realização de desejo, vendo-o como projeção de finalidades ainda não realizadas materialmente e que, ao serem formuladas, apontam para um horizonte de práxis transformadoras. No contexto da presente pesquisa, esse campo simboliza a resistência contra a naturalização da desigualdade e anuncia a possibilidade de reconfiguração das relações de cuidado, afeto e trabalho.

Passando, agora, a discorrer sobre o primeiro eixo, damos início a uma **interlocução com pesquisadoras feministas**, lembrando que escolhemos autoras que mantêm posições convergentes, no sentido de atribuir importância aos contextos macrossociais do patriarcado capitalista, da divisão sexual do trabalho e da família nuclear. Por outro lado, deixamos claro que as eventuais diferenças no que tange ao modo como pensam a superposição de opressões, que caracterizam o pensamento interseccional (Nogueira, 2017), não desempenham papel relevante no que se refere aos nossos resultados interpretativos, dado o desenho de pesquisa que adotamos.

³¹ De acordo com Laplanche e Pontalis (1967/2001), a sedução é uma “teoria” elaborada por Freud entre 1895 e 1897, posteriormente abandonada, que atribui à recordação de cenas reais de sedução o papel determinante na etiologia das psicose neuroses (p. 610). Posteriormente, Freud abandonou essa ideia, passando a defender que a aparente realidade de cenas relatadas pelas pacientes expressaria suas fantasias.

Buscando integrar o que se desvela quando aproximamos “Mulher-Éter”, “Oásis e Deserto” e “Engrenagem Visível e Engrenagem Fantasma”, chegamos a perceber o delineamento de um imaginário coletivo: a sobrecarga invisível da “mulher-mãe trabalhadora casada” como condição silenciosa de possibilidade da vida cotidiana. Em todos esses campos, emerge a figura de uma mulher que “paira” no ambiente—sustenta, antecipa, amortiza conflitos, administra tempos alheios—, mas cujo modo de presença é percebido mais como função desempenhada do que como pessoa que atua. O valor de sua existência é medido pela capacidade de oferecer sem demandar, prover sem reivindicar, estar presente sem ocupar espaço.

No “Mulher-Éter”, essa lógica assume a forma de uma naturalização quase mística: a mulher como essência difusa de cuidado incondicional, um recurso inesgotável. Essa construção não é neutra: ao declarar “natural” o cuidado, retira-se dele a marca de trabalho, tornando dispensável o reconhecimento, a remuneração e a redistribuição. Tal crítica é central tanto em hooks (2019), ao propor que o feminismo reordene nossa compreensão do trabalho e do lar—desdramatizando a casa enquanto espaço de amor “puro” e reconhecendo-a como local de trabalho para a mulher—, quanto em Federici (1984/2017), ao historicizar a separação entre produção e reprodução como tecnologia política do capitalismo. Em outras palavras, o que aparece na superfície como “virtude” ou “instinto” feminino é, na profundidade histórica, estrutura de exploração.

O “Oásis e Deserto” torna visível o contrassenso: a casa é o oásis de descanso para quem é servido e, simultaneamente, o deserto de descanso para quem o faz existir. A jornada produtiva termina e começa a reprodutiva; as demandas emocionais (escuta, acolhimento, regulação do clima doméstico) e materiais (limpeza, alimentação, organização) se acumulam como se pertencessem ao “reino do amor”, e não do trabalho. hooks (2019) denuncia esse enredo: a idealização do lar, como antídoto às opressões “de fora”, encobre a violência cotidiana da segunda jornada e naturaliza a expectativa de que a mulher seja, ao mesmo tempo, a almofada afetiva e a infraestrutura invisível da casa. Não por acaso, quando esse “oásis” falha, a mulher é responsabilizada—o fracasso do ambiente é lido como uma falha moral sua.

A “Engrenagem Visível e a Engrenagem Fantasma” sintetizam a assimetria estrutural: de um lado, o trabalho visível, salarial, inscrito na gramática do mérito e do valor; de outro, o trabalho invisível que torna o primeiro possível—a reprodução

diária e intergeracional da força de trabalho. Federici (1984/2017) demonstra que essa invisibilidade não é acidente: ela foi produzida na “transição” ao capitalismo mediante o rebaixamento e o confinamento do trabalho reprodutivo às mulheres, a domesticação de seu “ser e fazer” e a construção do “patriarcado do salário”, pelo qual o salário masculino passou a comandar o trabalho não assalariado feminino. O lar, inteiramente privatizado, passa a fornecer gratuitamente o que a acumulação exige; a “engrenagem fantasma” é a chave econômica e simbólica desse arranjo (Federici, 1984/2017).

Se olhados em conjunto, os três campos operam como camadas de um mesmo padrão: a “Mulher-Éter” alimenta o imaginário de que o cuidar seria próprio da natureza feminina; o “Oásis e Deserto” fornece a cena do descanso para uns e de exaustão para outras; e a “Engrenagem Visível e Engrenagem Fantasma” nomeia a reprodução não paga do mundo social. Vemos, aqui, que o íntimo e o social não se justapõem, mas são o mesmo tecido. Como insiste hooks (2019), transformar as relações na casa—e não apenas “a consciência” individual—é condição para dissolver a lógica que faz do cuidado um destino biológico. Ao deslocar o cuidado do mito da essência para a esfera do contrato social e da justiça distributiva, abre-se a possibilidade de um cotidiano menos predatório.

Esse quadro encontra ressonância direta na análise de Bartky (1990/2011). A partir de sua obra, torna-se possível compreender como a subjetividade feminina é alvo de disciplinamento histórico. A autora afirma que os dispositivos simbólicos e as instituições sociais impõem às mulheres padrões de comportamento, aparência e serviço afetivo que culminam na formação de uma subjetividade voltada para o outro³² em um contexto de dominação hierárquica, totalmente avesso a qualquer forma de reciprocidade.

É o que vemos, com nitidez, no campo de sentido afetivo-emocional “Mulher-Éter”, no qual as mulheres surgem como presenças desapropriadas de si, convocadas a estarem sempre disponíveis, suaves, amorosas e invisíveis. Tal

³² Lembramos aqui que, convergindo com o pensamento winnicottiano, acreditamos que processos de subjetivação, que reservam posição de importância ao outro, corresponderão a situações muito diversas em função dos contextos nos quais se insiram. Em ambiente antropológico solidário, democrático e inclusivo, o voltar-se para o outro expressará a aquisição da capacidade de se preocupar e de cuidar sem invadir, que corresponde a um estágio amadurecido do desenvolvimento emocional e, conseqüentemente, ético (Aiello-Vaisberg, 2005). Em ambiente antropológico autoritário, hierárquico e opressor, o voltar-se para o outro ocorrerá em detrimento da própria liberdade e criatividade, como movimento submisso, que resulta de invasão violenta de si a partir do exercício arbitrário de poder. Portanto, a questão não é a subjetivação feminina incluir o reconhecimento do valor do outro, mas o fato de se restringir às mulheres, operando no sentido de sua subalternização.

campo ecoa os efeitos da divisão sexual do trabalho, na qual o trabalho de cuidado é naturalizado e atribuído exclusivamente à mulher, mesmo quando ela também ocupa o espaço público através do trabalho profissional.

A análise feminista materialista torna evidente que a formação da subjetividade da mulher-mãe não pode ser compreendida sem a crítica à família nuclear, à heterossexualidade compulsória e à ideologia do amor romântico. A mulher é despersonalizada (Aiello-Vaisberg, 2017), sendo tomada em termos da função que deve executar e exigida como presença constante, abnegada e em estado de permanente auto renúncia. O campo “Engrenagem Visível e Engrenagem Fantasma” retrata com precisão essa clivagem entre o trabalho visível (profissional) e o trabalho fantasma (reprodutivo e afetivo), ambos exaustivos, mas desigualmente reconhecidos.

Vemos, assim, que nossos resultados interpretativos coincidem com muito do que as autoras selecionadas têm afirmado, do que se conclui estarmos diante de uma situação verdadeiramente problemática, que clama por solução. Na intersecção entre gênero e classe aqui estudada, encontramos um sem-número de pessoas que podem ser consideradas vítimas de sofrimentos sociais. Curiosamente, os autores costumam referir tais sofrimentos como desamparo, humilhação e injustiça. Não temos dúvidas em afirmar que aquilo que o patriarcado capitalista, a divisão sexual do trabalho e a família nuclear produzem gera situações de injustiça. Mas notamos que gera também culpa, um sentimento que está sempre muito fortemente associado a aspectos da maternidade que devem ser vistos como sofrimentos sociais (Visintin & Aiello-Vaisberg, 2017; Fonseca-Inacarato, Gallo-Belluzzo, & Aiello-Vaisberg, 2023).

Nesse ponto, passaremos a considerar o segundo eixo, dando início à nossa **interlocução com o pensamento winnicottiano**. Partiremos da consideração de que os três primeiros campos, “Mulher-Éter”, “Oásis e Deserto” e “Engrenagem Visível e Engrenagem Fantasma”, reiteram, em conjunto, que a “mulher-mãe trabalhadora casada” dedica-se plenamente à satisfação das necessidades dos demais, mas tem suas próprias demandas minimamente atendidas e eventualmente ignoradas. Podemos expressar essa situação considerando que a mulher-mãe fornece uma sustentação plena para a reprodução da vida de todos, que coincide com uma visão ampliada de *holding*, tal como aquela desenvolvida por Clarissa Medeiros (2009) em sua tese de doutorado.

Mantendo-nos bastante próximas ao que encontramos no texto winnicottiano, podemos afirmar a importância do *holding* tanto na experiência da criança no estágio de dependência absoluta quanto na clínica, seja essa a do acompanhamento de experiências de regressão, seja a da cura psicanalítica da psicose ou a do tratamento de variadas formas contemporâneas de sofrimento emocional, que têm sido abordadas em enquadres diferenciados, tais como aqueles que se realizam segundo o estilo clínico “Ser e Fazer”(Aiello-Vaisberg, 2003; 2017). Entretanto, se nos afastarmos um pouco mais das elaborações winnicottianas, mas seguirmos inspiradas por seus textos e sua visão do ser humano, podemos admitir que todo tipo de cuidado pode ser pensado como gesto fundamentalmente sustentador ou *holding*. Nessa perspectiva, faria sentido pensar que diferentes formas de sustentação, providas por um ambiente antropológico suficientemente bom, devem ocorrer ao longo da vida para que potencialidades possam vir a se realizar como capacidades. Como se vê, estamos tomando a relação mãe-bebê como modelo, e não como exceção.

Declarando-se interessado na psicopatologia da psicose, Winnicott (1945/2000) dedicou-se ao estudo das primeiras fases do desenvolvimento do recém-nascido, do bebê e da criança, tendo aí se dado conta da importância do *holding* para a realização das potencialidades humanas. Compreendemos facilmente seu debruçar-se sobre a primeira infância quando lembramos que Freud (1916-1917/2014) apontava que as várias modalidades de transtornos psíquicos correspondiam a movimentos regressivos, raciocínio que levava à conclusão de que as psicoses corresponderiam à chamada fase oral.

Para Winnicott (1958/2001), o desenvolvimento do bebê depende da qualidade do ambiente inicial: *holding* (sustentação), *handling* (manejo) e *object-presentation* (apresentação de objetos) se articulam numa sequência que vai desde a dependência absoluta, dependência relativa e rumo à independência, na qual o cuidado suficientemente bom possibilita a integração, a personalização e o estabelecimento de relações com a realidade. Mais tarde, outras capacidades se desenvolverão: a de ficar sozinho, a de acreditar e outras, até despontar a capacidade de se preocupar com o outro (*concern*), marca de uma subjetividade capaz de considerar a alteridade sem sacrificar sua própria autenticidade, da qual derivará a capacidade de cuidar—que ficou pouco desenvolvida na teoria e até certo

ponto substituída pela noção um tanto biologizante de preocupação materna primária (Winnicott, 1955/2000).

Os conceitos de *holding*, *handling* e *object-presentation* não correspondem, como pode parecer, a elementos claramente distintos, mas a facetas de um único processo, dotado de alta complexidade. Por esse motivo, muitas vezes usamos o termo *holding* de modo abrangente para conotar um cuidado cujo principal efeito, sempre contrário a todo tipo de invasão, é a liberação da criatividade e da espontaneidade. Contudo, o ponto mais importante, que aqui devemos destacar, é que, ainda que tenha forjado o conceito de *holding* para descrever fenômenos que teriam lugar na experiência do bebê, não temos dúvida de que Winnicott (1945/2000) tenha descoberto um fenômeno que caracteriza a natureza humana e que vai muito além da imagem do bebê-no-colo-da-mãe. Na realidade, pensamos o *holding* do bebê como um modelo do modo coexistencial que caracteriza o humano, sendo cronologicamente o primeiro na vida individual, mas que representa o que sempre acontece na vida inter-humana, já que todos necessitam de cuidado, que se expressa como gesto fundamentalmente sustentador. Assim, torna-se compreensível o fato de ser possível tanto obter alívio de sofrimento como favorecer amadurecimento emocional a partir de provimento de *holding* adaptado ao grau de amadurecimento emocional (Aiello-Vaisberg, 2003). Similarmente, passamos a compreender variadas situações quando reconhecemos que adultos, idosos, adolescentes e crianças maiores, nos mais variados estágios de amadurecimento, apresentam necessidade de receberem sustentação emocional, que atua liberando potenciais criativos. Conforme Medeiros e Aiello-Vaisberg (2014):

Uma breve aproximação da maneira como Winnicott apresenta o conceito que procuramos aprofundar, poderia nos levar a concluir ingenuamente que o *holding* está relacionado ao vínculo mãe-bebê, restringindo-se, portanto, ao trabalho com crianças ou pacientes clinicamente regredidos. [...] Uma interlocução criativa com a obra de Winnicott, reunida a experiências clínicas diferentes daquelas vividas por ele, permite admitir que o *holding* fundamenta um ser e fazer essencial na clínica contemporânea, não ficando restrito ao cuidado com crianças, psicóticos ou pessoas em situação de regressão à dependência. Nesse sentido, julgamos ser importante assumir algumas diferenças em relação ao pensamento winnicottiano, respeitando o extremo valor de suas contribuições, mas também o espírito universitário, enquadre sob o qual realizamos nossas pesquisas. *Ancorados num olhar psicopatológico relacional, podemos afirmar que toda e qualquer pessoa necessita sentir-se sustentada ao longo de toda a sua vida, variando a forma e a intensidade desta sustentação, uma vez que a condição humana apresenta uma instabilidade jamais completamente resolvida pela maternagem suficientemente boa inicial* [itálicos nossos]. (Medeiro & Aiello-Vaisberg, 2014, p. 52)

A nosso ver, o *holding* é necessário para a própria continuidade da vida. Até mesmo a passagem do dia, em sua alternância maior entre atividade e repouso, indica que dois diferentes tipos de sustentação se fazem necessários: aquele que apoia as ações e aquele que apoia o relaxamento. Afinal, os estados calmos e excitados, que vivemos desde o início da vida, fundem-se sempre em algum tipo de sustentação, que bem pode ser representada não apenas pelo “bebê-no-colo-da-mãe”, mas também por aquela que sustenta a iniciativa infantil dos primeiros passos. Valeria a pena ignorar que sem *holding* eles não seriam dados?

Se vivemos os períodos diários de ação e relaxamento porque contamos com sustentação antropológica suficientemente boa, cabe também lembrar que, durante o ciclo vital, surgem períodos de passagem ou mudanças que requerem formas diferenciadas de *holding*. Seguindo uma linha de pensamento bastante próxima, Bleger (1966/1984) aponta momentos durante os quais a atenção diferenciada—que, de nossa parte, entendemos como sustentação diferenciada—pode não apenas evitar sofrimento, mas promover crescimento emocional. O início da vida profissional, o início da vida conjugal, um novo emprego ou a perda de emprego, a perda de um ente querido ou a decisão de migrar para outro país, são alguns dos exemplos que podem ser mencionados de situações que demandam *holding*. Entretanto, isso não significa que este se fará sob a forma da constante permanência de uma figura cuidadora ao lado de cada indivíduo—imagem que talvez apenas a figura religiosa do anjo da guarda poderia assumir. Na verdade, todo *holding* é obtido no ambiente humano, mas não precisa necessariamente, em toda e qualquer situação, configurar-se como cuidado direto.

Evidentemente, não temos nenhum motivo para imaginar que o nascimento de uma criança não signifique, no ciclo de vida da mulher contemporânea, uma experiência que requeira uma forma singular e específica de sustentação afetivo-emocional (*holding*), como bem mostram inúmeras pesquisas, tais como as de Visintin e Aiello-Vaisberg (2017), de Schulte, Gallo-Belluzzo e Aiello-Vaisberg (2019) e de Barroso (2025), que demonstraram como jovens mães buscam apoio e sustentação por meio do uso da internet. Os resultados interpretativos da presente pesquisa convergem com o que apontam os trabalhos mencionados.

Assim é que os “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional”, aqui “criados/encontrados”, podem ser considerados como evidência de que a “mulher-mãe trabalhadora casada” necessita receber uma sustentação familiar e

social. Vimos que Miriam não se dava conta conscientemente de sua própria necessidade de sustentação até usufruir de um momento no qual algum relaxamento é possível, quando assiste a algo, na televisão, que aponta para o fato de que sua vida poderia ser diferente. Lembramos que, em nossa narrativa transferencial representativa, ficamos impactadas com a situação vivida pela personagem muito antes de essa se dar conta de que seu modo de viver não era inquestionável. A nosso ver, isso ocorre porque Miriam estaria dissociada a ponto de não perceber suas próprias necessidades emocionais, o que não significa que estas tivessem deixado de existir.

A “Mulher-Éter” espelha a exigência de *holding* contínuo feita pelos demais a Miriam—uma sustentação que “não pode cair”—, já que a mulher-mãe é convocada a existir como atmosfera estável, mesmo quando não encontra, ela própria, quem a sustente. O “Oásis e Deserto” evidencia o preço dessa demanda, uma vez que, quando a sustentação exigida não é sustentada, o ambiente se cronifica como lugar de intrusão e sobrecarga para quem cuida, e de dependência passiva para quem é cuidado, mesmo que este seja o marido adulto. A “Engrenagem Fantasma” explicita o mecanismo sociopolítico dessa distorção: o cuidado se torna dever moral privado da pessoa da mulher-mãe, e não tarefa do conjunto coletivo, como ocorre em outras sociedades (Gottlieb, 2009).

Cabe, contudo, explicitar aqui um ponto cego da visão winnicottiana que as feministas materialistas ajudam a iluminar: mesmo tendo percebido a importância da sustentação do bebê, Winnicott (1945/2000) não se dá conta da humanidade plena da mãe, deixando de considerá-la como pessoa que também necessita ser sustentada. É bem verdade que muitas vezes o autor afirma que caberia ao pai proporcionar tranquilidade à mãe, principalmente nos primeiros tempos, cuidando pessoalmente de questões financeiras e domésticas ou até mesmo facilitando seu afastamento do mundo familiar e social para que ela possa se dedicar à tarefa de “ser o ambiente do bebê” (Winnicott, 1964/1982). Entretanto, se lembrarmos aqui dos “campos ambientais” do patriarcado capitalista, da divisão sexual do trabalho e da família nuclear, no âmbito dos quais se dá a maternidade institucional que o psicanalista equivocadamente aceita como inquestionáveis, não teremos dificuldade em concluir que o mero convocar do pai para tais tarefas seria bastante insuficiente. Afinal, é possível tanto que ele esteja vivendo uma situação de sobrecarga, fenômeno que se agudizou desde que adentramos a fase do capitalismo

financeirizado (Fraser, 2017), como que esta seja uma decisão que dependa pura e simplesmente do arbítrio pessoal do marido.

A nosso ver, faria muito mais sentido, no que tange às necessidades de sustentação da mulher-mãe, que ocorressem mudanças na direção da instauração de formas coletivas de parentalidade, o que, evidentemente, demandaria também mudanças nos “campos ambientais”. Afinal, se a sociedade e o Estado não se organizarem de forma a prover um ambiente antropológico sustentador, o sofrimento social de todos, e, conseqüentemente, dos grupos mais frágeis, seguirá penalizando a população.

A parentalidade coletiva é uma meta central da prática feminista... [ela] exige responsabilidade igualitária e a transformação das instituições para que o trabalho doméstico e de cuidado seja reconhecido e repartido socialmente—inclusive por meio de políticas públicas (creches, licença, serviços de apoio), de modo que nenhuma mulher precise se sacrificar para cuidar. (hooks, 2019, p. 10)

Caberia prosseguir, nessa interlocução com o pensamento winnicottiano, interrogando-o acerca do que aconteceria com a pessoa que, assim como a “mulher-mãe trabalhadora casada”, não recebe a sustentação necessária, mas se mantém em contínuo desgaste físico e psíquico como provedora dos demais. A resposta pode ser obtida por meio do estudo do falso *self*, concebido como fruto defensivo da exigência ambiental de adaptações excessivas, que impossibilita a expressão espontânea. O falso *self* não é mentiroso, mas funcional, muitas vezes necessário para a sobrevivência psíquica.

Claro que, quando propõe o falso *self*, partindo da experiência clínica com adultos e da teorização sobre a vida do bebê, Winnicott (1960/1983) não está pensando na maternidade patriarcal. Contudo, à luz de nossa experiência clínica, não temos dúvida de que a situação concreta da mulher-mãe contemporânea pode ser pensada a partir dessa ótica, já que ela vive continuamente, como mostra o vídeo aqui estudado, situações que lhe fazem exigências excessivas e invasivas. Sendo assim, parece-nos acertado considerar que a maternidade privatizada contemporânea seja uma condição macrossocial capaz de promover a recorrência da mulher-mãe a um falso *self* com o qual ela possa tentar se proteger.

Se complementarmos a teoria winnicottiana do falso *self* com visões feministas, perceberemos que, mesmo quando pensado como fenômeno que se expressa na vida individual, o falso *self* é um acontecer socialmente produzido pelas

expectativas de gênero, pela estética da abnegação e pelo moralismo da boa mãe e da boa esposa (Bartky, 1990/2011). Configura-se, no entender da autora, uma situação de “sofrimento moral”, que abarcaria sentimentos de culpa, de vergonha e a sensação de estar sempre em débito, mesmo quando se faz tudo. O campo “Oásis e Deserto” é particularmente ilustrativo aqui. Para os outros, o lar é lugar de repouso; para a mulher, é local de vigília, de serviço, de ruído interno. A casa, que deveria funcionar como ambiente suficientemente bom para a expressão de *self* de todos, mantém-se, infelizmente, como epicentro do apagamento da espontaneidade feminina.

Os significados que emergem dessa interlocução com a perspectiva winnicottiana são claros: o verdadeiro *self* só pode emergir em condições de reconhecimento,³³ sustentação e relações confiáveis. No entanto, a casa patriarcal é um ambiente falho, que exige da mulher, além da concretude do trabalho reprodutivo, algo que o ambiente antropológico lhe deveria oferecer: cuidado, escuta, acolhimento. Assim, o feminismo de Bartky (1990/2011) complementa a teoria winnicottiana do falso *self*, mostrando que, na mulher-mãe, esse fenômeno se dá como produto de uma estrutura histórica que nega o cuidado àquelas que cuidam.

Nossas interlocuções, portanto, não negam a criatividade teórico-clínica de Winnicott (1955/2000; 1960/1983; 1971/1975), nem contrapõem seu pensamento—aquí recortado em termos da teoria do *holding* e da teoria do falso *self*—às contribuições feministas. Entretanto, munidas de um olhar crítico e informado por desenvolvimentos da sociologia, da antropologia e da história da mulher, propomo-nos a “usar”³⁴ as elaborações desse autor para avançar na compreensão de problemas fundamentais que afetam a vida de todos.

Adentramos, a seguir, no terceiro eixo de nossas interlocuções, reservado à **interlocução sobre o “Sonho (Im)possível?”**, propondo que este pode ser lido como um avanço no amadurecimento coletivo dos integrantes do grupo familiar: a permanência do vínculo não exige a permanência da assimetria. A nosso ver, um lar

³³ Lembramos aqui a tese de João Paulo Zerbinati (2024), orientada por Reinado Furlan, que nos permite pensar a questão do reconhecimento como dimensão que exerce diferente impacto no processo de amadurecimento conforme o momento focalizado. De nossa parte, pensamos que grande parte do que o autor refere como reconhecimento pode ser pensada em termos da visão ampliada de *holding* que assumimos aqui.

³⁴ Usar, no sentido winnicottiano do termo, conota tanto a conquista da percepção, do reconhecimento e do respeito pela alteridade, como a espontaneidade de tomar o que nos oferece como base para nossas próprias criações.

“suficientemente bom”, em termos inspirados na perspectiva winnicottiana, não é aquele em que uma pessoa oferece *holding* ilimitado, mas aquele em que a sustentação circula, permitindo que cada membro se sinta real e responsável—inclusive quem historicamente recebeu mais do que ofereceu. A capacidade de preocupação deixa de ser monopólio da mãe e se distribui; o *object-presenting* do mundo não recai sobre uma única pessoa, o *handling* torna-se prática compartilhada (Winnicott, 1958/2001).

Contra o pano de fundo dos demais campos, que atualizam a lógica da renúncia e da sobrecarga, o “Sonho (im)possível?” irrompe como expressão do desejo de reconfiguração do familiar sem sua abolição. O que nele se imagina não é o fim dos vínculos, mas o fim de sua hierarquia tácita: vínculos preservados, funções redistribuídas, afeto mantido, cuidado compartilhado, intimidade sem servidão. Esse sonho é denominado “impossível” porque entra em choque com as forças que estabilizam a divisão sexual do trabalho—crenças internalizadas, hábitos cristalizados, gratificações narcísicas e arranjos econômicos que sustentam a comodidade de uns à custa do cansaço de outras. Contudo, sonhar não significa necessariamente fantasiar o impossível, mas projetar, arquitetar e conjecturar o amanhã (Freire, 2004), o que, no contexto da divisão sexual do trabalho, aponta para mudanças concretas: reorganização do tempo doméstico, corresponsabilidade de tarefas, reconhecimento formal e simbólico do trabalho de cuidado e a inserção de homens³⁵ e instituições na economia do cuidar.

Em termos sócio-políticos, trata-se de um exercício de imaginação antinaturalizante. Concordamos com hooks (2019) quando diz que a crítica feminista precisa não apenas denunciar as formas de vida que oprimem, mas também indicar novos modos de existência. Em termos histórico-econômicos, esse campo afetivo-emocional ecoa o argumento de Federici (1984/2017): se a acumulação capitalista se apoiou na expropriação do trabalho reprodutivo das mulheres, então a reapropriação social desse trabalho—torná-lo visível, partilhado, sustentado por políticas públicas e práticas coletivas—é condição de justiça e de democracia no cotidiano. O “Sonho (im)possível?” desloca o “oásis” doméstico: de benefício privado, produzido pela exaustão de uma só pessoa, para bem comum, sustentado coletivamente.

³⁵ Ou, talvez, de ambos os sexos, como encontramos em situações de parentalidade comunitária, nas quais homens e mulheres se envolvem diretamente com o cuidado de crianças (Gottlieb, 2009).

Esse campo também introduz outro registro de significados: o imaginário de ruptura. O sonho de uma família harmônica, de um cotidiano partilhado e de uma reciprocidade afetiva não opressiva é um ensaio de outro modo de vida. Seu significado é o da resistência simbólica: a persistência de um desejo de justiça mesmo em condições adversas. Ao propor novas formas de convívio, o sonho aponta para fissuras abertas no ideia patriarcal-capitalista e afirma a possibilidade de transformação.

A contribuição de Lessa (2015), ao interpretar Lukács (1978/2013), permite compreender esse campo como expressão de uma teleologia. A consciência humana projeta finalidades antes de realizá-las materialmente; ao sonhar, a mulher projeta um mundo possível, ainda que improvável. O “Sonho (im)possível?” não é, portanto, evasão ingênua, mas uma fantasia emancipada: um exercício de imaginação crítica que se diferencia das fantasias alienadas que sustentam campos como a “Mulher-Éter” e a “Engrenagem Fantasma”. Carregando a potência de se converter em práxis, esse sonho funciona como movimento de resistência e de criação.

Os significados que emergem desse campo são, portanto, ambivalentes: ele representa simultaneamente a distância entre desejo e realidade e a possibilidade de transformação desta. O sonho evidencia que, apesar da alienação estrutural, há frestas e fissuras por onde a imaginação crítica se infiltra. Não se trata de ingenuidade, mas de resistência: um ato de manter vivo o horizonte de transformação, de deslocar o impossível para o campo do possível e de anunciar, no plano simbólico, que outras formas de vida são pensáveis e realizáveis.

Por fim, cabe destacar a centralidade da imaginação humana nesse processo. Tanto o materialismo dialético quanto a psicanálise reconhecem que a capacidade de imaginar é força motriz da transformação: no primeiro caso, como antecipação teleológica de finalidades que podem se tornar práxis (Lessa, 2015); no segundo, como elaboração criativa que sustenta a constituição subjetiva. Ao enfatizar a importância da imaginação no espaço potencial, Winnicott (1971/1975) mostrou que é por meio da inventividade que sujeitos se tornam capazes de criar novas formas de viver. Assim, o “Sonho (im)possível?” evidencia que imaginar já é ensaiar mudança: uma prática simbólica que mantém aberta a possibilidade histórica de reorganizar a vida social e afetiva para além da lógica patriarcal-capitalista.

Reflexões Finais

Ao encerrar este trabalho, retomamos a perspectiva da psicologia psicanalítica concreta para dar inteligibilidade ao modo como os contextos macrossociais do patriarcado capitalista, que se expressam por meio da divisão sexual do trabalho, da família nuclear e da dupla jornada feminina, produzem sofrimento subjetivo e perpetuam desigualdades estruturais. Nossos resultados interpretativos, quatro “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional”—“Mulher-Éter”, “Oásis e Deserto”, “Engrenagem Visível e Engrenagem Fantasma” e “Sonho (im)possível?”—não representam blocos estanques; são camadas simultâneas de um mesmo imaginário coletivo.

A “Mulher-Éter” fornece uma crença imaginativa (“a mulher não tem necessidades”); o “Oásis e Deserto” encena a vida cotidiana (descanso para uns, exaustão para outras); a “Engrenagem Visível e Engrenagem Fantasma” explicita o mecanismo de reprodução não remunerada do social e a invisibilidade do acúmulo de trabalho doméstico e profissional; e o “Sonho (im)possível?” abre o horizonte transformador. Assim compreendidos, esses “campos intersubjetivos de sentidos afetivos-emocionais” dão forma a um sofrimento socialmente determinado, que não deriva, como propagam imaginários coletivos, de falhas individuais.

Tal composição torna evidentes tanto o impacto do patriarcado capitalista nas configurações afetivas e cotidianas das mulheres quanto os efeitos na estruturação da vida doméstica e do trabalho reprodutivo. A clivagem entre o visível e o invisível, o valorizado e o desprezado, não é “natural”: é produzida e reproduzida por crenças, normas e fantasias que tornam rígidos lugares e funções que deveriam ser maleáveis, já que correspondem a produções histórico-culturais.

Em diálogo com bell hooks e Silvia Federici, mostramos que a idealização do lar como refúgio amoroso encobre a violência cotidiana da segunda jornada (hooks, 2019), e que a separação histórica entre produção e reprodução—com a privatização do cuidado no interior da família e sua feminilização—foi uma forma politicamente central da formação capitalista (Federici, 1984/2017). Consequentemente, compreender a dupla jornada como sintoma de uma formação social, e não como fruto de escolhas pessoais, é um passo decisivo para enxergar o sofrimento e torná-lo objeto de crítica e intervenção.

Resultado fundamental da pesquisa, o campo “O Sonho (im)possível?” deixa claro que os objetivos para os quais se destina o vídeo de animação aqui estudado são plenamente atingidos, na medida em que favorece o questionamento acerca da vida da “mulher-mãe trabalhadora casada”. O que, conforme Bleger (1963/2012), permanecia como verdade inquestionada, passa a poder ser pensado—inclusive pela própria personagem. Lido à luz das contribuições de Lessa (2015), é esse campo que introduz o registro teleológico da imaginação crítica: ao sonhar, as mulheres projetam finalidades antes de sua realização material, transformando o impossível em horizonte de práxis. Assim, a imaginação se configura como resistência simbólica e potência de ruptura. O sonho não é fuga, mas força de reconfiguração: a possibilidade de reconstruir o cotidiano em bases de justiça, reciprocidade e cuidado partilhado.

Nessa chave, a persistência de crenças como “mulher-mãe naturalmente cuidadora e sem necessidades”, “lar como descanso masculino” e “mulher-mãe como pilar afetivo inquestionável”, que mantêm as mulheres-mães em desvantagem tanto no trabalho quanto na subjetividade, torna compreensíveis inúmeras situações em que a maternidade se vincula ao sofrimento social. Quando tais crenças se tornam “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional”—moldando modos de sentir, desejar e imaginar—, operam com mais força, dificultando a crítica e a mudança. Entretanto, ao articular dimensões subjetivas e sociais, a psicologia psicanalítica concreta oferece uma via potente para situar o sofrimento em sua historicidade e inscrevê-lo no coletivo. O sofrimento de ser mulher-mãe em uma sociedade patriarcal capitalista não é privado; é coletivo, sistemático e político.

Se, como propõe Bleger (1963/2007), tudo o que existe no mundo humano é produto de atos humanos, então o que hoje aparece como natural ou imutável pode—e deve, em inúmeras casos—ser transformado. Os campos aqui produzidos não são apenas diagnósticos; são sinais de resistência e pontos de entrada para intervenção: nomear o sofrimento, politizar o cuidado, romper o silêncio e redistribuir o que foi privatizado na experiência vivida de uma só pessoa. Concordando com as interlocuções, afirmamos: sendo construção social, a família pode ser construída diversamente. Isso abre a possibilidade de reconhecer como legítimas outras formas de convivência e arranjos de cuidado—famílias homoafetivas, arranjos matrifocais, comunas familiares, configurações de povos originários, redes extensas de parentesco e vizinhança, entre outras. O critério deixa de ser a aderência a um

modelo único e passa a ser a circulação do cuidado, a reciprocidade e a justiça distributiva no interior das relações—condições que podem, inclusive, sustentar melhor o amadurecimento subjetivo de seus membros.

Encerramos reconhecendo que a luta por justiça de gênero não se dá apenas nas ruas e nos discursos, mas também nas cozinhas, quartos, consultórios e salas de aula—nos pequenos gestos de redistribuição do cuidado. É na reconfiguração dos afetos e das estruturas simbólicas, ancorada em mudanças materiais, que formas de convivência mais justas, igualitárias e humanas podem emergir. Mantemos aberta a pergunta evocada pelo campo “Sonho (im)possível?”: é possível um cotidiano em que as mulheres-mães não precisam escolher entre amor e autonomia, cuidado e realização, maternidade e descanso? A força desse sonho não reside na evasão, mas na orientação do porvir. Sonhar com justiça é um modo de habitar o presente com o olhar no futuro—para que, sustentado coletivamente, esse sonho deixe de ser impossível.

Referências Bibliográficas

Abreu, M. (2018). Feminismo Materialista na França: Socio-História de uma Reflexão. *Revista de Estudos Feministas*, 26(3), 1-17.

Aiello-Fernandes, R. (2013). *“Da entrada de serviço ao elevador social”: racismo e sofrimento*. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Campinas, SP. 146p.

Aiello-Fernandes, R. (2018). *Racismo e psicanálise em produções acadêmicas*. (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Campinas, SP. 181p.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. (1999). *Encontro com a loucura: transicionalidade e ensino de psicopatologia*. (Tese de Livre-docência, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo). São Paulo, SP. 343p.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2003). Ser e fazer: interpretação e intervenção na clínica winnicottiana. *Psicologia USP*, 14(1), 95-128. doi: 10.1590/S0103-65642003000100007.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2005). Os monstros, o método e o estabelecimento da capacidade ética. In T. M. J. Aiello-Vaisberg, & F. F. e Ambrosio (Orgs.). *Caderno Ser e Fazer: Reflexões Éticas na Clínica Contemporânea* (pp. 9-26). São Paulo, SP: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP).

Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009). Subjetividade e alteridade: considerações sobre os fundamentos de uma clínica grupal na perspectiva winnicottiana. *Revista da SPAGESP – Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, 10(1), 29-40.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2017). Estilo clínico ser e fazer: Resposta crítico-propositiva à despersonalização e sofrimento social. *Boletim da Academia Paulista de Psicologia*, 37(92), 41-62.

Aiello-Vaisberg, T. M. J., & Machado, M. C. L. (2005). Transicionalidade e ensino de psicopatologia: Pensando aulas práticas com Winnicott. *Passages de Paris*, 1, 175-186.

Aiello-Vaisberg, T. M. J., & Machado, M. C. L. (2008). Pesquisa Psicanalítica de Imaginários Coletivos à luz da Teoria dos Campos. In J. Monzani, L. R. Monzani (Orgs.). *Olhar: Fabio Hermann – Uma Viagem Psicanalítica* (Vol. 1, pp. 311-323). São Paulo: Ed. Pedro e João Editores/CECH – UFSCar.

Aiello-Vaisberg, T. M. J., & Trinca, W. (1999). Sonhos de nascimento e preocupação materna primária. *Psyche: Revista de Psicanálise*, 3(4), 131-143.

Amatuzzi, M. M. (2007). Experiência: um termo chave para a Psicologia. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 13, 8-15. doi: 10.35699/1676-1669.2007.6699.

Assis, N. D. P. de A. (2014). *Problemáticos ou invisíveis: imaginário coletivo de idosos sobre adolescentes* (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Campinas, SP.

Assis, N. D. P. de A. (2019). *“Vadias ou certinhas”: Estudo psicanalítico sobre o sofrimento de meninas adolescentes* (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Campinas, SP.

Assis, N. D. P. de A., Aiello-Fernandes, R., & Aiello-Vaisberg, T. (2016). “Problemáticos ou invisíveis”: o imaginário coletivo de idosos sobre adolescentes. *Memorandum*, 31, 259-275. Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6439>.

Assis, N. D. P., Schulte, A. D. A., Gallo-Belluzzo, S. R., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2022). Sofrimento de meninas adolescentes na série 13 Reasons Why: Um estudo psicanalítico. *Psicol. teor. prat.*, 24(2). doi: 10.5935/1980-6906/eptpcp14104.

Badinter, E. (2011). *O conflito: A mulher e a mãe*. Rio de Janeiro, RJ: Record.

Barreto, M. A., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2007). Escolha profissional e dramática do viver adolescente. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 107-114. doi: 10.1590/S0102-71822007000100015.

Barroso, D. A. B. (2025). *A experiência emocional de mães de primeira viagem no contexto do movimento #maternidadereal na internet* (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Campinas, SP.

Bartky, S. L. (2002). *Sympathy and solidarity*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.

Bartky, S. L. (2011). *Femininity and Domination: Studies in the Phenomenology of Oppression*. London: Routledge. (Original Publicado em 1990).

Batoni, B. R. (2020). *Trabalho Profissional e Trabalho Reprodutivo no Imaginário Coletivo de Universitárias* (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Campinas, SP.

Benjamin, W. (1992). *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa, Portugal: Relógio D'Água. (Original publicado em 1936).

Bleger, J. (1984). *Psicohigiene y psicología institucional* (ed. rev.). Buenos Aires, Argentina: Paidós. (Original publicado em 1966).

Bleger, J. (1988). *Psicoanálisis y materialismo dialético*. Buenos Aires, Argentina: Nueva Visión. (Original publicado em 1958).

Bleger, J. (2007). *Psicologia de la Conducta*. Buenos Aires, Argentina: Paidós. Última versão. (Original publicado em 1963).

Bleger, J. (2012). *Psicologia da conduta*. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1963).

Bossa, D. F., & Guerra, A. M. C. (2023). Adolescência e ato infracional: por que os adolescentes se submetem à criminalidade?. *Psicologia USP*, 34. doi: 10.1590/0103-6564e200188.

Bottomore, T. (Org.). (1988). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

Bruner, J. (2004). The Narrative Creation of Self. In L. E. Angus, & J. McLeod (Eds.), *The handbook of narrative and psychotherapy: Practice, theory, and research* (pp. 3-14). SAGE Publications. doi: 10.4135/9781412973496.d3.

Campos, R. T. O., & Furtado, J. P. (2008). Narrativas: utilização na pesquisa qualitativa em saúde. *Revista de Saúde Pública*, 42(6), 1090-1096. doi: 10.1590/S0034-89102008005000052.

Canal Brasil. (2017, 18 de setembro). *Fernanda Montenegro | Sangue Latino* [Vídeo]. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=Z_d5dbCEGE0.

Chauvigné, C., & Fabre, M. (2010) Questions Socialement Vives: Quelles Approches POSSIBLES em Milieu Scolaire? *Carrefours de l'Éducation*, 52, 15-31.

Chinalia, M. J. S. (2012). *Mulheres na prisão: estudo psicanalítico sobre um documentário brasileiro* (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Campinas, SP.

Chinalia, M. J. S. (2017). *O sofrimento emocional de mulheres presas por furtos de bagatela: estudo psicanalítico* (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Campinas, SP.

Cia, W. C. (2014). *Sonho desfeito: anencefalia e experiência emocional dos pais* (Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo), São Paulo, SP.

Corbett, E. (2014). *“Contos sem fadas”: mães e filhos em situação de violência doméstica* (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Campinas, SP.

Corbett, E., Ambrosio, F. F., Gallo-Belluzzo, S. R., & Aiello- Vaisberg, T. M. J. (2014). Produções imaginativas sobre dificuldades sexuais: um estudo psicanalítico. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 756-765. doi: 10.1590/S0102-71822014000300024.

Costa, M. N. (2018). Transformando o patriarcado? O papel da luta feminista na reconfiguração das categorias marxistas. *Trans/Form/Ação*, 41(3), 125-144. doi: 10.1590/0101-3173.2018.v41n3.07.p125.

Delphy, C. (1970). L'ennemi principal. In *L'exploitation patriarcale*. Paris, França: Féministes Révolutionnaires.

Delphy, C. (2009). Patriarcado (teorias do). In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré, & D. Senotier (Orgs.), *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 173-178). São Paulo, SP: Ed. UNESP.

Dortier, J.-F. (2010). *Dicionário das ciências humanas* (A. S. Chaves, I. Lapyda, L. T. da Rocha, & F. C. da Silva, trads.). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.

Fabre, M. (2024). *Problématisation et savoir scolaire*. Éditions L'Harmattan.

Faverin, E., Corrêa, R. D., Carozza, R., Lima, F. M. F., Marcomini, I., Sobreira, L., & Vidal, A. C. U. N. C. (2022). Hegemonia do patriarcado numa perspectiva etológica e outros sistemas sociais contemporâneos. *Psicologia USP*, 33. doi: 10.1590/0103-6564e220039.

Favoreto, C. A. O., & Camargo Jr., K. R. de. (2011). A narrativa como ferramenta para o desenvolvimento da prática clínica. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 15(37), 473-483. doi: 10.1590/S1414-32832011005000005.

Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva* (Coletivo Sycorax, trad.). São Paulo, SP: Editora Elefante. (Original publicado em 1984).

Ferreira, M. C., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2006). O pai “suficientemente bom”: algumas considerações sobre o cuidado na psicanálise winnicottiana. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 14(2), 136-142. Instituto Metodista de Ensino Superior.

Fonseca-Inacarato, G. M., Gallo-Belluzo, S. R., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2023). “Quem cuida é a mãe”: imaginário de mediadores judiciais sobre cuidado infantil. *Estudos De Psicologia (Campinas)*, 40. Recuperado de <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/estpsi/article/view/10068>.

Fraser, N. (2017). *Fortunas do feminismo: Do capital e suas contradições*. Boitempo.

Frederico, C. (1979). *A vanguarda operária*. São Paulo, SP: Símbolo.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. (Original publicado em 1970).

Freire, P. (1992). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Freire, A. M. (Org). (2004). *Pedagogia da tolerância* (Série Paulo Freire). São Paulo, SP: UNESP.

Freud, S. (1969). A interpretação dos sonhos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 4). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1900).

Freud, S. (1970). *Leonardo da Vinci e uma Lembrança de sua Infância*. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1910).

Freud, S. (1974). *O Moisés de Michelangelo*. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1914).

Freud, S. (1976). Fragmento da Análise de um Caso de Histeria (Dora). In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 7). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1905).

Freud, S. (1976). Delírios e Sonhos na “Gradiva” de Jensen. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 9). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1907).

Freud, S. (1976). Análise de uma Fobia em um Menino de Cinco Anos (O Pequeno Hans) e Notas sobre um Caso de Neurose Obsessiva (O Homem dos Ratos). In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 10). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1909).

Freud, S. (1976). Notas Psicanalíticas sobre um Relato Autobiográfico de um Caso de Paranóia (O Caso Schreber). In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 12). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1911).

Freud, S. (1976). História de uma Neurose Infantil (O Homem dos Lobos). In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 17). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1918).

Freud, S. (1996). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos (J. Salomão, trad.). In *Edição Standard brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 22, pp. 15-226). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1933).

Freud, S. (2011). *O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925)* (P. C. de Souza, trad., Vol. 16). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Original publicado em 1923-1925).

Freud, S. (2014). Conferências introdutórias sobre psicanálise: Parte III. Teoria geral das neuroses. In *Obras completas* (Vol 16). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Original publicado em 1916-1917).

Fulgencio, L. (2018). Winnicott e a rejeição dos conceitos básicos da metapsicologia freudiana. In *A bruxa metapsicologia e seus destinos*. São Paulo: Blucher.

Gallo-Belluzzo, S. R., Fonseca, G. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2024). The Thematic Drawing-and-story Procedure in Qualitative Research: An Integrative Review. *Academia Paulista de Psicologia*, 44(106), 1-12. E-pub, 23 de setembro de 2024. doi: 10.5935/2176-3038.20240012.

Gil, M. M., & Holzman, P. (1976). *Psychoanalysis vs. Metapsychology: Psychoanalytic Essays in Memory of George S. Klein*. New York, NY: International University Press.

Gorender, J. (2016). *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo. (Original Publicado em 1996).

Gottlieb, A. (2009). Para onde foram os bebês?: em busca de uma antropologia de bebês (e de seus cuidadores). *Psicologia Usp*, 20(3), 313-336. Recuperado de www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42002.

Granato, T. M. M., Corbett, E., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Narrativa interativa e Psicanálise. *Psicologia em Estudo*, 16, 149-155.

Granato, T. M. M., Russo, R. C. de T., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009). O uso de narrativas na pesquisa psicanalítica do imaginário de estudantes universitários sobre o cuidado materno. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 17(1), 43-48. Instituto Metodista de Ensino Superior.

Granato, T. M. M., Tachibana, M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Narrativas interativas na investigação do imaginário coletivo de enfermeiras obstétricas sobre o cuidado materno. *Psicologia & Sociedade*, 23, 81-89.

Greenberg, J. R., & Mitchell, S. A. (1983). *Object relations in psychoanalytic theory*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 105-117). Los Angeles, CA: SAGE Publications.

Guimarães, A. P. (1968). *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Herrmann, F. (1979). *O método da psicanálise*. São Paulo, SP: Brasiliense.

Herrmann, F. (2001). *Andaimos do real*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. (Original publicado em 1979).

Herrmann, F. (2004). Pesquisando com o método psicanalítico. In F. Herrmann, & T. Lowenkron (Orgs.), *Pesquisando com o método psicanalítico* (pp. 43-83). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. (Original publicado em 2001).

Hirata, H. (2022). *O cuidado: teoria e práticas* (F. Murad, trad.). São Paulo: Boitempo. (Obra original publicada em 2021).

Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609.

hooks, b. (2019). *Teoria feminista: da margem ao centro* (2ª ed.). São Paulo, SP: Rosa Luxemburg Stiftung/Elefante.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). *Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE.

Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré, D. Senotier (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 67-75). São Paulo, SP: Unesp.

Kopanakis, A. R. (2022). *Chuteiras novas para pés descalços: imaginário coletivo de jovens futebolistas* (Tese de Doutorado, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Campinas, SP.

Lacan, J. (1966). *Ecrits*. Paris, França: Seuil.

Lagache, D. (1986). La Psychanalyse Envisagée comme Analyse de la Conduite. In D. Lagache, *La Folle du Logis*. Paris, França: PUF. (Original publicado em 1948 e revisto pelo autor em 1968).

Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário da Psicanálise* (P. Tamen, trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1967).

Laudan, L. (1983). *Physics, Philosophy and Psychoanalysis*. Boston, MA: D. Reidel Publishing Company.

Lema, V. L. (1993). *Conversaciones con Enrique Pichón Rivière*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Cinco. (Original publicado em 1976).

Lessa, S. (2012). A abolição da família monogâmica. *Crítica Marxista*, 35, 41-58.

Lessa, S. (2015). *Para compreender a ontologia de Lukács* (4ª ed.). São Paulo, SP: Instituto Lukács.

Lieberman, F. (2014). A psicanálise e o social: contribuições para a clínica contemporânea. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 48(3), 95-110.

Lukács, G. (2013). *Ontologia do Ser Social*. São Paulo, SP: Boitempo. (Original publicado em 1978).

Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política* (Vol. I, R. Barbosa, trad.). São Paulo, SP: Boitempo. (Original publicado em 1867).

Medeiros, C. (2009). *Girando o cata-vento: sofrimento e cuidado na psicanálise do ser e fazer* (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo),

São Paulo, SP. doi: 10.11606/T.47.2009.tde-08122009-105508. Recuperado de www.teses.usp.br.

Medeiros, C., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2014). Reflexões sobre holding e sustentação como gestos psicoterapêuticos. *Psicologia Clínica*, 26(2), 49-62.

Ministério do Trabalho e Emprego. (2010). *Classificação Brasileira de Ocupações: CBO 2010 – Códigos, títulos e descrições* (3ª ed.). Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego. Recuperado de <http://www.mtecbo.gov.br>.

Mitchell, S. A. (1998). *Influências relacionais: Psicologia e psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

Mitchell, S. A., & Black, M. J. (1995). *Freud and beyond: A history of modern psychoanalytic thought*. New York, NY: Basic Books.

Montezi, A. V., Barcellos, T. F., Ambrosio, F. F., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2013). Linha de Passe: adolescência e imaginário em um filme. *Psicologia em Revista*, 19(1), 74-88. doi: 10.5752/P.1678-9563.2013v19n1p74.

Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Famílias e Patriarcado: da Prescrição Normativa à Subversão Criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49-55.

Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Porto, Portugal: Universidade do Porto.

Organização das Nações Unidas (Produtores). (1983). *The Impossible Dream?* [Vídeo]. Praga, República Tcheca: Studio J. Trnka Kratky Films. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=dKSdDQqkmlM&t=1s>.

Peres, R. S., & Santos, M. A. dos. (2005). Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em psicologia. *Interações*, 10(20), 109-126.

Perrot, M. (2017). *Minha história das mulheres*. São Paulo, SP: Contexto.

Pichon-Rivière, E. (2005). *O Processo Grupal*. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1971).

Politzer, G. (2004). *Crítica dos fundamentos da psicologia: A psicologia e a psicanálise*. (M. Marcionilo, & Y. M. C. T. da Silva, trads.). Piracicaba, SP: Editora Unimep. (Original publicado em 1928).

Pontes, M. L. S., Cabrera, J. C., Ferreira, M. C., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2008). Adoção e exclusão insidiosa: o imaginário de professores sobre a criança adotiva. *Psicologia em Estudo*, 13(3), 495-502. doi: 10.1590/S1413-73722008000300010.

Raffaelli, R. (2002). Imagem e Self em Plotino e Jung: Confluências. *Estudos de Psicologia*, 19(1), 23-36.

Riemenschneider, F., Simões, C. H. D., Chinalia, M. J. S., Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2012). Drama e Experiência no Pensamento de Politzer: Considerações Preliminares. In L. S. de la P. C. Tardivo, & T. M. J. Aiello-Vaisberg (Orgs.), *Anais da X Jornada Apoiar: Laboratório de Saúde Mental e Psicologia Clínica Social 20 Anos: o percurso e o futuro* (pp. 280-291). São Paulo, SP: IPUSP. Recuperado de https://www.ip.usp.br/site/wp-content/uploads/2016/12/ANAIS_X_JORNADA_APOIA_R-2012.pdf.

Rodrigues, L. M. (2016). *O imaginário de adolescentes sobre o esporte: um estudo psicanalítico* (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Campinas, SP.

Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.

Schucman, L. V. (2012). *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana* (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo), São Paulo, SP. doi: 10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521. Recuperado de www.teses.usp.br.

Schulte, A. A., Gallo-Belluzzo, S. R., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2016). Postagens em blogs pessoais: aproximação do acontecer humano em pesquisas psicanalíticas. *Psicologia revista*, 25(2), 227-241. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/30138/21350>.

Schulte, A. de A., Gallo-Belluzzo, S. R., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2019). A experiência emocional de autoras de mommy blogs. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 10(1), 107-130. doi: 10.5433/2236-6407.2019v10n1p107.

Schutz, A., & Luckmann, T. (2001). *Las Estructuras del Mundo de la Vida*. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu. (Original publicado em 1973).

Sento-Sé, I. (2024). Patriarcado e Interseccionalidade: O Público e o Privado como Ponto de Convergência Teórica. *Civitas*, 24, 1-12.

Silva, M. E. B., Anunciação, D., Trad, L. A. B. (2024). Violência e vulnerabilização: o cotidiano de jovens negros e negras em periferias de duas capitais brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 29(3), 1-10.

Stake, R. E. (2000). Case studies. In N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Streck, D. R., Redin, E., & Zitkoski, J. J. (Eds.). (2015). *Dicionário Paulo Freire* (2ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Tabet, P. (2014). Mãos, instrumentos, armas (E. Aguiar, trad.). In V. Ferreira, M. B. Ávila, J. Falquet, & M. Abreu (Orgs.), *O patriarcado desvendado: Teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu* (pp. 101-174). Recife, PE: SOS Corpo.

Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*, 39(3), 507-514.

Vieira, Y. P. A., & Ribeiro, A. E. M. (2024). A psicologia da conduta de Pierre Janet: Uma síntese de um projeto de psicologia esquecido. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 41. doi: 10.35699/1676-1669.2024.46796.

Visintin, C., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2017). Maternidade e sofrimento social em mommy blogs brasileiros. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 19(2), 98-107.

Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade* (J. O. A. Abreu, & V. Nobre, trads.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1971).

Winnicott, D. W. (1982). *A criança e seu mundo* (6ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores. (Original publicado em 1964).

Winnicott, D. W. (1983). *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Original publicado em 1960).

Winnicott, D. W. (2000). O desenvolvimento emocional primitivo. In D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas* (pp. 218-232). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1945).

Winnicott, D. W. (2000). Variedades clínicas da transferência. In D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas* (pp. 295-299). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1955).

Winnicott, D. W. (2001). *A família e o desenvolvimento individual* (2ª ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1958).

Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso*. Porto Alegre, RS: Bookman. (Original Publicado em 1994).

Zerbinati, J. P. (2024). *O reconhecimento no processo de constituição e desenvolvimento verdadeiro de si-mesmo* (Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo), Ribeirão Preto, SP.

Zitkoski, J. J. (2010). Verbete condicionado e determinado. In D. R. Streck, E. Redin, & J. J. Zitkoski (Orgs.), *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.